

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TRABALHADORES DO LIXO.**

**O RELATO DE UMA PEDAGOGIA DA DESORDEM**

*Dissertação de Mestrado apresentada junto ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação, da  
Faculdade de Educação – Universidade Federal  
do Rio Grande do Sul – como requisito para a  
obtenção do título de Mestre.*

**Autora: Sueli Maria Cabral**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Malvina do Amaral Dorneles**

**Porto Alegre, novembro de 2001**

313486

T628.4-057

C1176

2001

UFRGS  
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO  
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO da UFRGS, Porto  
Alegre. BR-RS**

**C117t Cabral, Sueli Maria**

Trabalhadores do lixo : o relato de uma pedagogia da desordem  
/ Sueli Maria Cabral. - Porto Alegre : UFRGS, 2001.  
f.135

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2001.

1. Trabalhadores do lixo - Organização. 2. Reciclagem do lixo -  
Trabalhadores - Cidadania. I. Título.

CDU-628.4-057

---

Biliotecária: Jacira Gil Bernardes – CRB – 10/463

## **AGRADECIMENTOS**

---

*Considero este momento um ritual. Um rito de passagem para todos os mestrandos ou doutorandos, pois marca o término de uma fase e o início de outra. Um ritual de muitas cerimônias, entre as quais, a Cerimônia dos Agradecimentos.*

*Meu olhar curioso sempre recaiu em livros, dissertações ou teses e ficava imaginado como a minha se constituiria. Pois bem, esta é a minha vez e espero estar fazendo direito!*

*Como agradecer a pessoas que estiveram presente num processo que está além da obtenção de um título acadêmico? Como agradecer a pessoas que foram guardiãs, condutoras, executoras? No limite do tempo, espaço e bom senso, encontro um meio, apesar de não muito original: Obrigada, meus anjos! Obrigada por sempre conseguirem, de algum modo, tornar visível o invisível.*

*Neste rastro, minha lembrança recai imediatamente nos homens e mulheres da Associação de Recicladores do Aterro da Zona Norte. Foram eles os grandes responsáveis por este trabalho, suas experiências deram vida a cada parágrafo escrito. Obrigada, não apenas pela colaboração fundamental que prestaram, mas essencialmente por me tornarem uma pessoa melhor.*

*Professora Malvina do Amaral Dorneles... Sem dúvida sua capacidade intelectual e pedagógica foram importantes nas reflexões feitas. No entanto, foi o seu calor, o seu apoio, sua sensibilidade e atenção que me dão a certeza que o destino não poderia ter me reservado melhor orientadora. Muito Obrigada!*

*Professora Carmem Machado... Uma daquelas figuras que ninguém esquece, sendo um exemplo da dimensão que um mestre pode ter. Sua delicadeza, compreensão e indagações foram e são muito significativas. "brigadu!"*

*Professora Carmem Junqueira, do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo... Mestra que me incentivou não apenas a ir além dos limites geográficos da cidade de São Paulo, mas também além do meu próprio. Obrigada!*

*A distância de 1300km não foi suficiente para impedir a presença do amigo, irmão e compadre Santiago, suas considerações, seus "puxões de orelha" e sua costumeira cumplicidade, não só foram importantes para a realização deste trabalho, como são essenciais para o que está por vir. Obrigada!*

*Ao Departamento de Limpeza Pública, principalmente à bibliotecária Vera e a o Grupo da Assessoria Ambiental... Obrigada! Nunca, em nenhum órgão público, seja em São Paulo ou Porto Alegre, presenciei tamanha dedicação.*

*Dinorá e Álamo, companheiros fiéis de uma jornada que extrapolou os bancos acadêmicos... Suas contribuições sempre chegaram nos momentos em que pensei haver esgotado a minha capacidade reflexiva. Obrigada!*

*Vera Menezes, Estela Campos de Abreu, Emerson Magalhães, Lisiane Pontes, Juçara Mongeló, Dulce Vergara, Lúcia Garcia, Irene Galeazzi e Aninha... Sem dúvida vocês foram, mesmo que sem muita opção, cúmplices constantes no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada!*



*Aos meus queridos alunos da FAPCCA e da FEEVALE que materializam, a cada encontro, a idéia que o sentido do trabalho torna-se mais inteligível quando o traduzimos a partir da intersecção dos princípios da ética, da estética e da política. Obrigada!*

*Este ritual estaria incompleto se deixasse de mencionar e manifestar a mais profunda gratidão à algumas pessoas muito especiais:*

*... ao Sr. Fabiano Fernandes Cabral. Obrigada pelo respeito às minhas opiniões, pelo silencioso orgulho das minhas conquistas. Tenho saudades...*

*... à Sra. Dircinei Teixeira Cabral. Sua presença foi e é fundamental na minha vida. Tenho certeza que suas lembranças podem partir, mas não o seu amor.*

*... à Elizete Aparecida Cabral Roncato e Flávia Cristina Cabral, por compreenderem minha ausência.*

*... à Maria de Lourdes Marcolino. Obrigada por ser a melhor "mãe de empréstimo" que uma rebelde adolescente almejaria ter.*

*E por fim, um obrigada muito especial ao Sr. Gilson Gonçalves Jacoby. Obrigada pela sua compreensão, espera, respeito, cumplicidade e principalmente, pelo seu amor.*

**Sueli Maria Cabral**

## RESUMO

---

O objeto desse estudo foram vidas humanas, sujeitos auto-eco-organizadores que possuem em comum o trabalho com o lixo. Seu suporte empírico foram as experiências de trabalho de catadores do antigo lixão da zona norte de Porto Alegre, hoje organizados em associação, a Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte. A partir desse universo, buscou-se compreender como esta atividade acabou sustentando – ou ressignificando – certos valores que, mesmo sem eliminá-la, transcenderam a vida individual, culminando num processo educativo de todos os envolvidos; como esses sujeitos, no convívio cotidiano acabaram tecendo um movimento transformador e organizador de mudanças transcendendo à ordem da sua realidade prática. Ou seja, como, ao coexistirem coletivamente com representações de desordem (o lixo, o mal, a miséria), subverteram o esperado e anunciado, explorando possibilidades e organizando-se a partir delas.

As experiências dos recicladores culminaram na construção e vivência de um *conhecimento-emancipação*, oriundo das interações, da possibilidade *obsedante do estar-junto* (Maffesoli,1996). A ajuda associativa, a divisão do trabalho e as sociabilidades de vizinhanças interagiram na emergência de um sujeito ético, político e estético, detentor de uma subjetividade não conformista. Tais experiências - vividas dentro de um contexto em que predominam determinadas representações de moral, do belo e de poder – transformaram o acontecer cotidiano numa instância de alianças *“entre o bem e o mal, da conformidade e do nefasto, da ordem e da desordem”* (Balandier,1997a:102), onde o todo, que circunda o significado do lixo, se configura enquanto um valor

*meta-positivo*, capaz de contribuir não apenas na emancipação individual, mas também coletiva.

A vivência e a compreensão dessas experiências oportunizaram que as aproximações teóricas sobre homem e trabalho direcionassem à idéia de que, no âmago dessa socialidade, estão presentes o princípio da solidariedade (pela dimensão ética), o princípio da participação e do redimensionamento do espaço de ação da cidadania (pela dimensão política) e o princípio do prazer, da emoção compartilhada (pela dimensão da estética), transformando o estar-junto cotidiano como aquilo que promove o enraizamento, permitindo um entrecruzamento de microvalores sejam eles sociais, culturais ou produtivos.

## RESUMEN

---

El objeto de ese estudio son las vidas humanas de sujetos autoecoorganizadores que tienen en común el trabajo con la basura. El soporte empírico toma como referencia las experiencias de trabajo de los basureros de un antiguo depósito de basura, situado al norte de la ciudad de Porto Alegre, que hoy están organizados en la Asociación de los Recicladores de Residuos de la Zona Norte. A partir de ese universo, se buscó comprender cómo esta actividad resignificó y sostuvo ciertos valores que trascendieron a la vida individual, sin eliminarla, culminando en un proceso educativo de todos los participantes; también cómo los sujetos, en su convivencia diaria produjeron un movimiento transformador y organizador de cambios, trascendiendo el orden de su realidad práctica. Es decir, cómo, al coexistir colectivamente con las representaciones del desorden (la basura, el mal, la miseria) subvertieron a lo esperado y anunciado, explorando posibilidades y organizándose a partir de ellas.

Las experiencias de los recicladores culminaron en la construcción y vivencia de un conocimiento-emancipación, oriundo de las interacciones, de la obsesiva búsqueda de las posibilidades del estar-junto (Maffesoli, 1996). La ayuda asociativa, la división del trabajo y las sociabilidades vecinales proporcionaron el emerger de sujetos éticos, políticos y estéticos, detentores de una subjetividad no conformista. Tales experiencias – vividas en un contexto donde predominan ciertas representaciones de moral, del bello y del poder – transformaron el acontecer diario en una instancia de alianzas “entre el bien y el mal, la conformidad y lo nefasto, el orden y el desorden” (Balandier, 1997a:102),

donde la basura adquiere significación bajo un valor metapositivo, capaz de contribuir no solo en la emancipación individual, pero también colectiva.

La vivencia y la comprensión de esa experiencias oportunizaron que las aportaciones teóricas sobre la idea de hombre y de trabajo se orientasen hacia la idea de que, en el ámbito de esa socialidad, están presentes el principio de la solidaridad (bajo la dimensión ética), el principio de la participación y del redimensionamiento del espacio de acción de la ciudadanía (bajo la dimensión política) y el principio del placer, de la emancipación compartida (bajo la dimensión estética), transformando el estar-junto cotidiano como aquello que promueve el arraigo, permitiendo el entrecruzamiento de microvalores sociales, culturales y productivos.

*Os nomes que aparecem nas transcrições das entrevistas são verdadeiros e sua divulgação recebeu prévia autorização;*

*As tabelas, gráficos e fotos que fazem parte deste trabalho foram gentilmente cedidos pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana da Cidade de Porto Alegre.*

## SUMÁRIO

---

### 1. Razões e Motivações do Estudo

1.1 – “O amor busca para que o entendimento encontre”.....13

1.2 - O Movimento Constitutivo.....24

### 2. TRABALHADORES DO LIXO: FIGURAS DE DESORDEM .....31

2.1 – “Esconderijos” e Destinos do que não Presta e se Deita fora .....32

2.2 – De Catadores de Lixo a Recicladores. De Lixeiros a Profetas. Quando a Estética da Ética se torna Política.....57

### 3 - A LÓGICA DE UMA AÇÃO PEDAGÓGICA-EMANCIPATÓRIA .....84

### 4 - BIBLIOGRAFIA.....107

### 5. ANEXOS.....118

Anexo 1: Regulamento dos Serviços de Limpeza Pública de Porto Alegre de 1946.....119

Anexo 2: Ofício 017/1992.....125

Anexo 3: Quadro da Coleta Diária de Porto Alegre.....128

Anexo 4: Composição do Lixo Seletivo de Porto Alegre.....130

Anexo5: Dados Gerais Sobre as Unidades de Reciclagem do Município de Porto Alegre.....132

Anexo 6: Diferença entre Materiais Recebidos e Comercializados.....134

## **1-. RAZÕES E MOTIVAÇÕES DO ESTUDO**

### **1.1- "O amor busca para que o entendimento encontre".**

(Ortega Y Gasset)

De repente ela ouviu um choro forte, penetrante e desagradável. Havia passado horas numa sala insípida, sentindo tanta dor que já não sabia o que era real. Desejava apenas dormir, mas o choro era persistente como se exigisse sua atenção imediata. Olhou o relógio: eram quatro horas de uma madrugada cinzenta de maio. Olhou a criança, era azulada, com cabelos negros e com um pulmão de causar inveja a qualquer cantor lírico. Alheio a estas percepções, o obstetra, mal humorado e impaciente, a informava que havia dado a luz a uma menina que, ao contrário de outras crianças, iniciaria sua vida apanhando, sim, mas para calar-se. *"Qual parida leoa, fera e brava"* defendeu seu rebento, lembrando, ao mesmo tempo, que o nome que havia escolhido, sorrateiramente do marido, teria de ser trocado. Luís Carlos Cabral, não poderia ser usado, mesmo numa menina de cor azul.

Cresci ouvindo a história do meu parto, principalmente diante das travessuras audaciosas que praticava. Repetidas vezes chineladas ou o mais temível castigo – ficar sentada e em silêncio - terminavam com a frase: *"eu sabia... Eu sabia desde do seu nascimento que você não seria nada fácil, é um bicho que precisa ser domado..."*. Lembrando-me de uma frase de Henri Bergson: *"é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde"*, recorro ao telefone para mais uma vez conferir a veracidade destas recordações: a resposta é afirmativa.

Taurina, ascendente em Áries, Lua em Escorpião sob a influência de Netuno e fruto de uma mistura ancestral de índios com portugueses, guardo



daquela cor “azulada” apenas algumas pigmentações nas gengivas. Quanto a impaciência...

Sou a segunda de três filhas. Meu pai, um operário da Indústria Plástica, e minha mãe, uma empregada doméstica, ambos mineiros e migrantes, foram para São Paulo, no surto industrial da década de 60, em busca de trabalho que oferecesse meios para uma “vida melhor”.

Nasci na periferia da zona sul da cidade, um bairro de trabalhadores mineiros e nordestinos que, na década de 90, tornou-se uma das regiões mais violenta do mundo. A região de Santo Amaro em São Paulo é composta por um número imenso de bairros pobres, que surgiram e cresceram desordenadamente. Entre eles, o Jardim Novo Santo Amaro, um pequeno bairro entre a Vila Remo e a Figueira Grande, cujas características fundamentais foram e são: o transporte precário, o atendimento médico deficiente e o saneamento básico quase inexistente. E, para completar, as regulares enchentes de verão.

Fugindo da seca, da fome e da ausência de trabalho, mineiros e nordestinos se instalaram nesse bairro, como em tantos outros, levando signos e símbolos que foram incorporados no cotidiano de todos os seus moradores: o baile com forró, a moda de viola, a música Pop, a feijoada para os vizinhos no dia de “encher a laje<sup>1</sup>”, o “fiado” da padaria, a “caderneta” da “venda”, a carroça da pamonha de sábado de manhã, a “música” do caminhão de gás, o comércio de carnes e peixes ao ar livre em precários tabuleiros, os pontos de venda de

---

<sup>1</sup> Na construção de casas, principalmente em vilas populares, é comum o auxílio gratuito dos vizinhos e amigos no momento de cobrir a casa com concreto armado. Ao final do trabalho dono da casa oferece aos seus “ajudantes” uma feijoada ou até mesmo um churrasco.

drogas, o “toque” de recolher, as oferendas aos orixás à sextas-feiras e a missa das 10 no Domingo.

Contudo, foram nas falas do Professor Eder Sader (1988:211) que comecei a compreender que outros elementos, presentes nesse espaço urbano, nunca foram esquecidos:

*“Na Figueira Grande, a primeira mobilização se deu em torno da coleta de lixo, que não havia. Assumido aquilo como um problema, decidiram-se a ir à prefeitura reclamar, até que se estabeleceu a coleta. No Jardim Alfredo, onde a escola funcionava num barracão de madeira que estava quase caindo, foram reivindicar a renovação das instalações. Também no Alto Rivieira – onde Irma Passoni<sup>2</sup> era professora –, resolveram fazer uma assembléia e chamar o prefeito para discutir a questão da precariedade da educação.*

*Na Vila Remo, o primeiro problema coletivo detectado e assumido pelo clube local foi a extensão de casos de verminose. Foram contatadas pessoas do SOF (Serviço de Orientação à Família) para organizarem um curso de enfermagem. Anos depois, uma das donas de casa que assistiu a esse curso lembra que foi aí que “aprendeu uma porção de coisas”. Diz que: “fomos descobrindo a causa das verminoses, que era muito lixo, nos não tínhamos asfalto, não tínhamos água – era tudo de poço – o pessoal não usava cloro”<sup>3</sup>*

Ao voltar o olhar, percebo o quanto a convivência com as pessoas que, como eu, eram parte integrante da paisagem, me proporcionou saberes – jamais

---

<sup>2</sup> Até 1997 – ano que saí de São Paulo- a então Deputada Federal, pelo Partidos do Trabalhadores, Irma Passoni atuava política e socialmente na Região de Santo Amaro.

<sup>3</sup> Essa situação ocorreu entre 1973 e 1974 e, em função da pouca idade, as lembranças mais nítidas são a dos vários panos que mamãe colocava na torneira do tanque para “filtrá-la” e assim, lavar a roupa. Esses panos, após poucos horas de uso, ficavam com um cor de ocre e com um odor insuportável. A água que bebíamos, após passar por esta “filtração têxtil” era fervida e posteriormente colocada em um filtro de barro.

ensinados nas escolas que freqüentei - que se tornaram instrumentos de tradução do mundo. As Comunidades Eclesiais de Base- CEB's, com uma atuação marcante na periferia da Zonal Sul da cidade de São Paulo, engajaram-me numa atuação mais concreta no campo social. Sua matriz discursiva - a Teologia da Libertação - encaminhou-me a pensar sobre as diversidades e as adversidades com que convivia. Durante as aulas, ou nas longas reuniões com os membros da comunidade, as reflexões e as ações se estruturavam por concepções políticas, sociais, culturais e educativas. Foi nesse universo eclético, plural, onde o elo de ligação era a fé de dias melhores, que aprendi que o fazer deve ser *"parte do viver que se vive e deseja viver"* (Maturana,2000:11), e onde, ainda na fase da adolescência, iniciei minhas atividades como educadora popular, período em que se deu, também, minha inserção no mercado de trabalho. Trabalhava durante o dia, estudava à noite e alfabetizava adultos nos finais de semana; turmas formadas, na sua maioria, por guardas-noturnos e garis que, por trabalharem à noite, ficavam impossibilitados de freqüentar as aulas oferecidas durante a semana.

Permaneci como educadora popular durante quatro anos, período em que terminei o Ensino Médio. No entanto, não estava satisfeita, sentia a necessidade de alçar vôos mais altos. Precisava transformar, mas não sabia o quê, nem onde tais transformações me levariam.

Motivada pela intuição, fui para a Universidade, onde iniciei o Curso de Bacharel em Ciências Sociais. Contudo, nesse mesmo período (1986), a morte de meu pai trouxe mudanças que culminaram no percurso de outros itinerários.

Em 1989, o desemprego e as grandes dificuldades financeiras me levaram a trabalhar na FUNDAP<sup>4</sup> como educadora de presidiários alocados em Franco da Rocha, município pertencente à Região Metropolitana de São Paulo. Essa experiência de auxiliar no aprendizado de pessoas tão estigmatizadas, criadoras de um universo tão avesso ao da "normalidade", fez com que eu redescobrisse a importância do processo educativo enquanto elemento possuidor de uma dinâmica que interconecta as dimensões culturais, sociais, políticas, ambientais. No entanto, após vivenciar o medo e as contradições que afloram durante uma rebelião em Instituição Penal, e percebendo a minha incapacidade de superá-las, resolvi percorrer outros caminhos.

Concluí o curso de Ciências Sociais nesse mesmo ano (1989) e fui trabalhar na Fundação SEADE<sup>5</sup>, como técnica de pesquisa. Tendo passado o susto e transformado os traumas num força positiva, reiniciei jornada como educadora, desta vez vinculada ao Ensino Público Médio da cidade de São Paulo.

Durante seis anos ministrei aulas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia, para alunos do Ensino Médio, no período noturno, numa escola (Escola Estadual de 1º e 2º Graus Antônio Aggio) localizada quase às margens da Represa do Guarapiranga (zona sul da cidade), região pobre, violenta, composta em sua maioria por construções irregulares. Dar aulas em escola noturna na periferia de São Paulo é reinventar a escola e a coragem, esquecer o medo e tecer circunstâncias de tolerâncias; é acreditar na solidariedade, perceber e driblar o confuso cotidiano da maioria dos alunos.

---

<sup>4</sup> Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.

<sup>5</sup> Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo.

Durante o período em que permaneci nessa escola, integrei-me a um grupo de professores que propunha uma nova dinâmica de ensino, em que o conteúdo programático e a vida possuíam uma intrínseca relação e a proximidade professor-aluno não se perturbava com os sons insistentes dos regulares tiroteios no entorno da escola.

Em 1995 contudo, as precárias condições de segurança fizeram com que eu aceitasse o convite para ministrar aulas numa escola de Ensino Médio particular, o que oportunizou, um ano depois, minha inserção como professora no Ensino Superior Universitário.

Como educadora, ora de presidiários, ora de jovens da classe média, percebo que sempre estive envolvida com a educação voltada para o trabalhador. Como socióloga, o envolvimento com o tema Trabalho não foi menor: a instituição onde trabalhava- SEADE- era responsável pela coleta e análise dos dados referentes ao movimento dos níveis de emprego e desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. Durante esse período, intuitivamente, moldava minhas reflexões sobre as dimensões do significado do Trabalho e suas interlocuções com a Educação.

Em 1996, senti necessidade de ampliar minhas reflexões sobre os atuais sentidos do Trabalho, preocupação sempre presente. Retornei à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e iniciei o curso de Mestrado, onde tive a oportunidade de conhecer as principais proposições do pensamento complexo. Tais idéias, principalmente as de Edgar Morin, causaram-me um certo estranhamento, uma incômoda sensação de incerteza, pois minavam paradigmas que julgava solidamente construídos. Foram essas sensações que desencadearam um novo processo de reflexão. As leituras me impulsionaram a

pensar na possibilidade de integração dos diversos conhecimentos e na inseparabilidade desses conhecimentos com a ação e com a ciência.

Comecei a perceber que o conhecimento é uma colcha tecida em conjunto, formado por acontecimentos, fenômenos, paixões, repulsões; uma sinergia entre o sensível e a técnica. Iniciei, assim, um processo de saída do pensamento linear, unidimensional e reducionista. Essa mudança foi tão intensa que ultrapassou os limites das minhas atividades acadêmicas, expandiu-se à vida profissional e, principalmente, pessoal, resultando na mudança para a cidade de Porto Alegre.

Na capital gaúcha, por dois anos, organizei e coordenei concursos de projetos sociais, patrocinados pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, o que proporcionou meu envolvimento com experiências alternativas de Educação e Trabalho. Essa atividade me encaminhou novamente aos movimentos sociais. Foi um retorno, um reinício a partir de situações bastante familiares, agora observadas por um duplo olhar: o da estranheza e o da identificação.

Em 1999, fui convidada pelos coordenadores responsáveis pela realização e divulgação da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (FGTAS/SINE, DIEESE /SEADE e FEE)<sup>6</sup>, para assumir o cargo de Supervisora da Coleta de Dados e, atraída como um metal ao magneto, retornei às minhas atividades como educadora universitária.

---

<sup>6</sup> Fundação Gaúcha de Trabalho e Ação Social/Sistema Nacional de Emprego/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos / Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo/ Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

Novamente me encontrava fazendo o que mais me dava prazer, um prazer oriundo do entrelaçamento do cognitivo e do afetivo, do aprender e ensinar, da curiosidade e da reflexão. Aconchegada pela "normalidade" que havia reconquistado à minha rotina, percebi que um ciclo havia se encerrado e iniciava-se outro, ainda mais desafiador, mais apaixonante...

Retornei à Academia com objetivos mais claros: conhecer novos instrumentos que colaborassem para o avanço de algumas reflexões, iniciadas anteriormente, sobre os sentidos do Trabalho enquanto um dos propulsores possíveis no processo de emancipação da vida humana.

Esta procura, no entanto, regulada por percepções mais amadurecidas quanto às múltiplas facetas que o trabalho pode assumir numa sociedade que se estrutura pela sua centralidade, se direcionava, prioritariamente, ao mundo do trabalho enquanto local de interacionismos simbólicos, o que lhe concede um caráter de grande expressão na constituição de identidades.

Como elemento social e cultural, acredito que os sentidos do trabalho não se definem apenas como alternativa de sobrevivência do *homo faber*, pelo contrário, sua dimensão simbólica, ainda que já conhecida, não está de todo explorada. Sendo constituída por valores conferidos a signos e símbolos, esta dimensão é um instrumento de inteligibilidade do mundo, mas que sofre sucessivas mudanças, através de forças sociais que emergem da relação ordem-desordem na sociedade. Sendo comum a todos os indivíduos que vivem numa sociedade industrial, as diferenças ou singularidades residem, justamente, de como estes se integram ao meio social



Diante de tantas possibilidades, meu interesse recaiu sobre “figuras ordinárias” constituídas por vidas humanas que, ordinariamente, formam conjuntos inorgânicos, atomizados e designam uma realidade presente, sempre renegada. Vistas sob o aspecto do mal e da desordem, sua presença sempre abala a ordem das coisas e do esperado mas, ainda assim, continuam subvalorizadas nas estatísticas oficiais, quer sejam nos números, quer na sua complexidade. Essas vidas, no entanto, são ativas e suas ações reveladoras: intensas e extensas, mesmo que estranhas à razão do conhecimento científico, são agentes de uma desordem que não opera como infortúnio individual e isolado mas, ao contrário, é elemento constitutivo do real e como tal, altera o mundo ao qual estão submetidas.

A aventura intelectual na busca de uma maior compreensão sobre o sentido do Trabalho, enquanto valor, enquanto propulsor de um processo de emancipação da vida humana e de construção de identidades, parte inicialmente da congruidade de duas perspectivas: primeira, de que ordem e desordem “se *entrecruzam de forma indecifrável, se ligam por hierarquias emaranhadas*” (Balandier, 1997a:62), gerando constantemente novas maneiras de ser e de estar no mundo, criando campos alternativos de experimentação e de conhecimento; segunda, de que o cotidiano das vidas humanas pode revelar os subterrâneos de um movimento em que a desordem pode se configurar como agente de fortalecimento individual e coletivo.

É com esse olhar que o lixo e os sujeitos que trabalham com ele surge neste estudo como figura de desordem. Lixo e sujeitos constituem figuras que são banalizadas e repletas de ambivalência mas que, através dos elementos que compõem seu universo, potencializam um novo projeto de ordem e, como tal,



acrescentam novos elementos ao conjunto cultural da sociedade, trazendo a possibilidade de mudanças.

Contudo, uma análise teórica e metodológica dessa conjuntura deve incluir uma abordagem não só cognitiva mas também afetiva, que possibilite uma melhor percepção sobre os sentidos atribuídos ao Trabalho pelos sujeitos que constituem laços sociais dentro de uma lógica entrelaçada por princípios éticos, estéticos e políticos.

A partir dessa compreensão, tendo como suporte empírico as experiências de trabalho dos catadores de lixo do antigo lixão da zona norte de Porto Alegre, hoje, organizados em associação (Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte<sup>7</sup>), busco contribuir para a discussão sobre os atuais sentidos do Trabalho.

---

<sup>7</sup> De acordo com as informações colhidas pelos trabalhadores dessa associação, o termo "Reciclável" deverá ser alterado para "Catadores de Materiais Recicláveis". Neste estudo, será utilizada a razão social ainda vigente, bem como Unidade de Triagem de Lixo Seletivo do Aterro, Unidade de Reciclagem do Aterro Norte, Galpão do Aterro Norte ou, simplesmente, Galpão, uma vez que tais denominações foram utilizadas por diferentes entrevistados e encontradas na documentação pesquisada.

O campo teórico para a análise da experiência dos trabalhadores foi tecido a partir de aproximações entre a Antropologia, a Filosofia e a Teoria da Educação, tendo como perspectiva a interdisciplinaridade, conforme exige um pensamento aberto, dialógico, complexo, que percebe a Educação como processo sociocultural cultural de múltiplas dimensões.

## ***1.2- O Movimento Constitutivo***

---



*"A nossa investigação deve, pois, embrenhar nos caracteres singulares da microssociedade comunal e estender-se à inteligência da macrosociedade" (Morin, 1998b:172).*

Acredito que o saber do mundo se evidencia e se funda na vida que acontece no cotidiano. Isso exige que, na exploração desse saber, não só exista uma acuidade intelectual, como também a intensidade e o entusiasmo da paixão. Neste caso, paixão por aquilo que se investiga. Talvez tenha sido ela que me levou a recolher e organizar os dados necessários para esta pesquisa.

Diante do desafio de driblar o cansaço e com 1200 metros de caminhada a vencer, algumas vezes me perguntei se todo aquele esforço valia “a pena”. Fui percebendo aos poucos que, por vezes, de maneira bastante contraditória, em essência, procurava um entendimento, buscava sentido. Sim! Os sentidos das coisas, das pessoas, do mundo enfim – mesmo que às vezes constituído pelo efêmero- me impulsionou e me impulsiona a uma tradução mais sensível de alguns fenômenos sociais.

As Histórias de Vida de homens e mulheres oferecem um panorama rico de experiências educativas, construídas no exercício do trabalho. Essas ações, ocorridas no cotidiano, são múltiplas, inacabadas e inacabáveis que fornecem aos participantes a condição de artesãos do acontecer histórico.

A investigação procurou ser flexível, garimpando documentos, acontecimentos passados, registros esquecidos, revistas guardadas e entrevistas dirigidas, além do processo de lapidação do meu próprio olhar que, fruto da superação de inibições, de pré-conceitos e de registros enciclopédicos,

possibilitou a elaboração de um instrumento fundamental: **um diário pessoal de campo**.

Este instrumento contribuiu para que o terreno pesquisado se tomasse mais inteligível, permitindo que pequenos acontecimentos se mostrassem reveladores de importantes signos, favorecendo uma percepção mais sensível, menos mutilada. Essa experiência levou-me a comprovar a já vivida e proclamada por Morin (1998b:172):

*“O diário pessoal não é uma acumulação de notas, mas uma relação que, por si mesma, provoca uma rememoração em cadeia dos fatos inconscientemente registrados (...), oferece ao olhar exterior, que pode ser um segundo olhar do próprio observador, uma matéria que permite elucidar a relação observador-fenômeno”.*

As observações foram colhidas durante as visitas ao Galpão e ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana- DMLU e, num primeiro momento, tentaram apresentar uma perspectiva panorâmica, tal qual uma câmara fotográfica, buscando captar todo o conjunto em poucas tomadas. No entanto, o filtro natural de um estudo que procura sinais *“que o mundo fenomenal constitui”* (Morin, 1998b:172), acabou conduzindo a uma observação analítica possibilitando a entrada no campo da percepção e favorecendo a distinção entre vários elementos reveladores. As entrevistas<sup>8</sup> realizadas, ao longo da investigação, com os técnicos do DMLU e os sujeitos que trabalham no Galpão, buscaram fugir de qualquer condição vinculada a normas fixas e rigidamente orientadas. A

---

<sup>8</sup> Foram entrevistados oito associados e o principal requisito da escolha era se o associado em questão tinha trabalhado no antigo Lixão, ocorrendo apenas uma exceção: Recicladora Liriane Santos Pinheiro, 15 anos. É importante destacar que com o gravador ligado os recicladores ficavam constrangidos. Informavam que nada tinham a dizer, uma vez que *“tudo já havia sido dito”*. Com o gravador desligado, as conversas transcorriam com naturalidade. Portanto, a pesquisa valeu-se, além das oito entrevistas gravadas, de observações e, principalmente, na disponibilidade – apesar de exíguas – de estar com essas pessoas e não simplesmente ficar com elas.

disposição foi de que a entrevista se caracterizasse como uma troca de idéias, de opiniões, de conceitos, um diálogo entre a pesquisadora e os entrevistados, buscando uma aproximação à idéia de “entrevista diálogo”, no sentido que Edgar Morin (1998b:116) atribui à expressão:

*“Em alguns casos felizes, a entrevista se converte em diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana, é uma busca em comum. O entrevistado e o entrevistador colaboram para obter uma verdade que afete ou bem a pessoa entrevistada, ou bem a um problema”.*

Procurei estabelecer um diálogo que constituísse um quadro, construído ao longo das observações e das conversas informais sobre: as concepções em relação à natureza e ao lixo, os interesses e ações diários dos catadores; as habilidades exigidas na execução do seu trabalho cotidiano e sua organização; como isso engendra um processo pedagógico, propiciando-lhes um sentido maior do que o da simples sobrevivência.

As entrevistas ofereceram elementos reveladores, fortalecendo a percepção resultante das observações e das conjecturas elaboradas sobre o sentido do trabalho na perspectiva ordem-desordem e o seu poder pedagógico sobre os indivíduos. O terreno humano do desenvolvimento das visitas ao Galpão e das entrevistas solidificaram o caráter intersubjetivo da relação da entrevistadora com os entrevistados, ocasionando uma troca mútua, uma identificação subjetiva que favoreceu o surgimento de uma aproximação amigável e repleta de cumplicidade diante de pequenos fatos que ocorreram durante a minha presença no Galpão.

As visitas, na sua maioria, ocorreram no período da manhã, pouco antes do início das atividades. Presenciei, portanto, o café coletivo da manhã e, muitas vezes, o almoço. No início, apesar das diversas ofertas, recusei-me a comer

qualquer coisa do local, com um postura claramente “higienista”, quase que materializando a idéia de que o catador “*concentra os odores da miséria que se impregna neles*” (Corbin, 1987:188). Com isso, minhas visitas estavam se tornam inócuas e, incrivelmente, só foram alteradas quando um representante da Federação dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul acusou-me de ser “espiã” do DMLU e, posteriormente, “*alguém que está conhecendo o terreno prá virar atravessadora*”. Tais “acusações” culminaram em uma defesa pública, por mim realizada num encontro com representantes das oito Unidades de Reciclagem de Porto Alegre, onde procurei esclarecer que os meus interesses eram apenas acadêmicos.

Paradoxalmente, esse episódio, que possuía todos os ingredientes para abortar a pesquisa, acabou estreitando meu vínculo com o grupo. Retornando ao Galpão do Aterro Norte, o incidente acabou por incentivar um diálogo mais íntimo, singular e humano, recheados de “*causos*” do cotidiano, de cafés, águas, pastéis, arroz com feijão, frango e doces. Esses momentos, e os demais que se seguiram, decodificaram-se como ritos comuniais: partilha de risos, de alimentos, de vida e de projetos; um experimentar comum que agregou e teceu, a partir da diversidade de emoções e sentimentos, a ética de um *estar-junto*.

Desde então, passei a ser recebida como “*alguém de casa*”, com uma proximidade que apenas os amigos possuem. Acompanhei reuniões, cursos, assembléias. Compartilhei indignações, esperanças e planos. Éramos autores reunidos que discutiam o que não poderia faltar, o que deveria ser presenciado e, principalmente, o que deveria ser ressaltado na pesquisa.

Acredito que qualquer construção é um criação, seja ela a de uma casa, a de um livro ou a de um quadro e, como tal, dotada de uma alma, de um poder

invisível da vida. A alma deste estudo foi germinada nesses encontros, momentos onde o concreto, o sonhos e as lembranças se misturaram, unindo “*uma porção de matéria e um sopro de espírito*” (Chevalier, 1982:36).

A vivência e a compreensão dessas experiências oportunizaram que as aproximações teóricas sobre homem e trabalho direcionassem à idéia de que, no âmago dessa socialidade, estão presentes o princípio da solidariedade (pela dimensão ética), o princípio da participação do redimensionamento do espaço de ação da cidadania (pela dimensão política) e o princípio do prazer, da emoção compartilhada (pela dimensão da estética), transformando o estar-junto como aquilo que promove o enraizamento, permitindo “*o entrecruzamento, a correspondência dos microvalores éticos, religiosos, culturais, sexuais, produtivos*” (Maffesoli, 1996:33) e se configurando numa ação pedagógica possuidora de uma lógica que não ultrapassa o que lhe é contrário, mas serve-se dele como elemento dinâmico, promotor de identificação e de mudanças no modo de viver as relações sociais.

Uma lógica que, centrada no cotidiano, promove a fusão grupal e assegura uma união de elementos *inato-adquirido-construídos* (Petraglia, 1995:71), o que possibilita a conjunção entre o reconhecimento e a descoberta. Essa conjunção, permeada pela razão, pela técnica, pela paixão, pela estética, pela ética e pelo prazer, se consubstancia como uma ação pedagógica.

A partir destas aproximações teóricas, constituiu-se a tecitura do estudo: a primeira, de que ordem e desordem são inseparáveis, gestam um movimento que cria campos alternativos de experimentação e de conhecimento; a segunda, de que algumas pessoas, na sua relação com as coisas e signos do mundo, se tornam figuras reveladoras de um movimento subterrâneo, onde a desordem que



se instala pode ser transformada em uma agente de fortalecimento de forças individuais e coletivas; a terceira, de que uma abordagem, que inclui não só o cognitivo mas também o afetivo, pode possibilitar uma melhor percepção sobre os atuais sentidos atribuídos ao Trabalho, tecido dentro da lógica de um *estar-junto* ético, estético e político.

Entende-se por sentido cada uma das formas de receber e interpretar as sensações do mundo. Seu conjunto cria uma trama constituída por diferentes *"pontos de vistas e de lugares que o enunciador ocupa na sociedade. "A rede de sentidos, socialmente constituída, materializada pelos discursos, vai constituindo-se numa pluralidade de significações e interpretações e ao mesmo tempo que é significada, interpreta"* (Zucchetti, 1999:41). Considerando a realidade das suas relações com o lixo, acredita-se que, na pluralidade de significações e interpretações materializadas socialmente (sobrevivência, necessidade, participação, orgulho, reconhecimento, vergonha, medo, violência, prazer, solidariedade), essas relações tornaram-se combustíveis de práticas sociais emancipatórias, promovendo não apenas o desenvolvimento da individualidade, mas também uma repolitização global da vida coletiva, constituindo-se como um processo pedagógico.

Anuncia-se assim que os sentidos do Trabalho enquanto valor, *"com outros olhares, olhando a partir de outros lugares"* (Zucchetti, 1999:38), materializado em ações que entrelaçam dimensões éticas, estéticas e políticas, são propulsores de promoção e emancipação humanas fundantes na constituição do "eu" e na relação com o "outro".

## **2- TRABALHADORES DO LIXO: FIGURAS DE DESORDEM**

---



*Lixo "é tudo que não presta e se deita fora(...) escória, sobras, imundices, sujidade"*



## **2.1- “Esconderijos” e Destinos do que não Presta e se Deita Fora.**

---



*“... lá acontecia de tudo. Tinha mãe que amamentava de um lado e catava lixo do outro, crianças junto ali. Acidentes de caminhão com crianças era normal (...)”*

A localização do Galpão normalmente é informada como “o Galpão de reciclagem do antigo lixão” ou “aquele Galpão que fica atrás do Big da Sertório”, ou ainda “o Galpão do Aterro”, mas oficialmente suas instalações estão na Rua Sérgio Steriche, s/n.º, e, como não existe transporte público que chegue até o local, a partir do prédio do Hipermercado Big, inicia-se uma caminhada onde boa parte é de “chão de estrada batida”.

Caminhar por esta estrada, por mais de um ano, tendo como companhia, inicialmente, o barulho dos motores de caminhões e ônibus seguidos de cães, gatos e o relinchar de cavalos cansados e mal tratados, tornou-se um espaço singular para reflexões. Paulatinamente fui me inserindo na paisagem. Afinal, foram dezoito meses de *idas e vindas*...

Antes de chegar ao Galpão, existe um pequeno prédio do DMLU cuja finalidade é impedir a entrada de pessoas não autorizadas no aterro sanitário, bem como pesar a carga dos caminhões que chegam com o material da Coleta Seletiva. Envolvida ora em fugir de cachorros, ora com os meus pensamentos, demorei muito em perceber que sempre fui observada e “cuidada” pelos funcionários do posto. Acredito que, cansados de se preocuparem comigo à distância, após seis meses de regulares visitas ao Galpão, resolveram me alertar sobre perigos em caminhar sozinha naquela rua. Agradecida e lisonjeada, procurei seguir os conselhos recebidos, tornando-me mais atenta não só com a minha segurança, mas também com tudo que rodeava a aventura intelectual que havia me proposto realizar.

Entrar no Galpão<sup>9</sup> sempre foi uma aventura. Os cães latiam com maior veemência e o meu pavor a esse animal aumentava na mesma proporção. Somava-se a isso a procura de um lugar não escorregadio para colocar os pés, cercados de lixo molhado pela umidade da neblina da manhã, pelas chuvas ou por um esgoto mal canalizado. Isto fez com que minha chegada sempre tenha sido motivo de risos, risos contidos no meio da frase *“entra, pode entrar porque eles não mordem”*, ditas geralmente por D. Terezinha Araújo Pinheiro, uma das mais antigas associadas e grande liderança do local, mesmo que nunca tenha ocupado cargo na diretoria *“por não ter estudo”*.

Quando foi construído, no início da década de ‘90 o tamanho do galpão já não comportava o número de pessoas que lá trabalhariam. Considerando que alguns ficariam parados pois tanto a quantidade de material quanto *“a estrutura não dá prá todas as pessoas trabalhar”*, a solução encontrada pelos recicladores foi a divisão por grupos, ligados a uma associação<sup>10</sup>. Dividiram-se, então, em dois grupos e, cada um deles, se subdividiu em mais dois.

*“Bom, aí nós vimos a necessidade de dividi, a falta de material, o galpão era pequeno e nós tinha uma quantidade certa de material e não dava prá aquelas 50 pessoas<sup>11</sup> trabalhar. No antigo galpão não tinha espaço, 4 caminhões descarregando aqui,e aquela época os caminhões eram pequenos, depois que aumentou o número de caminhões, o tamanho do caminhão. E aí nós fomos vendo que com 50 pessoas tirava uma mixaria. Aí a primeira idéia que foi dada*

---

<sup>9</sup> O espaço destinado para a separação de materiais de resíduos sólidos da associação é composto por 450m<sup>2</sup>, divididos em 100m<sup>2</sup> de construção e 350m<sup>2</sup> que circundam o Galpão onde geralmente são depositados os materiais que os cestos não comportam ou o refugo após a separação. Como a área pertence ao Grupo Tumeleiro, que já solicitou sua devolução, esta Unidade de Reciclagem será transferida para um novo Galpão a ser construído com verba do Orçamento Participativo na Avenida do Trabalhador, no bairro Santo Agostinho.

<sup>10</sup> Como será relatado posteriormente, houve uma primeira divisão que ocorreu em função dos conflitos que surgiram diante da organização proposta pelo DMLU.

<sup>11</sup> Número aproximado.

*foi de nós dividir em 2 grupos.” (Reciclador Sérgio, 35 anos. Março de 2001).*

Desde a inauguração do Galpão, em 1993, os recicladores trabalham, portanto, divididos em grupos, cumprindo uma jornada de oito horas diárias, de segunda à sexta-feira<sup>12</sup>, durante quinze dias por mês. Desta forma, dois grupos, com aproximadamente treze pessoas, trabalham numa semana e “descansam” na outra, o que garante, de acordo com as informações colhidas, melhores condições de trabalho. No entanto, esta forma de organização também comporta uma diferenciação de rendimentos entre os quatro grupos.

Cada conjunto de recicladores possui um líder, sendo este o responsável pelo controle e venda da produção e, periodicamente, de informar, através de planilhas próprias, a assiduidade do grupo, total da produção diária, preço de venda e total do rendimento. Uma vez por semana, descontando eventuais faltas e “empréstimos<sup>13</sup>”, o valor obtido pela venda é dividido entre os membros do grupo. Por esta razão, os materiais da Coleta Seletiva não são apenas divididos, mas vigiados por vários pares de olhos atentos.

Essa lógica organizacional, no entanto, não se restringe apenas às pessoas. Separadas por telas e com entradas diferenciadas, existem duas “unidades de produção”, destinadas ao recebimento e separação do material da reciclagem. No alto da parede, grandes vãos permitem que as cargas dos caminhões sejam descarregadas, alternadamente, em dois grandes recipientes.

---

<sup>12</sup> Apenas excepcionalmente os recicladores trabalham aos sábados e feriados.

<sup>13</sup> Tais empréstimos são feitos entre os recicladores e os atravessadores. A garantia do pagamento é a sua produção da próxima semana de trabalho.

Portanto, se um caminhão despeja seu conteúdo no primeiro recipiente, o próximo deverá fazê-lo no segundo, a fim de que, no final do dia, as quantidades de materiais sejam iguais aos dois grupos.<sup>14</sup>

Trabalhando em pé, as mulheres separam e acondicionam os materiais em cestos, sendo que cada cesto recebe um tipo de material: papel, alumínio, plástico, vidros e "outros". Posteriormente, os homens prensam, amarram e pesam os materiais. Colocada tanto dentro como fora do Galpão, a produção fica a disposição do "atravessador", que negocia, via de regra, com os líderes de cada grupo<sup>15</sup>.

O lado esquerdo do galpão, que denominei como Social é composto por "duas" cozinhas, um único banheiro e um pequeno espaço multifuncional, onde são realizadas as assembléias, discussões em grupos, cursos, jogos de carta "valendo cigarros" e, onde acontece o cochilo após o almoço.

A primeira cozinha, que deveria ser a única, possui uma pia, um fogão, uma geladeira, uma pequena mesa e algumas cadeiras. É o reinado de D. Terezinha. É ela quem dá as ordens: o que se comerá, quando e como será a limpeza da cozinha, quem lavará a louça. Como suas tarefas tomam quase todo o horário de trabalho, seu rendimento é a média dos dois grupos que habitualmente utilizam seus serviços. Após o episódio da "retração pública", passei a ser recebida dentro desse espaço, como "alguém de casa", o que propiciou uma melhor compreensão dos elementos que faziam parte do cotidiano

---

<sup>14</sup> Em média, "num dia de trabalho bom", o Galpão chega a receber sete caminhões de materiais da Coleta Seletiva.

<sup>15</sup> Ver anexo 6.



de trabalho no Galpão, como também perceber a amplitude do que estava investigando.

Natural de Santo Ângelo, mãe de 11 filhos, avó de trinta e quatro netos e bisavó de um bisneto, D. Terezinha, não chegou a terminar a primeira série do Ensino Fundamental e, ao longo dos seus 51 anos foi faxineira diarista, doméstica e vendedora de roupa. Apesar dos filhos desde crianças já negociarem sucatas em Santo Ângelo, iniciou esta atividade em Porto Alegre, no próprio lixão. Ao sair para procurar lenha para o velho fogão, acabou encontrando materiais que poderiam ser comercializados e, assim, engrossar o orçamento doméstico. Seu esposo, profissional da indústria da construção civil, logo começou a acompanhá-la e, diante da crise do mercado de trabalho dos anos 80, o casal e os filhos passaram a se dedicar, de forma integral, à garimpagem de lixo.

São quase vinte anos dedicados a essa atividade e, desde a necessidade de procurar, nas montanhas de lixo, roupas, alumínio, papelão ou qualquer outro material passível de comercialização, até a oportunidade de ir à Brasília no I Congresso Nacional os Catadores de Materiais Recicláveis<sup>16</sup>, vários acontecimentos foram esquecidos, ignorados ou guardados num compartimento da memória que não deseja ser reativado. No entanto, o que conta da sua história, bem como o que contam os demais homens e mulheres que trabalham nesta atividade, permite entender melhor a capacidade humana de dotar de

---

<sup>16</sup> Buscando o reconhecimento da profissão e linhas de financiamento, com recursos da Assistência Social para empreendimentos de geração de renda e trabalho que envolvam catadores, mais de 1300 indivíduos que trabalham com o lixo participaram do I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília, de 4 a 6 de junho de 2001. Os preparativos para o congresso, que duraram dois anos, culminaram numa pauta de reivindicações ao Congresso Nacional, assinada pelos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.



sentidos enalteceres as situações que retratam os resultados desastrosos da sociedade moderna.

Tal compreensão, a partir de elementos que vão desde uma ação concreta para sobreviver à realização de uma atividade que, de algum modo, passa a intervir na construção de um mundo melhor, possibilita perceber que, em pequenas atitudes e hábitos cotidianos, estão contidos importantes sinais de inteligibilidade da dimensão social e cultural atribuída ao trabalho.

A “segunda cozinha” é um pequeno espaço improvisado nos fundos do galpão, escondida entre os fardos de papel e garrafas plásticas. Velhas cadeiras e alguns caixotes tanto acomodam seus freqüentadores como delimitam sua extensão, que não deve abranger um espaço superior a 6m<sup>2</sup>. Dois fogões, um a lenha e outro a gás que completam a mobília, são utilizados para esquentar a água para o chimarrão e as marmitas que acondicionam o almoço de alguns dos recicladores. Foi neste espaço que conheci D. Irene Silva Machado, 48 anos, viúva, mãe de cinco filhos e quase quinze anos dedicados ao trabalho de triagem do lixo. Apesar de ter cursado apenas a 1<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental, seus comentários sobre o cotidiano de trabalho no Galpão revelam uma mulher com aguçada noção do seu papel dentro da associação. Mulher de poucas palavras foi ela quem explicou a razão de “duas cozinhas”: apesar de se darem bem, vários associados não concordam com a organização exigida por D. Terezinha e, portanto, para não brigarem por “*pouca coisa*”, ficavam lá “*no canto que são deles*”.

O “canto” é utilizado por dois grupos que trabalham em semanas alternadas e, via de regra, seus membros mantêm um grande distanciamento com a direção e com os problemas que são comuns ao conjunto dos associados.

No entanto, na aparente indiferença manifesta-se um descontentamento tenso: a entrada de jovens no lugar de associados mais antigos *que “necessitam mais trabalhar que os jovens”*; das cargas dos caminhões que não são igualitárias; da supremacia da Família Pinheiro; da escala do uso do banheiro; da saudade das *“meninas do DMLU”*, Cláudia e Angélica, por serem *“gente que nem a gente”*.

Essa tensão não se restringe aos grupos que possuem “menos regalias”. De um modo geral, está presente em boa parte dos associados que, mesmo descontentes, preferem o silêncio ao embate, fazendo com que os conflitos existentes sejam ofuscados ou apareçam sob o signo de uma desordem estéril que deve ser banida a fim de que não ocorram retaliações do Poder Público. O alheamento dos indivíduos acaba por fragilizar o espaço coletivo de manifestações e reivindicações: *“ninguém fala na hora que tem que falar”*. Uma alusão ao espaço pouco utilizado das assembleias.

*“Deveria ter uma vez por mês, porque eles vão, ele mesmo é um que vai em reunião 4 ou 5 vezes no mês. A gente não sabe o que eles conversaram lá, e o que eles estão decidindo lá. Aí quando eles vêm, ele já vêm anunciando já o que vão fazer. Que nem o [fulano] naquele dia ali, mas nós não sabia, e o Sr. Valdemar sabia, ficou complicado.”*  
**(Recicladora Silvana, 33 anos. Março de 2001)**

Percebe-se, contudo, que as mesmas experiências que construíram um ambiente dividido e contraditório, gestaram a idéia do pertencer, do fazer parte de algo maior e melhor e, com isso, a do poder possível. Sendo o descontentamento e o silêncio fontes potenciais do inesperado e do imprevisível, é provável que nesse ambiente intenso, extenso e tenso que está num constante

fazer-se, alguns futuros acontecimentos<sup>17</sup> podem minar o “*curso natural das coisas*”.

A Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte faz parte de um vasto conjunto de projetos alternativos de geração de trabalho e renda que, no campo popular, tem se tornado um traço marcante. Subsidiados, inicialmente, pelo Estado, ONG's (vinculadas freqüentemente a fundos internacionais), ou pela ação comunitária de instituições religiosas, acabaram se diferenciando de outras iniciativas econômicas do mercado de trabalho informal, uma vez que, geralmente, estão condicionados a uma produção coletiva, o que favorece um convívio mais horizontal e solidário no trabalho.

*“Distinguem-se de outras iniciativas no campo da economia informal porque, dado ao seu funcionamento peculiar, a preocupação com a sobrevivência leva aos poucos os seus integrantes a assumirem comportamentos sociais e pessoais novos, no âmbito do trabalho, da vivência comunitária e das relações com a sociedade” (Gaiger, 1996:101).*

Estes projetos que, de alguma forma, vão na contracorrente da crise econômica que assola o país, acabam criando alternativas não só de sobrevivência mas também de mobilização, de aprendizado técnico profissional, “*qualificando-os como agentes econômicos em um sistema sabiamente desfavorável aos seus interesses*” (Gaiger, 1996:197). A estas proposições, inclui-se o ideário do rompimento com o assistencialismo (público ou privado) e a consolidação desses empreendimentos como atividades econômicas auto-

---

<sup>17</sup> Está previsto para o ano de 2002 a mudança da associação para um novo galpão. Nesse novo espaço, por determinação do Poder Público, todos os membros da associação trabalharão juntos.

sustentáveis, capazes de implementar uma gestão administrativa, onde a cooperação e a solidariedade são instrumentos capazes de produzir efeitos sociais tangíveis e vantagens econômicas reais.

Percebe-se que, tanto a Prefeitura de Porto Alegre como a Federação dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul – criada com o objetivo de orientar e propiciar aos seus associados maior poder de negociação no mercado e com o Poder Público - almejam que as unidades de reciclagem tornem-se empreendimentos econômicos solidários viáveis, com a incorporação de estratégias organizacionais iguais aos dos modelos de produção vinculados à economia formal, capaz de gerar excedentes, renovar sua base material, eliminar atravessadores e operar com regulamento interno, estatuto e registro legal. Esse processo, no entanto, carece de uma efetiva ação educacional e política.

Para atingir tais objetivos, a Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte necessitaria alcançar alguns propósitos, entre eles: maior compreensão do complexo sistema de mercado; domínio do sistema administrativo e contábil; planejamento a médio e longo prazos que exclui a lógica do imediato; e uma nova organização da rotina do trabalho, sem as divisões em grupo. No entanto, tais propósitos ao se constituírem como exigências, compreendidos como “algemas” no processo de autonomia de trabalho, sem ressonância com a realidade objetiva dos recicladores, tornam-se motivos de revolta e insegurança.

Guilherme Pinheiro, 30 anos, casado, pai de três filhos, cursou até a 6ª série do Ensino Fundamental e é, segundo sua mãe D. Terezinha, o “doutor da família”. É o tesoureiro da Associação e sua principal função é a contabilidade geral dos quatro grupos. Apesar de cada um deles manter um controle de

produção, de venda e de “adiantamentos” fornecidos pelos atravessadores, o mapa global da vida comercial da associação, que é encaminhado (ou deveria ser) ao DMLU mensalmente, é de sua responsabilidade. Seus conhecimentos contábeis, fiscais e administrativos, no entanto, foram e são adquiridos frente à necessidade, o que nem sempre gera os resultados esperados pelo Poder Público:

*“Eles querem que organize; trabalhando todo mundo junto, porque motivo? Porque se a usina vai levar todo o material reciclável daqui, principalmente o plástico, vai ser vendido uma vez por mês, estão levando em conta a dificuldade pra fazer a divisão, se cada grupo levar lá o seu plástico cada vez que você pesar o plástico. São vários Galpão que leva o plástico pra lá, então nós temo se organizar, trabalhar os 4 grupos junto, mas pra isso a gente já falou que não temos estrutura.. A segunda coisa eles acham que tá todo mundo mal nesse trabalho aqui, tá muito mal porque esse lixo que tá em volta aqui. De fato a gente tentou juntar, mas a chuvarada não deixa a gente limpar (...)Então a coisa vai ficando num peg-peg que a gente vai ficando indeciso, inclusive com esse curso aí, eles dizem: O [fulano],o que é o professor que vem dar o curso, disse que se uma pessoa que não frequentou três aulas não vai ter oportunidade de ficar trabalhando. Então nós temo sendo mandado. Então aí fica ruim, eu no meu modo de pensar, nós não podemos fazer isso. Eu estou na associação há quase nove anos, eu entendo o seguinte: que da mesma forma que ele quer respeito, eu também quero, porque a organização interna do Galpão quem vai fazer é nós, nós sabemos como esse material vai entrar lá, não é dos 4 grupos, vai entrar como Associação do Aterro da Zona Norte, a divisão quem vai fazer é a diretoria da associação. Então isso aí que eu quero que ele pense lá é outra administração, entende?. Então aonde eu quero que ele chegue? Porque a administração aqui é uma e lá outra, não vai ser a mesma, é o papel meu como tesoureiro, eu lá sei qual é o papel dele também? Então é essa forma que eu entendo (...). Estão inclusive, nos ameaçando a tirar o Galpão se nós não nos organizarmos dessa forma. Então eles tão nos obrigando a trabalhar dessa forma porque senão nós*

*vamos perder o Galpão. No meu entendimento não existe isso aí, mas é que eles tão ameaçando o nosso trabalho de 10 anos de reciclagem.(Reciclador Guilherme, 30 anos. Março, 2001).*

Chama atenção a animosidade dos recicladores contra a Federação dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande. Nos diálogos mantidos com os recicladores, essa instituição ou é vista como um “obstáculo”, ou se configura como mais um poder, um poder externo a eles, um poder “*deles, dos grandões*”. Talvez porque sua formação não tenha ocorrido a partir de diretrizes feitas pelo conjunto dos recicladores, ou talvez porque os recicladores ainda não conseguem visualizar sua “*serventia*” na realidade objetiva de trabalho, a presença e atuação da Federação é compreendida pela lógica da imposição e da desconfiança:

*“Federação veio assim é confundir a cabeça do pessoal, pelo menos nós aqui. Porque eu, inclusive, acompanhei, tive muitas reuniões, como começou essa Federação. Por falta de conhecimento da própria Federação já que ela tá administrando os Galpão<sup>18</sup>. E a gente teve inclusive as pessoas que não quiseram mais exercer o nosso ofício por causa da Federação. Quando a gente quer alguma coisa de benefício pro Galpão “mas vocês tem a Federação!” [anteriormente], a gente pedia assim: “nós queremos uma vassoura prá fazer limpeza em volta do Galpão, umas enxadas” e vinha, demorava não o máximo 3 dias, e vinha. Hoje a gente pede alguma coisa eles dizem “mas vocês tem a Federação, vocês tem que apelar prá Federação” E aí a gente é tratado assim (...). Onde a gente pede uma colaboração, onde a gente toca no assunto eles dizem “mas vocês têm que se organizar” Principalmente falam pro S. Valdemar, que é o Presidente: “como nós vamos ceder alguma coisa se vocês não tão organizados?”. Mas eu acho que o que tá faltando prá gente*

---

<sup>18</sup> Na verdade, esta instituição não administra os galpões, aponta diretrizes.

*se organizar? Eu queria ter esse direito de perguntar pra Federação, alguém que venha representar a Federação, não dá esse direito pra gente perguntar. Então, eu acho assim, que se ela chegasse e desse a liberdade da gente se explicar e receber resposta, a gente era mais aberto, sem falar a gente não pode, tem que saber conversar, que a gente é assim, meio estúpido em algumas palavras que a gente não sabe pronunciar. Eles fazem a gente calar a boca, ele pede "exijo respeito do meu serviço". Então quer dizer: como é que nós ficamos nessa história?" (Recicladora Terezinha, 51 anos. Março 2001).*

Na complexidade dessas interpelações, o que fica evidente é que a Federação dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul é percebida muito mais como mais uma instância de poder sobre os recicladores do que um espaço de ação dos recicladores. Talvez isso se explique através da máxima de Paulo Freire: *"o conhecimento é algo que deve ser comido e não feito e refeito"* (Gadotti:1999:255), ou seja, é necessário que as novidades sejam construídas no interior do movimento, por auto-organização<sup>19</sup> desses indivíduos, constituindo um novo que, "digerido", seja inseparável do uso que se faça no *acontecer* diário de todos da Associação.

É nesse acontecer do cotidiano do trabalho que a lógica do imediato, voltada para a subsistência, revela-se como um hiato entre o que se desenhou como expansão e integração competitiva na economia e as práticas diárias voltadas a satisfação das necessidades. Nesse contexto, as pressões são

---

<sup>19</sup> De acordo com Edgar Morin, a "auto-organização baseia-se na associação de um dispositivo generativo (que dispõe do controle da informação) e de um dispositivo fenomenal, (que reage diretamente ao ecossistema e efetua as trocas metabólicas). A auto-organização significa igualmente organização da variedade (por hierarquia, diferenciação, especialização, comunicação), auto-regulação (feed-back negativo, homeostasia), multistasia (aptidão para aceitar como satisfatório um grande número de estados diversos), equifinalidade (aptidão para alcançar um objetivo através dos meios diferentes segundo dificuldades

percebidas como tentativas de controle e diminuição de autonomia do trabalho, e o que emerge é a idéia de que, em essência, o que se deseja – Federação e Poder Público - é que ocorra uma reestruturação produtiva<sup>20</sup> dentro do Galpão.

O problema é que pensar esse processo num ambiente cujo alicerce são valores, padrões, modelos e normas oriundos prioritariamente da relação homem-lixo exige a consideração dos fenômenos psicossociais e socioculturais envolvidos. Uma autoridade intangível e "invisível", como os "processos burocráticos", pode eliminar toda a independência e invenção de um projeto que se pretende auto-sustentável e autogestionável.

As exigências feitas, tanto pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana como pela Federação de Recicladores do Rio Grande do Sul, revelam não apenas como uma perspectiva nova pode ser perturbadora, como também, apontam para singularidades que estão presentes nesse universo. As dimensões cultural e social que o lixo e o fenômeno da catação possuem, apesar de conhecidas, são pouco exploradas enquanto espaços diferenciados do campo popular.

O significado de uma palavra, e os sentidos que dela decorrem, é resultado de correspondências éticas, culturais e sociais entre pessoas, coisas e palavras. Com o vocábulo lixo não é diferente: sua definição semântica é o

---

encontradas), multifinalidades (atividade voltada a numerosos fins ou objetivos diferentes uns dos outros) e, por fim, aptidão para o desenvolvimento ou evolução" (Morin, 1998b:83).

<sup>20</sup> "A reestruturação produtiva e industrial consiste em um processo que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefinição de papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, visando atender às necessidades de garantia de lucratividade" (Corrêa, 1997:202).



resultado do sentido que atribuímos a pessoas, coisas e palavras que não nos servem, que são destituídos de qualquer valor, que são inúteis.

De acordo com o Dicionário Brasileiro Globo (1993), Lixo é *“Tudo que não presta e se deita fora(...) escória, sobras, imundices, sujidade”*. Tal definição, principalmente quando colocamos em foco as modernas sociedades “civilizadas”, explicita não só a ação mas o sentido que damos às sobras, à escória e ao que “não presta”, além de insuflar algumas questões: o que são sobras? o que é que presta? quem trabalha com escória e dela sobrevive como pode ser definido?

O campo de argumentação a essas questões pode ser vasto, com fundamentos teóricos de diferentes ramos da ciência. Da física à semântica ou da química à psicologia, é possível mapear diferentes sentidos do mesmo signo. Porém, essa discussão não é o propósito desse estudo e, sim, suas implicações sociais e culturais; implicações que ultrapassam a palavra e a coisa e acabam por contribuir na definição da pessoa.

A palavra e a coisa tornam-se mais compreensíveis quando trocamos o vocábulo lixo pela expressão de resíduos sólidos. De acordo com as diretrizes do Plano Diretor de Saneamento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de 1993, considera-se Resíduo Sólido<sup>21</sup>:

---

<sup>21</sup> Composto uma melhor compreensão de Resíduos Sólidos, temos ainda a definição de resíduos domiciliares e resíduos especiais. “Conceitua-se como resíduo domiciliar qualquer resíduo sólido gerado em imóveis residenciais ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos de até 100L de capacidade. Conceitua-se como resíduo especial as seguintes categorias de resíduos: resíduos gerados em imóveis, residenciais ou não, que não possam ser dispostos na foram estabelecida pela coleta regular; resíduos gerados em estabelecimentos que realizam o abastecimento público ou que comercializam alimentos de consumo imediato; resíduos gerados por atividades ou eventos instalados em logradouro público ou gerados pelo comércio ambulante. Resíduos gerados em estabelecimentos prestadores de serviço de saúde (ambulatórios, hospitais, clínicas, consultórios, farmácias, etc.) são classificados como infectante, especiais, comuns e radioativos. Resíduos industriais são todos aqueles provenientes ou gerados

*“ ... qualquer resíduo em estado sólido que resulta de atividades industriais, domiciliares, comerciais, agrícolas, de serviço de varrição e capina, de serviço de saúde, de obras e demolições, de podas de parques e jardins” (DMLU, 1993:3).*

A mudança do vocábulo, no entanto, não altera a história de hábitos antigos, perniciosos à vida e ao meio ambiente, adquiridos quando a humanidade passou a viver em grupo e de forma sedentária. O lixo se apresenta como uma manifestação da desordem da ordem moderna, embora seja manifestação naturalizada, pois, por mais consciente que uma sociedade seja, continuará sempre a produzir resíduos, os subprodutos do conjunto das atividades desenvolvidas no seu interior.

Porém, nos últimos anos a problemática da produção e armazenamento de resíduos sólidos adquiriu uma dimensão que trouxe à tona antigas discussões sobre o destino final dos resíduos sólidos e, com elas, a visibilidade de uma população que, diariamente, anda pela cidade à procura de resíduos ou que passa dias e noites sobre lixões, tirando dali sua sobrevivência. Esses sujeitos tornaram-se parte da paisagem, do cenário banalizado das grandes cidades. Escapam, contudo, das explicações sociológicas pragmáticas, uma vez que fazem parte de um mundo ignorado cujas relações são gestadas pelo movimento da desordem e percebidas como propulsora de práticas transgressoras da ordem e dos seus limites.

O mapeamento do contexto torna-se mais claro quando nos aproximamos da tese de Balandier (1997a:103) de que *“a desordem e o caos não estão*

---

durante o processo de transformação da matéria prima em unidade industrial e são divididos em três categorias: Classe I - Perigosos; Classe II - Não perigosos e não inertes; Classe III - Inertes” (DMLU, 1993:3).

somente situados, estão exemplificados: à topologia imaginária, simbólica, associa-se um conjunto de figuras que manifestam sua ação dentro do próprio espaço policiado". Tal aproximação permite a percepção de que a presença da desordem se faz sob formas de figuras, figuras ordinárias da ação humana e do meio ambiente.

Nessa perspectiva, não só o lixo mas os sujeitos surgem como figuras de desordem. Figuras que são banalizadas e repletas de ambivalência por aquilo que delas é dito e o que elas designam, "sendo objeto de desconfiança e medo em razão de sua diferença e de seus status inferior, causa de suspeita e geralmente vítima de acusação" (Balandier,1997a:103); figuras que, como agentes de desordem, trazem um conjunto de outras figuras como a violência, a doença e o próprio fenômeno da catação, que exemplifica a desordem da ordem moderna.

O fenômeno da catação de lixo é uma prática antiga e presente, a partir do século XVII, em quase todos os países. O catador passou a ser um instrumento essencial no projeto de higienização das cidades urbanas, pois ao triar o lixo esses sujeitos acabam por organizar os lixos das casas ao "coletar restos orgânicos, ossos e cadáveres de pequenos animais" (Corbin,1987:152). Essa prática, no entanto, está associada predominantemente, aos indivíduos pobres, geralmente homens e mulheres do povo, inscritos nos centros de caridade que desodorizavam os espaços públicos e privados .

Na França dos séculos XVIII e XIX, o crescente aumento dos excrementos e do lixo, ligado ao número cada vez maior de pessoas no centro de Paris, acabou por suscitar uma luta contra o pútrido e tudo que a ele se assemelhava: pobres, mendigos, velhos, doentes, etc. Não só a triagem do lixo nas casas,

como a limpeza das latrinas públicas, a varredura das ruas e o transporte do lixo para um lugar distante dos olhos e do olfato ficavam a cargo deste grupo.

*“Daríamos a eles uma pequena charrete puxada por uma mula ou um cavalo ruim e mandaríamos que percorressem incessantemente, durante os dias úteis, as comunas e seus limites, retirando, com a ajuda de pá e vassoura, todas as imundícies aí encontradas, para conduzi-las ao reservatório da comuna. Esta limpeza de todas as horas forneceria uma grande massa de produtos e sua coleta contínua manteria uma limpeza agradável e saudável” (Corbin, 1987:143).*

Para entendermos esse fenômeno, que não ocorreu apenas na Europa mas em todos os países onde as disparidades sociais se deram através de uma caótica distribuição de renda, marcada não apenas pelo exercício do trabalho mas também *“pela sujeira que os cerca e neles penetra, por sua existência em contato com imundícies, que não tem tempo nem meios para afastar de si e que sua própria educação não os ensinou a temer”* (Corbin, 1987:192), é necessário que vejamos todos os elementos, as interações, as retroações, as determinações e os acasos que o constituem e que trazem constatações ambíguas, instáveis e fluidas.

A catação do lixo é um fato embrutecido, mas que requer um olhar lúdico, até generoso, um olhar que *“respeita as coisas pelo que são e que tenta apreender qual pode ser a sua lógica interna”* (Maffesoli, 1996:10), a fim de que possamos compreender e considerar a diversidade que este fenômeno comporta.

Em Porto Alegre, o desconforto e a preocupação com o lixo da cidade existe, documentalmente, desde 1820, vinda da uma observação do botânico francês Auguste de Saint Hilaire:

*"Percebe-se logo que Porto Alegre é uma cidade muito nova. Todas as casas são novas, e muitas estão ainda em construção. Mas depois do Rio de Janeiro não vi cidade tão suja, talvez mesmo mais suja que a metrópole"* (Costa:1983:11).

Nesse período, a responsabilidade sobre a limpeza das ruas e das casas era, ainda, atribuição dos proprietários. Terrenos baldios, margens de lagos e encruzilhadas eram os locais escolhidos pela população para atirarem tudo aquilo que não queriam próximos ao olhar e ao olfato, transformando-os em pequenos "lixões".

A despreocupação com o destino final do lixo trouxe o cólera que, no final da segunda metade do século XVII, fez vítimas em Porto Alegre. Tal situação levou as autoridades a normatizarem condutas de higiene pública, que culminassem na mudança de hábitos da população, desencadeados principalmente a partir de proibições: proibição de despejos de materiais fecais nas praias, proibição do hábito popular de abastecer-se diretamente do Guaíba, proibição de despejos nos pátios e acessos das casas.

No entanto, os primeiros serviços públicos de saneamento só ocorreram quando, no verão de 1875-1876, outra epidemia do cólera ocorreu na cidade. No combate ao cólera, conforme médicos da época, destacava-se a necessidade de limpeza das ruas da cidade, bem como a proibição de despejos de matérias fecais nas praias e a implantação de rede de esgotos cloacais. A solução encontrada para os despejos fecais foram os cubos, também chamados de cabungos<sup>22</sup>, substituídos semanalmente nas casas. Eram despejados em lugares

---

<sup>22</sup>Os cabungos ou cubos "eram recipientes de matéria fecal, sendo substituídos semanalmente, casa a casa. Descritos, mais tarde, como um constante transtorno causados às famílias que os utilizavam, na ausência de um sistema de esgoto cloacal em Porto Alegre" (Costa, 1983:13).

bem distantes da cidade: “*um ao lado da antiga cadeia Civil e outro na Rua Voluntários da Pátria (...); o terceiro lançamento seria numa lingüeta de terra na zona sul, conhecida como Ponta do Dioniso*” (Costa, 1983:13).

Os estudos sobre a implantação do sistema de esgoto na cidade foram concluídos em 1899 e o projeto previa uma rede de canalização de 83.901 metros lineares. “*As obras foram iniciadas em 1907 e concluídas em 28 de setembro de 1912, mas beneficiavam apenas 7.000 prédios*” (Costa, 1983:13), o que prolongou o uso dos cabungos até os anos 50 do século XX.

O lixo domiciliar e os detritos das varreduras eram depositados, durante a última década do século XIX, no litoral norte das praias do Guaíba que, dessa forma, foi aterrado. O lixo, então, passou a ser aproveitado no aterro do Campo da Redenção, causando protestos da Junta de Higiene<sup>23</sup> e forçando o poder

<sup>23</sup> O quadro abaixo, elaborado a partir das informações do livro de Telmo Cardo Costa (*Pequena História na Cidade de Porto Alegre*) e do *Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre - Moysés Vellinho*, apresenta as diferentes denominações do órgão municipal encarregado da limpeza pública:

Ano	Acontecimento:
1851	Criadas as <b>Comissões de Higiene Pública</b> nas Províncias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul.
1857	O Decreto 2052 aprova um novo regulamento que substituiu, nas províncias as Comissões de Higiene Pública por um <b>Inspetor de Saúde Pública</b>
1898	É criado o <b>Serviço de Assistência Pública Municipal</b> , subordinado ao Intendente Municipal
1919	<b>É criada a Diretoria de Higiene, Assistência Pública e Estatística</b> , cujas atribuições eram além dos serviços de Assistência Pública vigentes, os de fiscalização da higiene, limpeza de logradouros e próprios municipais (Locais de propriedade Municipal).
1925	Criam-se duas diretorias: Assistência Pública e outra da Higiene. Os serviços de limpeza são transferidos para a <b>Administração da Limpeza Pública</b>
1929	A Diretoria de Higiene passa ao controle do Estado
1939	Pela Reforma do Estado, a <b>Diretoria Geral de Obras e Viação</b> passa a ser responsável pela Diretoria de Limpeza Pública
1945	A Diretoria de Limpeza Pública passa a chamar-se <b>Administração de Limpeza Pública</b>
1955	Cria-se a <b>Secretaria Municipal de Obras e Viação</b> , subordinando à essa secretaria, o de Serviço de Limpeza Pública
1957	O Serviço de Limpeza Pública é transformado em <b>Divisão de Limpeza Pública</b> .
1969	Torna-se Departamento de Limpeza Pública
1976	Torna-se <b>Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU</b>

municipal a transferir o local de depósito para “a margem do Riacho, nas proximidades da Ponte da Pedra, no prolongamento da Rua Cel. Genuíno” (Costa, 1983:13).

A impropriedade era evidente, mas o lixo ficou sendo acumulado neste local até a época que passou a ser incinerados num forno construído à Rua Sans Souci<sup>24</sup>, que possuía uma capacidade inferior às necessidades de Porto Alegre, já desde sua inauguração.

Em 1898, os serviços de limpeza pública passaram a ser responsabilidade da Administração Municipal: adquirido um prédio na Rua Azenha, onde foram instalados os principais serviços de armazenagem de materiais e as cocheiras, iniciou o trabalho de varreduras e irrigação das principais ruas da área central da cidade.

Em 1915, o lixo domiciliar, que já apresentava um volume de 35.132m<sup>3</sup>/ano, foi o objeto de um pioneiro estudo técnico, publicado no primeiro número da revista “Egatea”, editada pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, assinada pelo Dr. Benito Elejalde, onde condenava certos hábitos da população e atribuía aos maus hábitos inúmeras doenças. O artigo trazia uma discriminação detalhada sobre o que poderia ser entendido como lixo e a preocupação com a permanência e o acúmulo deste nos domicílios. Apontava como solução para o problema, a canalização do lixo cujo agente de transporte seria a água. O artigo, no entanto, não discutia a questão do tratamento do lixo, “por enquanto qualquer

---

<sup>24</sup> Em 08 de julho de 1955, pela Lei n.º 1.424, a Rua Sans Souci, zona de baixo meretrício, situada numa parte da Rua Cabo Rocha, entre as Ruas da Azenha e Santana, passa a chamar-se Professor Freitas e Castro - Bairro Azenha.



*alvitre serve - lançamento ao mar, incorporação ao solo "in natura" ou redução pela incineração" (Costa, 1983:21). O prioritário era a coleta e não o seu destino final.*

Na década de 20, diante da produção diária do lixo na cidade, que já era de 185 metros cúbicos, e da incapacidade do Forno da Rua Sans Souci, foi implantado o Processo Beccari<sup>25</sup>, que consistia em transformar o lixo urbano em elemento fertilizante apto a ser incorporado às terras de cultura.

Até a década de 40, poucas alterações foram realizadas quanto à problemática da limpeza pública. Com coletas diurnas e noturnas, o lixo de Porto Alegre contava com três destinos: os aterros (que na verdade eram simples depósitos de lixo, os "lixões"), terrenos particulares e a incineração. Seu volume de 328,7 metros cúbicos diários crescia na mesma medida que a população de Porto Alegre, ocasionando não só danos à saúde mas, também, ao meio ambiente.

Diante da problemática dos resíduos urbanos, em 1946 novas proibições foram impostas: trapeiros<sup>26</sup> não podiam mais garimpar o lixo a procura de

---

<sup>25</sup> As celas de Beccari, construídas em Porto Alegre, "tinham a forma de paralelepípedo, de altura variável segundo a quantidade de resíduos que deveriam ser trabalhados. Eram cobertos por uma laje de cimento e tinham uma pequena declividade orientada por um dreno coberto com tijolos perfurados que se comunicava com um tanque localizado junto à parede externa. O ar necessário à fermentação penetrava no dreno e espalhava na massa do lixo, permitindo que o líquido abandonado pela massa escoasse" (Costa:1983:31).

<sup>26</sup> De acordo com o Regulamento do Serviço de Limpeza Pública, aprovado pelo Decreto N.º 347 de 26/09/1946, no seu Art. 10º, "É proibida a seleção ou separação dos resíduos integrantes do lixo – "chifomage" ou "triagem" quer nas latas, quer nos caminhões, seja por empregados da Prefeitura ou por trapeiros. O infrator se funcionário, será suspenso do serviço e se estranho, será entregue a polícia" (Boletim Municipal:1946:296) - Anexo 1.



material, aos “moradores era proibido deixar os recipientes de lixo mais do que 30 minutos no passeio” (Costa, 1983:52) e o transporte dos cabungos só poderia ser feito, obrigatoriamente “por um percurso que só poderiam estar incluídas ruas menos habitadas da periferia” (Costa, 1983:52).

As décadas seguintes também se caracterizaram por medidas proibitivas, com pouca ou nenhum processo de educação ambiental. Não se conseguiu, portanto, desenvolver ações com a abrangência e coerência necessárias que dessem uma solução ao problema.

Apesar do rigor do Regulamento de 1946, nas décadas de '50 e '60 os problemas voltaram ainda maiores. Nesse período, Porto Alegre quase triplicou sua população<sup>27</sup>, novas áreas residenciais surgiram nos extremos dos seus limites e novas avenidas e ruas foram sendo abertas.

Com um crescimento populacional desproporcional à necessidade não satisfeita de aumento dos serviços públicos, em 1960 o aproveitamento final do lixo voltou a ser debatido: o lixo passou a servir para a alimentação de porcos, sendo doado em troca do serviço de coleta.

O desaparecimento dos depósitos da Divisão de Limpeza de Porto Alegre e a extinção definitiva dos cubos nas casas localizadas em vilas populares, foi motivo de orgulho do órgão público que não cogitou sobre os sérios danos à

<sup>27</sup> População de Porto Alegre, por décadas, no século XX

Década	'20	'40	'50	'60	'70	'80	'90
Número Habitantes/mil	179.263	272.232	394.151	635.125	885.545	1.125.477	1.263.403

Fonte: IBGE

saúde que a solução dada ao lixo poderia causar. Em 1967, o serviço de coleta era irregular, com veículos sem adequação - abertos e sem dispositivos algum de compactação. O lixo recolhido que *“oscilava em torno de 420 metros cúbicos, com peso específico de 580 quilos por metro cúbico depois de compactado”* (Costa:1983:57), destinava-se ora para aterros ora para porcos, sendo deixados em dois depósitos, um na zona norte e outro na zona sul<sup>28</sup>, com capacidades de recebimento praticamente esgotadas.

Os lixões surgem em maior número nesse quadro, em que há necessidade de aumentar os locais de despejos sem, no entanto, aumentar os gastos, já que, historicamente, havia uma receita insuficiente para a Divisão de Limpeza em Porto Alegre, e, embora, esta, em 1968, tenha se transformado em Departamento de Limpeza Pública, aumentando em 17% o número de funcionários em relação ao ano anterior<sup>29</sup>, isto não representou um ganho na qualidade dos serviços prestados.

Sob a égide da “ordem e progresso”, o modelo de crescimento adotado no Brasil, e também em Porto Alegre, proporcionou o aumento desordenado da população da cidade, trouxe a sofisticação dos padrões de consumo, mas também trouxe uma diminuição de qualidade à vida e ao meio ambiente. Os lixões proliferavam, o serviço de limpeza pública não era o desejado, enquanto o volume de lixo coletado aumentava vertiginosamente.

---

<sup>28</sup> Nesse período, o depósito da Zona Norte localizava-se na Av. Protásio Alves e o da Zona Sul na Rua Atilio Superti. Ambos localizavam-se próximos a novas zonas residenciais, com baixo valor imobiliário, que estavam surgindo no final da década de 60.

<sup>29</sup> Em 1969, as reformulações ocorridas no órgão oportunizou um aumento do quadro de funcionários de 985 (1968) para 1155 (1969) servidores. (Costa, 1983).

Dentro desse panorama, em 1975 o Departamento de Limpeza Pública foi extinto, sendo criado, através da Lei N.º 4.080/75, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU, uma autarquia que possui autonomia jurídica, financeira e contábil, recebendo um sensível acréscimo de orçamento.

A forma de lidar com a problemática do lixo urbano, contudo, continuou a ser dentro de uma ótica de ordem, de espaços vigiados e de distanciamento. Os critérios utilizados para a escolha de uma determinada área como depósito de toda a espécie de lixo sempre foram, e manteve-se, o de baixo valor imobiliário e da inutilidade da área, localizadas principalmente em locais distantes do centro e dos bairros predominantemente ocupados pelas classes média e alta.

Os “esconderijos” encontrados para o lixo urbano, no entanto, não suportaram tamanha relação depredatória e a ordem implantada começou a dar fortes sinais de desintegração. Esses sinais só podem ser compreendidos em sua plenitude, a partir da idéia de que *“ordem e desordem são elementos indissociáveis, são duas faces de uma mesma moeda”* (Balandier, 1997a:121) que, estando presente no real, oferecem contínuas e incertas transformações.

A acentuação da repulsa diante do odor, do pobre, do velho, do proletário, do catador é confessada sem rodeios, retrato da intolerância que contagia e se amplia, criando novas formas de ordem a partir destas figuras de desordem, figuras que se constituem pelo medo do mal que vem de fora, que ameaça a tranqüilidade da vida.

## ***2.2 – De Catadores de Lixo a Recicladores. De Lixeiros a Profetas. Quando a Estética da Ética se torna Política.***

---



*Em uma sociedade de consumo plenamente realizada, as camadas se diferenciam hierarquicamente menos pelo que gastam consomem do que pelos restos que espalham ou que transferem umas para as outras” (Rodrigues, 1999:93).*

Numa sociedade onde a promessa da vida e do belo é uma garantia contra a morte e a miséria, o lixo e a morte tornam-se símbolos análogos: ambos possuem um aspecto perecível e destrutível da existência; designam o fim absoluto de qualquer coisa; se constituem de restos daquilo que um dia já foi útil.

*“Tal promessa se tenta realizar, principalmente, pelo controle e pelo afastamento da decomposição e do apodrecimento, colocados tão longe quanto possível dos olhos dos cidadãos. Isso implica, por exemplo, o banimento, o mascaramento ou a supressão da doença da velhice. Em termos mais sintéticos, o cumprimento da promessa requer o aniquilamento do que a sociedade considera dejetos, pois estes carregam simbolicamente ameaças de degenerescência e morte” (Rodrigues, 1999:91).*

Nesse contexto, a problemática do lixo foi, e ainda é, bastante complexa e até bem pouco tempo não havia sido tratada em todos os seus aspectos. As técnicas adotadas eram pensadas e executadas a partir das conseqüências trazidas pelo lixo e não pela sua origem e seu destino final. Nessa perspectiva, o processo de proibições e “esconderijos” (o projeto de ordem) resultou em um movimento, *“percebido como uma energia selvagem”* (Balandier, 1997a:123), convertendo-o em um instrumento de trabalho com efeitos positivos. Esse movimento de desordem trouxe a transgressão, a possibilidade de inovação do real, ofereceu novos elementos possibilitadores de uma nova ordem.

Ao se afastar o lixo e colocá-lo para fora das relações de uma sociedade asseptizada e hierarquizada ele foi necessariamente aproximado de pessoas com diversas denominações - lixeiros, moradores de favela, pobres - que, com freqüência, nos alertam que o culto à limpeza – especificamente desta limpeza que afasta aquilo que não se quer ver ou ser – possui uma dimensão política, ética e estética geralmente não consideradas:

*“... a pedra angular dessa hierarquização será constranger uma parte da população a consumir o que é refugo de outra. O que chamamos de dejetos na verdade são valores. Aqueles que estão no alto da hierarquia valorizam-se, sobretudo, pelo que rejeitam possuir, tocar ou consumir. Em uma sociedade de consumo plenamente realizada, as camadas se diferenciam hierarquicamente menos pelo que gastam consomem do que pelos restos que espalham ou que transferem umas para as outras” (Rodrigues, 1999:93).*

Na dimensão material do lixo, estão contidas relações sociais e simbólicas que, se por um lado o instituem como dejetos, por outro podem reconhecê-lo como elemento de emancipação. Portanto, o lixo se constitui numa figura semiológica de desordem inscrita num sistema de signos e vigiada por controles mais simbólicos do que reais. Afastar o impuro - cuja definição existe pelo seu contrário, o puro, consubstanciado com a idéia do bem e mal, limpo e sujo, belo e feio - afastar a convivência com o insuportável a partir de uma ordem utilitarista e hierarquizada, já apresenta, no entanto, fortes sinais de desintegração. O tipo de solução encontrada e utilizada, os afastados “esconderijos periféricos” que, via de regra, se localizam perto de grupos dos quais se almeja distância, tornou-se cada vez mais ineficaz e seus sinais impuros e desordenados cada vez mais presentes.

Um primeiro sinal pode ser assim entendido quando, no início da década de '90 quando a população da zona sul de Porto Alegre interditou o acesso de caminhões ao lixão da Olaria Brasília<sup>30</sup>, já que a outra área de destinação do lixo, o Lixão da Zona Norte, não apresentava condições de receber mais resíduos sólidos. Paralelamente, papelheiros e catadores proliferavam na cidade. Diante

---

<sup>30</sup> Através de conversas informais com os moradores da região, três fatores impulsionaram essa ação: 1) O volume dos resíduos abandonados no local sem qualquer tratamento estava trazendo doenças, proliferação de ratos, insetos, etc; 2) a presença do lixão tanto diminuía o valor imobiliário dos imóveis como aumentava o número de catadores de lixo no local; 3) de acordo com os moradores, durante a campanha, o candidato pelo Partido dos Trabalhadores, Sr. Olívio Dutra, prometera solucionar a problemática dos lixões da cidade.

dessa realidade, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no mesmo ano, decretou estado de calamidade pública, tendo assim conseguido verbas para transformar o lixão da Zona Norte em Aterro Sanitário, utilizando uma “tecnologia de biorremediação e adotando técnicas operacionais de aterro sanitário” (PMPOA/Adm. Popular:1993:16).

O Aterro da Zona Norte localizava-se numa área de banhado, ligada ao Rio Gravataí, com 49 hectares de extensão, ocupada desde 1985 e explorada por catadores desde 1986. No início, eram aproximadamente 274 catadores, homens, mulheres, adolescentes e crianças que sobreviviam do lixo e, apesar de não haver números exatos, uma parcela desta população, oriunda de vilas periféricas que circundavam o aterro<sup>31</sup>, “moravam” no lixão em abrigos de lona ou plástico.

Os diferentes horários de despejo dos caminhões e a necessidade de estar presente nesses momentos, garantindo uma garimpagem vantajosa, acabou propiciando a criação de uma pequena *cidade do lixo*. Portanto, para que fosse realizada a recuperação do Lixão em Aterro Sanitário<sup>32</sup>, era necessário iniciar atividades de orientação e organização das pessoas que não só exploravam economicamente o lixo, mas também viviam sobre ele:

*“Tinha gente que morava, tinha gente que tinha bar, vendia bebida, rinha de galo que brigavam, outros que robavam... uma barbaridade! Até mataram pessoas aqui. Prá te falar bem a verdade, eu acho que até hoje deve ter gente*

---

<sup>31</sup> Vilas do Respeito, Santíssima Trindade, Nova Brasília, Nazaré e Dique.

<sup>32</sup> Para melhor entendimento, entende-se por Lixão um local a céu aberto onde são depositados resíduos sólidos, sem qualquer separação ou tratamento. Entende-se por Aterro Sanitário “o processo utilizado para a disposição de resíduos sólidos no solo que, fundamentado em critérios de engenharia e normas operacionais específicas, permite uma confinamento segura em termos de proteção ao ambiente e à saúde” (DMLU,1993:10).

*enterrada ali, porque teve pessoas que eu nunca mais vi que trabalhava ali, e tinham né, [aqueles que] ficavam por porre, às vezes de noite ficavam dormindo no meio do lixo, as máquinas empurrava e muitos eu salvei ali, puxando do meio do lixo, antes que a máquina levasse”*  
**((Reciclador. Valdemar, 67 anos, Presidente da Associação. Março de 2001).**

*“... lá acontecia de tudo. Tinha mãe que amamentava de um lado e catava lixo do outro, crianças junto ali. Acidentes de caminhão com crianças era normal. (...) chegava uma determinada hora que chegava mais de um caminhão. Estacionavam e despejavam o lixo para manobrar (...) as pessoas corriam na disputa pelo material, então assim muitas vezes tinha lixo de supermercado, assim, as crianças corriam para pegar iogurte, ou alguma coisa assim e o caminhão manobrando não tinha condições de enxergar atrás. Muitas crianças acabaram morrendo e os pais diziam “é menos um prá eu alimentar”(…). Tinha tudo que tu pode imaginar: carrocinha para vender lanche no meio do lixo (...) eles fizeram uma cidadezinha, nos tínhamos diversos problemas, também o da prostituição. Meninas de 9 ou 10 anos que se prostituíam em troca de alumínio<sup>33</sup> porque era e continua sendo o material mais caro”*  
**(Cláudia, Socióloga que trabalhou com os catadores no início do projeto. Setembro de 1999).**

---

<sup>33</sup> A lata de alumínio é o mais valioso material reciclável, uma vez que a sua comercialização atinge preços muito mais altos em relação a outros materiais. Após sua separação, as latas são prensadas, sendo o material enfardado e vendido, primeiro para os donos de depósitos e, posteriormente, para as indústrias de fundição. Estas, por sua vez, transformam em lingotes de alumínio que, já em formato de blocos, “são vendidos para os fabricantes de lâmina que, por sua vez, comercializam as chapas para a indústria de lata” (Calderoni, 1999:181). Um outro fator que torna esta material atrativo ao processo de reciclagem é que este pode ser reciclado quantas vezes forem necessárias sem perder suas propriedades. O problema encontra-se na tecnologia aplicada na fundição destas latas, uma vez que esta ainda é precária e obsoleta, pois as latas são encaminhadas para os fornos sem nenhuma limpeza prévia – ainda enfardadas- não havendo a retirada da tinta existente. Mesmo assim, os ganhos com o processo de reciclagem são imensos. Há um ganho na diminuição da poluição da água e poluição do ar se comparado com a produção de alumínio a partir da matéria prima, a Bauxita, minério de alumínio responsável pela quase totalidade da produção do alumínio primário, cuja reserva mundial não é grande. (Calderoni, 1999).



Tal universo, constituído por elementos que brutalizam seus freqüentadores, também cria valores: o olhar que já não se fragiliza mais com a morte de um filho, ou com a venda de uma criança por alumínio, também não aceita a analogia entre lixo e pessoa. Aquilo que os separa e os torna rivais, pois pertence a “quem chegasse primeiro”, e “possuísse mais força”, detém ao mesmo tempo, uma função agregadora.

*“Era um lixão, mesmo. Era todo dia protesto de moradores. Aí iniciaram esse aterro sanitário que é hoje. Isso depois de muita bronca que deu aí... Hoje, depois de nós saí de cima do lixo é que fizeram um aterro sanitário. Antes era o lixão, hoje é o aterro que é uma coisa bonita prá ver. Tudo que tá enterrado aí embaixo foi nós que trabalhamos, inclusive resto de humanos, que tá enterrado aí.(...) A mãe, e eu mesmo, numa ocasião, nós achemo duas crianças, no intervalo de um ano! Sem vida (...) era do Hospital Presidente Vargas, e foi até o operador da máquina que pediu prá enterrar na hora, e nós não deixemo ele fazer isso, eu e o vô não deixemo “gente vai é chamar a polícia”, foi aí que nós chamemos a polícia “(...)E outra criança, criança grande, tava no meio de um saco de banana, só deu prá ver um pé. Aí eu ví que era uma criança, devia ser uma guriazinha. Aí nós chamemo um pessoal que tinha ali, eles queriam virá com a máquina e nós não deixemo” (Recicladora Silvana, 33 anos.Março de 2001).*

Uma das primeiras iniciativas da equipe<sup>34</sup> do DMLU, encarregada de organizar o trabalho dos catadores no Aterro Norte, foi a realização de um cadastramento de todas as pessoas que viviam e ou exploravam o lixão. Esse instrumento permitiu não só traçar o perfil dos catadores como, também, perceber que o processo de catação do lixo era feito de forma bastante desordenada. Existiam catadores de papel, de alumínio, de comida e de roupas.

---

<sup>34</sup> A equipe era formada por duas sociólogas e um assessor especialista em assuntos comunitários.

Na procura de soluções que trouxessem benefícios a todos, após o cadastramento, foi instituída a normatização da atividade de catação.

Para que aquelas pessoas continuassem a explorar o lixo (ainda não seletivo), era necessário que houvesse o cumprimento de certas normas de funcionamento: horário de entrada e saída; uso de crachá; área de catação e quantidade de lixo definida; proibição da entrada de menores de 14 anos<sup>35</sup> a normatização, no entanto, não garantiu que o processo fosse menos difícil:

*“...Nós tínhamos uma outra ótica, nós tínhamos que aprender com eles. Não daria certo organizar sem isso. Num olhar simples é tudo igual, é catador de lixo e catador é tudo igual (...) A gente via de forma homogênea, a gente só começou a se dar conta pela convivência. A convivência lá foi nos levando a perceber que catador de lixo não é tudo igual, não. Há aqueles que vieram da vila tal e tem um jeito assim de se organizar, aquele que veio da vila tal tem um jeito assado” (Angélica, Socióloga que trabalhou com os catadores no início do projeto. Setembro de 1999).*

Todas as mudanças impostas ocorreram de forma desordenada e conflituosa. Como demonstra o Ofício N.º 017/92<sup>36</sup>, dirigido ao conjunto de catadores, as “novas regras” – proibição de menores, uso de colete e horário de entrada e saída - não eram respeitadas. Isso culminou no fechamento do Aterro Norte<sup>37</sup> por vinte dias, o que implicou em severa vigilância por parte do Poder Público a fim de que sua decisão fosse cumprida. Resolvido parcialmente o problema, mas ainda com uma rotina de trabalho bastante precária, as atividades do Aterro Norte foram reiniciadas. As dificuldades, entretanto, aumentavam a

---

<sup>35</sup> Após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, esta idade subiu para 16 anos.

<sup>36</sup> Conforme Anexo 2.

cada dia para os catadores que, de uma forma quase instantânea, tinham que se apropriar e executar novas formas de trabalho:

*“Nos tivemos várias dificuldades, muitas dificuldades, inclusive as pessoas que vinham de fora, que não entendiam nada de associação, cooperativa. Eu pelo menos não sabia de nada, então a dificuldade foi entender um pouco. Vinha muita gente de fora e falava como é que tinha que ser. Chegavam outras pessoas que falavam que não era assim, que tinha que ser de outro jeito (...) Eles fizeram uma proposta prá unir as pessoas que moravam aqui com as pessoas da Nazaré. Até nessa eu lembro que o pessoal da Nazaré subiu prá trabalhar junto com nós, prá poder trabalhar todos juntos. Lá tinha um material mais nobre, e muita gente. Até dava briga por causa disso aí. Acontecia de pessoas virem prá cá, às duas da manhã, ou até dormia por aqui ou chegava às 6h e separava seu material e chegava o outro e pegava. Então aí, como é que iam vim trabalhar dentro de um galpão desse? (...) É aquela história: lá eles trabalhavam de manhã, de tarde eles tinham seu dinheirinho prá levar prá casa e aqui começou a demorar um pouco mais, receber por semana” (Reciclador Guilherme, Tesoureiro da Associação, 30 anos. Março de 2001).*

A perspectiva inovadora do Poder Público de tratar o meio ambiente como um problema social, não estava preparada para lidar com um universo onde o significado da relação homem-lixo não se limitava a ações de sobrevivência. Desta forma, homens, mulheres e crianças inscreveram naquele espaço uma ordem onde regras foram tecidas por sentimentos contraditórios, compartilhados no cotidiano de uma atividade que sempre esteve aliada à idéia de miséria, do sujo e do impróprio, contudo, capazes de gerar uma sociabilidade entremeada pela reivindicação, pelo prazer e pela solidariedade.

---

<sup>37</sup> O Aterro da Zona Norte esgotou sua capacidade de absorção em 1997. Atualmente, existe um aterro que recebe o lixo da coleta não seletiva: Aterro Sanitário de Gravataí.

Talvez o exemplo desse despreparo seja a forma como se planejou e se efetivou a primeira tentativa de organização dos catadores: divisão dual, tanto da área como do conjunto de indivíduos que trabalhavam no local. Utilizando uma corda “de fora a fora”, espaços, resíduos sólidos e pessoas foram divididos racionalmente. Isso culminou numa jornada de trabalho onde boa parte do tempo era gasto em brigas.

O ambiente de conflito alimentou, no entanto, um processo educativo, não apenas dos catadores, mas fundamentalmente dos técnicos do DMLU. As entrevistas realizadas, com dois, dos três profissionais que mais se envolveram com os catadores no processo de transformação do Lixão em Aterro Sanitário, revelaram que o compromisso existente era um compromisso ético, que ultrapassava a noção de “tarefa profissional”; era um compromisso e uma responsabilidade com vidas humanas. Portanto, o despreparo se converteu num instrumento de aprendizado mútuo, democrático e solidário.

*“... Nesse primeiro momento, nós não levamos em conta que cada pessoa era proveniente de uma vila, que possuíam ligações afetivas com seu vizinho. Aí, depois que a gente se deu conta disso a gente organizou de forma diferente(...) pelos laços afetivos, moradia, vizinho(...) Bom, mesmo assim eles diziam: “ah, esse lado está pior”, aí nós invertíamos eles novamente de posição” (Angélica, Socióloga que trabalhou com os catadores no início do projeto. Setembro, 1999)<sup>38</sup>.*

Os catadores, então, foram divididos em quatro grupos, basicamente a partir das vilas de origem, que era onde estavam seus amigos e vizinhos. Com

---

<sup>38</sup> Durante as entrevistas com as técnicas, que ainda hoje continuam na Assessoria Ambiental do DMLU, mas não mais vinculadas a atividades com as Unidades de Reciclagem de Porto Alegre, era visível a emoção que essas lembranças ocasionavam. Uma emoção que na sua intensidade mostrava o grande carinho e respeito que sentiam (e sentem) pelos trabalhadores do Galpão do Aterro Norte.

mais esse critério os problemas diminuíram, mas o número de pessoas que trabalhavam no lixão também:

*“... aí nós começamos a trabalhar com a seletiva lá em baixo, não em cima do lixo, mas em cima de um local que eles separaram lá prá nós. E aí era 4 piso. A nossa aqui, nós seis a Brasília, a Santíssima Trindade e a Nazaré(..)Naquela época era divisão de vila, cada vila tinha o seu grupo” (Reciclador Sérgio, 35 anos. Março de 2001).*

Os avanços foram sendo conquistados de forma gradativa. No mesmo ano, os catadores começaram a trabalhar com o material da Coleta Seletiva<sup>39</sup> e, mesmo sem um Galpão - trabalhavam com esse material a céu aberto -, começaram a trabalhar em pé, pois até então a maioria trabalhava acorçado ou ajoelhado.

Esse “erguer-se” não só facilitou a separação do material da Coleta Seletiva, tornando-o menos penoso aos corpos dos trabalhadores, como deu um sentido diferente ao trabalho, uma vez que o ofício não necessitava mais ser executado a partir de uma posição física que carrega como maior significado o da servidão. O trabalho, agora, era feito com o dorso erguido, ereto, possibilitando uma tradução que, nesse caso, significava um passo a mais para a conquista da própria dignidade.

*“... No início só dois galpões recebiam o material da Coleta Seletiva. O Galpão da Ilha e outro da Santíssima Trindade.*

---

<sup>39</sup> Entende-se por Coleta Seletiva um sistema de coleta parcial de resíduos componentes do lixo domiciliar considerados recicláveis, baseada numa seleção prévia dos seus produtores. Em Porto Alegre a Coleta Seletiva foi implantada em 1990, no Bairro Bonfim. O programa foi ampliado até que em 1996 todos os bairros passaram a ser atendidos.

*Quando começou a ter mais material que eles não conseguiam, que eles não tinham a capacidade de absorver, então nós começamos uma experiência com eles no próprio lixão. Foi feita uma área para o lixo da Coleta Seletiva, o material era colocado e eles aí faziam a separação do lixo. A segunda etapa desse trabalho foi a construção de cestos, construção de cestos a céu aberto e eles começaram a trabalhar de pé, que nem o início da evolução do homem. Então, a partir daí que eles começaram a trabalhar numas caixas grandes, na altura dos caminhões. O caminhão colocava o lixo em cima e eles trabalhavam na volta, a céu aberto ainda, mas já com o material da seletiva e em pé” (Cláudia, Socióloga que trabalhou com os catadores no início do projeto. Setembro de 1999).*

O projeto de ordenação do trabalho, no entanto, acabou por afastar várias pessoas, muitos não se adaptaram outros não foram “escolhidos” como associados da então germinal Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte<sup>40</sup>. Inicialmente foram escolhidos representantes cuja incumbência era, a partir de critérios como assiduidade, comportamento, uso do uniforme, enfim, respeito às normas estabelecidas, “sugerir” ao DMLU quais os catadores que permaneceriam trabalhando.

*“No caso era praticamente fazer uma escolha de pessoas, isso aí foi a pior. Isso aí a mãe ajudou, nós escolhemos e muita gente ficou contra nós, mesmo trabalhando aqui em cima... Mas todo mundo era colega. Como é que eu vou escolher? Era meu colega, quer dizer, era uma época de influência para mim, prá mãe, pro Guilherme, Seu Valdemar. O Ademar na vila dele, mais o pessoal daqui que trabalhava no aterro. Foi uma guerra. Aí que eles deram a listagem pro pessoal e prá nós ali escolher, foi praticamente por isso que o pessoal foi trabalhar aqui. Aí nós tiremos*

---

<sup>40</sup> A primeira entidade de Reciclagem, em Porto Alegre, a constituir-se foi a Associação de Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral, durante o primeiro semestre de 1990. Atualmente, de acordo com dados do DMLU, aproximadamente 60 toneladas de lixo seco são distribuídas diariamente entre 8 Unidades de Reciclagem, onde os materiais são separados, beneficiados, armazenados e comercializados. O Galpão da Associação construído com verba pública foi inaugurado em 1993, sendo a única Unidade de Reciclagem que se organizou apenas com o apoio do Poder Público.

*nome, marcava na listagem e depois passava pro DMLU. Aí eles fizeram uma assembléia geral com todo o pessoal que se manteve (...). O resto ficou tudo sem serviço, isso aí foi ruim, eu particularmente acho que isso aí foi um erro do DMLU, do DMLU ou da prefeitura, esse pessoal praticamente ficou sem serviço. Eles tavam desde o início trabalhando com nós aqui né. Quer dizer, eu fui um dos privilegiados em ficar aqui, né mas o resto do pessoal não ficou” (Reciclador Sérgio, 35 anos. Março de 2001).*

Talvez a estranha combinação de desconfianças e desafetos entre os catadores e a esperança comum de uma vida melhor tenha possibilitado que o fenômeno formado por homem-lixo-trabalho-sobrevivência passasse a se conjugar com participação-decisão-prazer-solidariedade e tenha possibilitado a construção de uma nova estrutura de convivência, culminando em novos sentidos éticos e estéticos a esta atividade laboral, constituída na e pela necessidade de sobrevivência. Entretanto, essa nova estrutura de convivência nunca foi destituída de contradições.

O Sr. Valdemar de Oliveira nasceu em 1933, em Tuncunduva, cidade do interior do Rio Grande do Sul. Agricultor expulso de terras arrendadas em Santa Maria, veio “*tentar a sorte*” em Porto Alegre, pois acreditava que na cidade podia “*se organizar melhor, trabalhar diferente e ter custo para manter*”. E, como vários outros agricultores, procurou tal “organização” na construção civil. Trabalhando em uma obra, observava “*os caras puxando carrinhos*” e comercializando seu conteúdo. Como sua jornada era de segunda à sexta-feira, começou a aproveitar os finais de semana para “*juntar papel e material luminoso*”<sup>41</sup> no lixão. Em pouco tempo percebeu que os ganhos de dois dias de trabalho como catador eram maiores que os cinco como pedreiro e, diante de um negócio tão “*proveitoso*”, acabou trazendo a mulher e uma das filhas para a atividade.

---

<sup>41</sup> Sr. Valdemar se refere a qualquer material de alumínio

De acordo com seu relato ele “deu sorte” e logo começou a comprar o material que outros catadores recolham, tornando-se um “atravessador”. Esta condição, entretanto, não o impediu de se tornar uma liderança no local. Seu carisma superava as desconfianças comuns entre catadores e “atravessadores”. Por ser uma “*pessoa carimbada no meio*”, via e ouvia muitas coisas, mas acabou aprendendo que, em alguns momentos, o ditado popular “*se a palavra é de prata o silêncio é de ouro*” pode até salvar a vida de alguém. Mas, um episódio o “*embrabeceu*” muito, superando o limite do aceitável quando, certa vez, entre uma compra e outra, presenciou uma cena que fez com que iniciasse a organização das pessoas do aterro.

*“... o DMLU, através do maquinista apertou eles contra o muro, um monte de terra e não deixou eles sair até um pedaço da noite. Aí eu embrabeci e no outro dia eu peguei e fiz uma comissão e fui no DMLU, foi quando eu abri esse aterro prá todo mundo trabalhar.” (Reciclador Valdemar, 67 anos, Presidente da Associação. Março, 2001).*

O apoio recebido pelo Sr. Valdemar se originou de uma esperança comum de boa parte das pessoas que lá trabalhavam, pois de uma forma singular eram parceiros, experimentavam junto os acontecimentos que envolviam o dia de trabalho no aterro, o que já atribuía ao cotidiano do trabalho uma dimensão cultural e social: a expectativa quanto à chegada dos caminhões, a competição pelo alumínio, o cansaço, a fuga coletiva, o preconceito e a necessidade.

Mediados pela complexa representação do lixo, a cada novo desafio, o vínculo era fortalecido. Um vínculo onde a desconfiança ia se compondo com a solidariedade pela conquista de interesses legítimos, ou simplesmente por momentos onde o importante eram as “chacotas” e brincadeiras. Nesse acontecer do cotidiano, onde novidades eram paulatinamente “*digeridas*”, a idéia de que “*as coisas são assim porque sempre foram, e as tentativas de mudar só*



*trazem mais malefícios*", perdia gradativamente sua força e, por essa mesma via, emergiam novas representação da atividade exercida, principalmente a de que era *"um benefício social aos outros que não trabalham com o lixo, para a sociedade..."*. Sendo assim, esse novo *status*, conferido ao trabalho, construído e digerido pelos catadores, iniciou um processo de extrema importância: a ligação com a sociedade, até o momento intangível, pela via de uma valoração positiva.

Todos os acontecimentos formaram uma sucessão de mudanças, um processo que propiciou que a atividade laboral conquistasse um sentido maior do que o da sobrevivência. O cotidiano não era apenas vivenciado sob a lógica do quanto se ganhou ou se perdeu num bolso ou no outro, também acontecimentos privados – aniversários, casamentos, nascimentos - se tornavam públicos e se faziam presentes no espaço social do Aterro exclusivamente para as pessoas que lá trabalhavam.

Os movimentos de uma nova proposta de ordenação, apesar de constituídos por contradições – a exclusão de parte dos trabalhadores do Aterro que não conseguiriam continuar suas atividades através da Associação seja por falta de espaço ou por não terem se adaptado em tempo hábil às novas regras de trabalho- resultaram, de modo geral, em melhores condições de vida aos atuais 54 associados, tanto no rendimento (média mensal de 250,00<sup>42</sup>) quanto na aquisição de novos conhecimentos.

O Sr. Oliver de Freitas Rodrigues, mais conhecido como Petraco, natural de Cachoeira do Sul, 42 anos e dezesseis dedicados à atividade de catador, iniciou a atividade em função do *"negócio de mangueiral de porco"* e, mais tarde, *"como tinha uma amizade muito boa no lixo, um serviço muito bom de trabalhar,*

*trabalhar dia e noite*”, resolveu ficar. Não sabe como o apelido surgiu, mas possivelmente foi através de brincadeiras, *“de repente alguma coisa política”*, no entanto, possui muita clareza porque continua trabalhando com o lixo.

*“O lixo é um negócio que dá muitas vezes pro cara aprender mais alguma coisa. Aqui também eles dão força prá fazer um curso. Eu mesmo já fiz no SEBRAI, de 15 dias. Então eu acho que há uma oportunidade do cara sabendo usar a cabeça, do cara melhorar em alguma coisa. Dá prá fazer um curso pensando mais prá frente um pouco (...) Geralmente a maior parte tem em torno de 5 anos ou mais. Então já é uma evidência de que é mesmo uma família. Então eu acho que prá mim não tem interesse nenhum. Continuar aqui eu acho que é melhor prá mim. (...). Aqui é um negócio que o cara sustenta a família, então eu acho que o cara tem que levar a sério. É um local que dá prá melhorar” (Reciclador Petraco, 42 anos. Março de 2001).*

Essa melhora, no entanto, não se restringe ao plano econômico. Sua dimensão alcança o domínio do reconhecimento profissional e pessoal, em materializar desejos como a abertura de uma conta corrente ou obtenção de um cartão de crédito de uma rede de hipermercados; desejos que, na verdade, explicitam uma *“fome do mundo”* que pode e deve ser saciada. Nesse sentido, móveis, eletrodomésticos ou cartão de crédito transformam-se em troféus *“conquistado com o lixo, com o que as pessoas jogam fora”*. São a materialização de uma *“fome”* saciada, de um poder ter que se iguala a um poder ser, maior e melhor, capaz de explorar novas possibilidades e encontrar *“outros modos de resistir, para efetuar a mudança”*, (Noronha, 2001:12), superando limites.

Dessa forma, esses sujeitos, no convívio com as dificuldades acabam tecendo um movimento transformador e organizador que efetua mudanças

---

<sup>42</sup> De acordo com os dados fornecidos pelo DMLU a média seria R\$ 190,00 (ref. 1,3 salários mínimos e \$73,07- março/2001), no entanto, de acordo com trabalhadores – de diferentes grupos – a real média é de

transcende à ordem da realidade *“para além de sua própria esfera e de seu ambiente, alterando-a a partir de sua dimensão ética, que irá nortear os seus valores”* (Petraglia,1995:59). Ao organizar-se<sup>43</sup>, o sujeito liga inter-relacionalmente *“elementos, acontecimento e indivíduos que, a partir daí, se tornam os componentes de um todo”* (Morin,1977:101), ou seja, ao coexistirem com representações coletivas de desordem (o lixo, o mal, a miséria) subvertem o esperado, exploraram possibilidades e organizam-se a partir delas.

São, portanto, sujeitos auto-eco-organizadores<sup>44</sup>, que estão no mundo *“não enquanto membro de uma categoria pertencente à espécie”*(Petraglia,1995:57), mas como autores de uma história que ainda está sendo escrita. Diferentes histórias que possuem um referencial comum: o trabalho com o lixo e no Galpão. O que verte, no entanto, de mais intenso nessas composições é como esta atividade acabou sustentando – ou ressignificando – certos valores que, mesmo sem eliminá-la, transcendem a vida individual, passando a irrigar ações educativas, tanto fora quanto dentro do espaço físico de uma instituição de ensino:

*“Eu tenho o meu filho mais novo. Agora, faz um mês atrás que quando eu vi ele tava com uma turma de criança e a professora deles do colégio, que fica perto daqui. Ele disse “o meu pai trabalha lá no Galpão de reciclagem”. Aí, a*

---

R\$ 250,00 (1,6 salários mínimos e \$96,2 – março/2001).

<sup>43</sup> De acordo com Edgar Morin, a organização é a disposição de relações entre componentes ou indivíduos, que produz uma unidade complexa ou sistema, dotada de qualidades desconhecidas ao nível dos componentes indivíduos. A organização liga sujeitos, acontecimentos e elementos diferentes.

<sup>44</sup> A noção de sujeito auto-eco-organizador se origina das concepções de Edgar Morin. De acordo com o autor a auto-organização dos sujeitos é na verdade uma auto-eco-organização uma vez que transcende o próprio ser: *“A noção de sistema auto-eco-organizador não é apenas uma noção empírica que só permite completar um saber insuficiente. É uma noção paradigmática de importância capital que acentua e liga indissociavelmente caracteres sociais chaves que, em geral, a teoria sociológica esquece: o problema da autonomia organizadora (auto-organização), o problema da relação com o ambiente (relação ecológica), problema permanente da desorganização interna (aumento de entropia) e o problema da reorganização interna (princípio auto-regenerativo)”*(Morin, 1998a:85).

*professora queria conhecer. Aí ele trouxe a professora e os alunos. Então eu acho que pelo menos os meus filhos não têm preconceito nenhum quanto a eu trabalhar no lixo. Não há vergonha prá eles. Tanto não é que ele levou os colegas dele e a professora prá conhecer o local onde o pai dele trabalha, os parentes, tios, tias, vó. Então eu acho que nessa parte eles não têm preconceito, e acho que nem com os outros" (Reciclador Sérgio, 35 anos. Março de 2001).*

Penso, então, ser possível entender as atividades realizadas no Galpão como um intenso e extenso processo educativo, com uma capacidade "tanto de criar e nutrir, quanto instruir, puxar para fora, produzir, isto é, aquele referente tanto à educação formal quanto à informal, o ato que atravessa as gerações e sustenta certos valores em direção à determinada idéia do bem" (Becker, 2000:224), o que recoloca o acontecer do cotidiano também como um conhecimento capaz de traduzir e reconstruir o mundo. Falarem das coisas quase como as estivessem tocando - da amargura individual à desilusão coletiva - às vezes até de forma contraditória, possibilita perceber o quanto os conhecimentos adquiridos neste processo ofereceram condições para uma articulação política no que tange ao reconhecimento, não apenas legal, mas social, da atividade realizada.

*"Eu acho que aos poucos tá terminando o preconceito. Ainda tem, né?. Aquelas que olham na televisão e dizem assim "os catadores do lixão" eu acho que esse nome teria que mudar, acho que até vai mudar, porque eu acho uma coisa "catador de Lixão" eu acho uma coisa... Eu gostaria que as pessoas chamassem como Recicladores de Lixo, mas não, chamam de catadores de lixão. Na TV a gente geralmente vê assim" (Reciclador Cláudio, 40 anos. Março 2001).*

Conscientes da importância do papel que exercem na sociedade, é comum se denominarem "profetas da natureza", ou "defensores do meio ambiente" e rejeitarem denominações como "lixeiros" ou "catador de lixão". Para

eles, existem três tipos de pessoas que trabalham com o lixo: o gari, “que trabalha na rua, trabalha varrendo rua”; o lixeiro que trabalha catando lixo nos lixões ou nas ruas; e eles – os recicladores - que trabalham nas unidades de reciclagem. De certa forma sabem que o significado do lixo na nossa sociedade se difunde para as pessoas que o manejam. Historicamente, foram denominados como trapeiros, miseráveis, mendigos, uma escória que, mesmo limpando a cidade, impedindo a proliferação de lixões, não se deseja a proximidade.

*“...Muita gente tem o defeito de chamar nós de lixeiros, como muitas vezes acontece. Tem pessoas que chamam assim. Até gostaria de muitos que fazem a reportagem aqui no Galpão, que tivessem que conhecer cada casa deles. Eu teria orgulho de receber alguém na minha casa, até com filmadora, prá filmar o que eu tenho, que eu consegui, conquistei com o lixo” (Recicladora Terezinha, 51 anos. Março 2001).*

Esse sentimento também é presente nos mais jovens. Nas conversas mantidas com os jovens e adolescentes do Galpão, ser Reciclador é uma profissão, “tem até curso, lixeiro não”. Liriane Santos Pinheiro, 15 anos, trabalha no Galpão substituindo parentes ou amigos que, por diferentes razões, se ausentam por um determinado período. A oportunidade de ganhar mais que “moça que trabalha em loja, até de shopping”, e poder contribuir com o orçamento doméstico, a motiva mais do que a ir à escola. Diante das dificuldades financeiras da família, e sendo a mais velha de oito filhos, desistiu de estudar antes de concluir a 5ª série, há quase dois anos, para trabalhar. Sonha em fazer o “colegial” e conseguir um emprego melhor. Por enquanto permanece, pois está envolvida tanto com o trabalho que é desenvolvido – que lhe oportuniza “um bom ganho” e “aprender coisas nova” – como com as pessoas que trabalham no Galpão. Mas, como os demais zanga-se, inclusive com o pai, quando é chamada de lixeira.

*“Trabalho porque eu gosto. Antes, quando eu vinha aqui, o meu pai – inclusive ele trabalhou aqui – ele falava prá mim “ahhh, que eu nunca quero te ver como lixeira”. Isso eu tenho certeza que não sou, lixeira, porque trabalho aqui dentro. Daí eu disse assim prá ele: “Eu não sei porque o senhor fala se o senhor já trabalhou lá dentro”. Eu falo prá ele que não é assim a história. Se ele tem vergonha disso aí, daí o problema é dele. Eu não tenho vergonha disso aqui” (Recicladora Liriane, 15 anos. Março 2001).*

A fala de Liriane traz um elemento importante: a proximidade com o lixo não é condição *sine qua non* para destruir a simbologia negativa que possui para grande parte da população. Durante o período em que a pesquisa foi realizada, alguns catadores e ex-catadores ficavam perplexos com a minha proximidade com esse universo<sup>45</sup> e não era incomum ouvir comentários como “*a senhora estudou tanto, para isso?*”. O preconceito, o desprezo com a coexistência do insuportável não é uma prerrogativa daqueles que comumente estão distantes dessa realidade. O lixo e o fenômeno da catação, inserem-se, primordialmente, na vida dos sujeitos como um ardil empregado para amenizar as dificuldades de sobrevivência.

Tal perspectiva, no entanto, não é a única e outros sentidos são vivenciados. Uma vontade comum, quando vivificada num ambiente que objetivamente a acolhe, passa a se manifestar como solidariedade e responsabilidade compartilhada, como combustível a práticas sociais emancipatórias que promovem não apenas o desenvolvimento da individualidade, mas também uma repolitização global da vida coletiva. Foram

---

<sup>45</sup> Esta postura, no entanto, não foi um prerrogativa apenas de indivíduos que trabalham ou trabalhavam com o lixo. Era comum indagações por parte de colegas ou alunos, como: “*como consegue manter um contato tão próximo com a sujeira?*”, “*como suporta o mau cheiro?*”, “*você pretende andar de carroça pela cidade para saber intelectualmente como é atrapalhar o trânsito?*” Ou ainda “*antes de vir trabalhar, retorna à sua casa para tomar banho?*”.

justamente essas experiências de uma vida coletiva, e as possibilidades que elas ofereceram na construção de identidades singulares, autônomas e inter-relacionadas ao todo, que os levam a rejeitar as denominações de “Lixeiros” ou “Catadores de Lixão”, que se estende também aos carroceiros:

*“...aqueles podem ser considerados como recicladores também, e não como catadores de lixo. Eles são recicladores, eles são profetas da natureza, eles estão tentando não poluir mais o planeta como ta poluído. Eles não têm um emprego, eles não tem nada, eles vão achar alternativa” (Reciclador Cláudio, 40 anos. Março de 2001).*

Assim, o termo Reciclador adquire um sentido muito maior do que uma denominação da atividade exercida. Ele ultrapassa a palavra e a coisa e acaba definindo a pessoa, uma pessoa que se atualiza cultural e profissionalmente, através do manuseio do lixo.

Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer a preservação do meio ambiente e favorecer um controle mais sério dos agentes potencialmente poluidores, bem como proporcionar incentivos à segregação domiciliar, à Coleta Seletiva e à própria reciclagem, as práticas efetivas de disposição do lixo no Brasil ainda são os lixões: “88,02% dos municípios brasileiros depositam lixo a céu aberto” (Fritsch,2000:59), ou em aterros controlados<sup>46</sup> utilizados por 10,50% das cidades. Destas apenas 1,2% apresentam aterros sanitários, em função do alto custo de preparo e manutenção.

---

<sup>46</sup> “O aterro controlado assemelha-se ao aterro sanitário, porém não dispõe de impermeabilização de base, o que coloca em risco a qualidade das águas subterrâneas, não apresentando, ademais, sistema de tratamento de chorume [banha] ou de dispersão dos gases gerados” (Calderoni:1999,117).



Diante desse quadro, a reciclagem do lixo, particularmente do lixo sólido domiciliar, ainda carece de uma atenção especial. Não existe uma política nacional de reaproveitamento dos resíduos sólidos, havendo uma omissão do Estado:

*“A consequência da ausência do Estado nas questões relativas à reciclagem do lixo consiste, em primeiro lugar, no não desempenho do seu papel de instituidor(...) a não normatização das relações envolvidas pode levar à prevalência inclusive, de situações de clandestinidade. Isto vem se verificando, por exemplo, no mercado de trabalho ligado à reciclagem, onde os carrinheiros usualmente não contam como o amparo efetivo da legislação que regula a atuação de empregados e autônomos” (Calderoni, 1999:72).*

Não há dúvida que o lixo na sociedade moderna acabou ampliando o mercado de trabalho, principalmente o informal. Os escombros da sociedade acabou por criar um novo setor econômico, permitindo que milhares de pessoas sobrevivam de uma ocupação, uma opção econômica e de trabalho, que antes se relacionava basicamente à mendicância e à triagem para o uso pessoal.

Este panorama, aliado às onerosas consequências diante das toneladas de lixos nos esgotos, “lixões”, rios e vias públicas, fez com que um número cada vez maior de municípios desenvolvesse ações voltadas para a implantação de Programas de Coleta Seletiva que, por sua vez, oportuniza que a intensa produção de lixo seja trabalhada e reutilizada, de forma que haja uma busca de maior equilíbrio entre o homem moderno e o seu meio ambiente.

A Coleta Seletiva foi iniciada nos Estados Unidos, nos países escandinavos e na Alemanha no início do século XX, sendo que não se



constituía uma ação pública, ou seja, não constituía uma atribuição das Prefeituras Municipais a coleta do lixo domiciliar.

*“A sistemática adotada envolvia a separação domiciliar do lixo em três grupos de resíduos: materiais orgânicos; cinzas resultantes da combustão, geralmente da madeira e do carvão; material de valor comercial, como papel, cacos de vidro, metais e tecidos. Esses resíduos assim separados, eram retirados por comerciantes ou industriais” (Calderoni, 1999:139).*

Na Europa, os períodos de guerra e de crise marcaram o aumento da recuperação e reciclagem de resíduos, sendo que, na Itália, a Coleta Seletiva iniciou, oficialmente, em 1941 frente às dificuldades acarretadas pela guerra. Atualmente, no Japão a reciclagem atinge “40% e 50% do total do lixo e grande número de municípios japoneses desenvolvem programa de Coleta Seletiva. A participação social, nessa questão, alcança níveis muito elevados, iniciando-se na escola e permeando o cotidiano da população” (Calderoni, 1999:140). Na China, os materiais são levados até pontos de coleta - oficialmente a seleção do lixo ocorre desde 1950 - e nestes pontos são trocados por dinheiro. No entanto, de acordo com a bibliografia consultada, a falta de motivação da população fez com que vários destes postos fossem desativados.<sup>47</sup>

Aliada ao discurso ecológico, a reciclagem propicia, além da própria mercadoria, uma ampliação cada vez maior do mercado consumidor, que se dá pela construção de um consumidor sensibilizado pelo princípio da responsabilidade ecológica, amplamente divulgado na mídia, nas escolas, nas instituições públicas e privadas. Esse processo, que por caminhos tortuosos

---

<sup>47</sup> De acordo com Calderoni, citando CAMPOS, Robison. Proposta de Sistematização e Reavaliação do Processo de Gerenciamento de serviços de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares, Dissertação

acaba por contribuir na construção de uma postura ética global com relação ao ambiente, proporciona, além do aumento de vendas de algumas marcas, a redução cada vez maior dos custos operacionais da reciclagem, uma vez que com as várias campanhas de sensibilização, da separação e até limpeza dos resíduos secos, ocorre o aumento do grau de pureza do material recolhido.

No município de Porto Alegre<sup>48</sup>, a coleta ocorre em todos os bairros, alcançando aproximadamente 60t/dia de lixo, que é encaminhado às unidades de reciclagem, onde o material é separado, classificado e vendido na sua maioria para donos de Depósitos de Ferro Velho, denominados pelos catadores de "atravessadores".

*"... Aqui é um negócio que o cara sustenta a família, então eu acho que o cara tem que levar a sério. É um local que dá para melhorar. Se esta usina de certo, eu espero que dê certo, que ganhe melhor, que não vai ter os atravessador que tem hoje; o atravessador são aqueles que ganham o lucro nosso, são aqueles que ganham(...) tá um problema nosso, que quem ganha nas nossas costas é o atravessador, que tem que manter 2 ou 3 caminhão e 10 ou 20 funcionários(...) eu acho que a gente deve torcer que esta usina dê certo, prá mais tarde a gente poder negociar também esse material que a gente fizemo" (Olevir de Freitas Rodrigues, Petraco, 42 anos. Março de 2001).*

---

de Mestrado, USP, Escola de Engenharia de São Carlos, 1994, página34: "em Shangai chegou a haver entre 400 a 500 pontos de coleta, mas 50% deles foram desativados por falta de motivação da população".

48 Em 10.10.1990, a Lei Complementar N.º 274 torna obrigatória a Coleta Seletiva em todo o município de Porto Alegre, atendendo o artigo 227 da Lei Orgânica de Porto Alegre:

"O Município adotará a Coleta Seletiva e a reciclagem de materiais como forma de tratamento dos resíduos sólidos domiciliares e de limpeza urbana, sendo que o material residual deverá ser acondicionado de maneira a minimizar, ao máximo, o impacto ambiental, em locais especialmente indicados pelos planos diretores de desenvolvimento urbano, de saneamento básico e de proteção ambiental".

Esta impossibilidade de negociar diretamente com a indústria recicladora está relacionada ao processo de organização e formalização do trabalho na unidade de reciclagem, principalmente no grupo pesquisado. O processo existente, hoje não atende nem às exigências legais, requerida pela Prefeitura de Porto Alegre, nem aos moldes previamente ordenados pela organização do trabalho fabril.

No Galpão do Aterro Norte, os esforços de formalizar a atividade – jurídico e contábil – são marcados por avanços e recuos, uma vez que, para muitos catadores, as engrenagens do sistema formal são abstratas, sem consonância com a realidade objetivamente vivida. Há uma certa resistência em incorporá-las: *“se eles querem tudo conforme manda a lei, por que o DMLU não assina a nossa carteira e paga nossos direitos?”* A idéia de autonomia de trabalho, mesmo estando atualmente num efervescente processo de mudança, ainda está balizada, para muitos, na negação do amparo público, sendo este só acionado via carteira profissional *“assinada”*.

Paradoxalmente, esta resistência favorece a continuidade da presença dos “atravessadores”. Estando fora do setor formal, as Unidades de Reciclagem<sup>49</sup> não conseguem emitir notas fiscais, necessárias ao fluxo contábil das indústrias recicladoras formalizadas, e, realizando as negociações separadamente – cada unidade negocia com os atravessadores o preço da semana –, não conseguem manter ou prever um abastecimento regular necessário ao processo contínuo de industrialização realizado pelas empresas. Esses elementos somados são os principais responsáveis pela presença de intermediários, que fornecem ao

---

<sup>49</sup> Esta denominação é a dada pelo Poder Público.

mercado, através dos seus Depósitos de Ferro Velhos, tanto os registros oficiais de fluxo monetários quanto quantidade e periodicidade.

De acordo com os dados coletados no DMLU, atualmente Porto Alegre produz diariamente 1600 toneladas de lixo por dia, sendo recicláveis<sup>50</sup> 300 toneladas. Porém, deste total apenas 60 toneladas por dia são recolhidos pelo DMLU, cuja composição básica é: papel, alumínio, ferro, metais, plásticos, cacos e vidros<sup>51</sup>. Este numero é considerado pequeno, pois sabe-se que a segregação e a disposição dos resíduos para a coleta, ainda que os caminhões em Porto Alegre passem em todos os bairros, não é um hábito que atinge todos os moradores<sup>52</sup>.

Outro fato que atinge a Coleta Seletiva é a coleta e o transporte clandestino de lixo, geralmente realizados por carrinheiros e carroceiros. Este tipo de coleta, impróprio à coleta de resíduos, se por um lado está garantindo a sobrevivência de um grupo de indivíduos, catadores autônomos ou empregados por produção informal de Depósitos de Ferro Velho, por outro contribui para o aumento do problema ambiental e a própria insalubridade da população, uma vez que o refugo deste material é abandonado em arroios, terrenos baldios e até mesmo no fundo das casas dos próprios catadores, criando pequenos "lixões" particulares<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup> Veja anexo 3.

<sup>51</sup> Veja anexo 4.

<sup>52</sup> De acordo com as informações colhidas na Assessoria Ambiental do DMLU a adesão da população está em torno de 62%.

<sup>53</sup> Não é objeto deste estudo a dimensão da problemática cultural, social e econômica destes catadores, aqui denominados "autônomos" (carrinheiros e carroceiros). No entanto, tais indivíduos, à luz da abordagem teórica aqui proposta, são também exemplos ativos de *figura de desordem*.

Estima-se que estes catadores “autônomos” são responsáveis por recolher 125 toneladas de lixo, por dia, nas ruas da cidade. Tal prática também favorece a venda de resíduos orgânicos para criações clandestinas de porcos, oferecendo riscos à saúde dos consumidores destes animais, comercializados também clandestinamente<sup>54</sup>.

Conforme o DMLU, o volume coletado nos 150 bairros do município de Porto Alegre é distribuído em oito unidades de reciclagem que recebem um volume de acordo com a sua capacidade física e humana de trabalho. Atualmente, a Coleta Seletiva proporciona uma atividade remunerada, que varia entre 1 a 2,5 salários mínimos<sup>55</sup> a 457 pessoas. Como a dinâmica do trabalho e sua comercialização são definidas pelas próprias unidades, não há apenas diferenças de rendimentos entre as unidades como também na composição do rejeito, que varia entre 25% a 30%:

*“...observa-se que o mesmo material pode estar sendo vendido diretamente para a indústria ou para um atravessador, vendido numa unidade e compor o rejeito noutra; vendido por um preço numa Unidade e por outro noutra; vendido para o atravessador por valor superior ao da indústria; comprado pelo mesmo comerciante, mas por preços que variam entre as unidades” (DMLU/Assessoria Ambiental, 2001:10).*

Como a produção é pequena e não consegue manter um volume constante e suficientemente capaz de suprir a necessidade da indústria, são os

---

<sup>54</sup> Porto Alegre possui projeto de Reaproveitamento de Resíduos Orgânicos via Suinocultura. Os resíduos orgânicos, “são transformados em ração alimentar para consumo de suínos. Atende especialmente criadores da Zona Sul (área permitida para criação pelo PDDU). Cada criador recebe uma cota média diária de 6kg por animal de resíduo triados e segregados na origem em estabelecimentos comerciais e hospitais previamente treinados a separar os resíduos alimentares. Estes resíduos são cozidos antes de serem dados aos animais” (DMLU, 1995:19).

<sup>55</sup> Referência ao salário mínimo de R\$ 151,00, em vigor até março de 2001. Para uma visão mais detalhada quanto à remuneração mensal do conjunto de recicladores de Porto Alegre veja anexo 5.

atravessadores que acabam por regular o mercado dos resíduos sólidos segregados das unidades. Isso não só cria uma grande oscilação no preço do material possível de ser comercializado como acaba por gerar uma concorrência entre as próprias unidades, o que dificulta, inclusive, uma ação conjunta e eficaz, contra a supremacia dos atravessadores nas negociações.

Não se trata, no entanto, de entender esta estrutura sob a ótica de “mocinhos e bandidos”. Subordinado ao comportamento geral da economia, o mercado de trabalho, há algumas décadas, tornou-se uma expressão objetiva da relação entre oferta e demanda de mão-de-obra, permitindo a criação de formas heterogêneas de ocupação. Catadores ou donos de depósitos, todos de alguma forma, são reféns da lógica do desenvolvimento econômico e igualmente procuram um meio, através do seu trabalho, de se fazer reconhecer por aquilo que são.

### **3- A Lógica de uma Ação Pedagógica-Emancipatória**



*"Não é que não exista mais trabalho. Mesmo com todas as modificações tecnológicas, todas as pessoas, mesmo aquelas que estão nisso que a literatura, de forma infame, chamou de setor informal – os que saem para tentar na rua*

*alguma subsistência -, continuam a sair todos os dias para tentar dar uma significação ao que quer dizer trabalho.”(Oliveira, Francisco de 2000:26).*

O termo trabalho, no decorrer da história, adquiriu múltiplas significações, podendo designar a execução concreta de uma tarefa, o castigo divino ao qual os homens são submetidos, a negação do ócio, o esforço penoso, o labor. Pode também se reportar à uma prática religiosa ou a atribuições pessoais. Popularmente, nas religiões de origem africana, as oferendas aos Orixás são conhecidas como trabalho, *“trabalho de macumba”*. É comum expressões que incluem o vocábulo trabalho expressando dificuldades da vida como por exemplo a de que *“criar filhos dá muito trabalho”* ou *“viver dá trabalho”*

Tanto na Grécia Antiga como em Roma, o trabalho manual era desvalorizado e a atividade teórica (contemplativa) representava a excelência humana sendo o ócio prerrogativa de homens livres. Na Idade Média, a primazia da contemplação permanece e é apenas no Renascimento, com o desenvolvimento da ciências e da técnica, que se inicia a valorização do sujeito que trabalha.

Ao relacionar o papel do protestantismo na formação do capitalismo moderno, na sua obra *“A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”*, Max Weber (1987) esclarece a relação de valoração entre sociedade e religião, afirmando que os valores introjetados nos sujeitos são transformados em motivos de ação social. De acordo com a teoria weberiana, a motivação do protestante é o trabalho, como dever e vocação, como um fim em si mesmo. Segundo o autor, esse entendimento expandiu-se com o capitalismo, cuja proposta de trabalho fez surgir novos valores, onde a ociosidade só é permitida a vagabundos, considerados homens sem história e sem destino.



Essa valorização ocorreu vinculada à ascensão da burguesia que transformou o trabalho numa das circunstâncias sócio-econômicas centrais (Arroyo, 1991). O trabalho tornou-se a ordem reguladora, uma nova expressão da realidade não só sócio-econômica, mas também cultural. Trabalhar passou a ser o principal componente para a definição do caráter. Prova disso é a elegibilidade do trabalho, pelos teóricos da economia do século XVIII, como única fonte de riqueza<sup>56</sup>, ou pela filosofia, com Hegel (1989), que apontou a atividade laboral como “*expressão de uma liberdade reconquistada*”. A perspectiva hegeliana sedimentou a supremacia do trabalho, sendo através dela que ocorre a cisão do espírito que “*sai de si*” e se exterioriza na cultura. Esta cisão, no entanto, é superada por um estágio superior, a consciência em si. Ao privilegiar a consciência, coloca o mundo material como a “*encarnação da idéia absoluta da consciência*”, onde o mundo material é posterior ao espírito.

O materialismo dialético retomou, dos economistas clássicos ingleses, a exaltação do trabalho e sua exigibilidade como categoria privilegiada na análise do real (Jacques, 1993), bem como o conceito de dialética e de história formulados por Hegel. O trabalho, no pensamento marxista, além de ser central é condição de liberdade, responsável pelo processo de hominização, sendo elemento fundante do conhecimento humano.

À multiplicidade de sentidos acrescenta-se o da distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual, presente ainda hoje, favorecendo o culto à inteligência e o desprezo ao esforço físico, estando a eles vinculados valores,

---

<sup>56</sup> No século XVIII Adam Smith (1723-1790) publica *A Riqueza das Nações*, onde desenvolveu idéias a respeito da divisão do trabalho, a função da moeda e a ação dos bancos na economia. O autor “*revela a importância do trabalho ao pensar a sociedade não como um conjunto abstrato de indivíduos dotados de vontade e liberdade, tal como fizeram Rousseau e Locke, mas ao apreender e interpretar a realidade inglesa de seu tempo*” (Costa, Maria Cristina, 1995:30).

quer materiais - concretizados, por exemplo, no salário - quer simbólicos - como o *status* garantido por uma atividade intelectual e ou gerencial.

Essa mesma distinção pode ser encontrada nos conceitos de Labor e Trabalho de Hanna Arendt (1995:345), onde o labor é *“uma atividade assinalada pela necessidade e concomitantemente futilidade do processo biológico, (...) é atividade que os homens compartilham com os animais”*. O Trabalho, ao contrário do Labor, cria e se interpõe entre a natureza e o homem.

Sem o objetivo de esgotar as aproximações dos diferentes significados de Trabalho e Labor, construídos ao longo da história, nota-se que ambos sempre estiveram ligados à concepção de valor, um valor não apenas instrumental, mas moral, simbólico, vivido pelo viés positivo ou negativo, construído prioritariamente pela dimensão cultural das pessoas.

Sob essa perspectiva, o trabalho na sociedade moderna é imbuído de um conjunto de significados (perda, sofrimento, medo, prestígio, sobrevivência, convivência, etc.), que assumem diferentes sentidos na esfera do cotidiano dos sujeitos, e, abordar a questão sob um olhar positivo, consciente que a vida humana é ativa no processo de conquista e ressignificação do mundo, não ignora que o ambiente da formalidade do trabalho se revela, ainda, como um lugar privilegiado.

O mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade e exclusão social. No Brasil colonial, a massa da população livre não se enquadrava na estrutura produtiva escravista. A supressão da escravidão não eliminou o problema: aos ex-escravos, brancos e mulatos pobres foram destinados as piores e as mais precárias ocupações e, para a mão-de-obra

européia, subsidiada pelas oligarquias regionais do país, foram reservados os cargos de trabalho assalariado nas indústrias nascentes.

*"Nas cidades, essa massa de ex-escravos e brancos pobres não encontrava qualquer ocupação (...). Esses excluídos eram, assim, submetidos a baixíssimos padrões de vida e atraíam o desprezo da sociedade, que a eles se referia pejorativamente como ralé, turba e rafaméia<sup>57</sup>" (Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de, 1998:114).*

Com uma estrutura fundiária que não permitia a criação de uma camada de pequenos proprietários no campo, a industrialização passou a ser o caminho para a superação da miséria, o que culminou num processo de urbanização veloz e desestruturado. As décadas de 50 a 70 do século XX foram marcadas por um grande dinamismo industrial, apresentando tanto uma diversificação da estrutura industrial como também uma expressiva expansão de oferta de postos de trabalho. No entanto, não foi suficiente para absorver a imensa mão-de-obra que se encontrava "despejada" nas cidades, fruto do êxodo rural ocasionado tanto pela estrutura fundiária como pela ausência de políticas sociais no campo.

A incapacidade de absorver o excedente da mão-de-obra gerou duas características marcantes no mercado de trabalho brasileiro: 1) criação de pequenas atividades mercantis onde alguns trabalhadores se inseriam informalmente; 2) grande desnível entre a oferta e a procura de postos de trabalho que propiciou a associação da pobreza urbana aos baixos salários praticadas no setor formal da economia. Essas circunstâncias, aliadas à intensa repressão à ação sindical, rebaixamento do salário mínimo após 1964 e a

---

<sup>57</sup> É interessante quando observamos os significados destas palavras. Segundo o Dicionário Aurélio (2000), turba significa **multidão em desordem** e ralé significa: **escória, escória social, escorralhas, escorralho, fezes, lixo, zé-povinho, gentalha, poeira, mundaça.**

mudança na legislação<sup>58</sup>, tornando-a mais flexível, viabilizaram o movimento constante dessa mão-de-obra. As características do trabalho taylorista-fordista desse período, baseada na fragmentação e simplicidade das tarefas, exigindo pouco tempo de formação, contribuíam para que houvesse uma feroz concorrência entre trabalhadores, numa ciranda de demissões e admissões:

*"A intensa concorrência entre trabalhadores pouco qualificados, o bloqueio à ação sindical e o rebaixamento do salário mínimo promoveram assim grande diferenciação entre os salários, abrindo o leque salarial. Agregou-se a desigualdade entre os assalariados à desigualdade de renda entre proprietários e não proprietários" (Oliveira, Carlos Alonso Barbosa de, 1998:123).*

O fim do grande ciclo expansivo da industrialização, gerado principalmente com a crise econômica provocada pelo choque do petróleo em 1973, acabou proporcionando alterações abruptas no quadro do mercado de trabalho não só brasileiro como mundial. Frente à crise e recessão econômicas, as empresas se viram diante da necessidade de adotarem um projeto de modernização, centrado basicamente na automação das plantas produtivas. A automatização sinalizava à desativação dos grande pólos tradicionais de produção, uma vez que *"a perspectiva de automatização aparecia para as empresas como um meio de superação dos conflitos entre capital e trabalho, graças à visão de que o trabalho na nova configuração produtiva se tornaria residual"* (Dedecca, 1998:167).

No Brasil, a década de 80, contrariando o quadro internacional, foi marcada pelo ressurgimento do sindicalismo que procurava a regulamentação das relações de trabalho. No entanto, a estagnação produtiva, que impedia o

---

<sup>58</sup> A legislação antes de 1964 oferecia certa proteção aos trabalhadores "ao penalizar as empresas que demitissem sem justa causa. As indenizações cresciam em proporção ao tempo de serviço na firma e, após dez anos, o trabalhador tornava-se estável"(Oliveira, Carlos Alonso, 1998:121).

contínuo aumento de valorização do capital, e, concomitantemente a inserção de inovações técnicas e organizacionais mesmo que pontuais foram esboçando uma reestruturação da indústria nacional às exigências do mercado internacional. Simultaneamente, este quadro flexibilizava e desregulamentava cada vez mais o mercado de trabalho brasileiro.

Desta forma, essa década foi marcada por uma estagnação da economia fruto da baixa taxa de investimentos, pelo lento ritmo de aumento do produto global, por empréstimos a juros muito altos<sup>59</sup> e, conseqüentemente, por uma contenção das atividades econômicas e produtivas. No final da década, 27% dos trabalhadores eram assalariados não-formais e 18,1% trabalhadores por conta própria<sup>60</sup>, o que demonstra que um pouco menos da metade da população estava inserida em trabalhos assalariados formais<sup>61</sup>.

<sup>59</sup> De acordo com o economista Paulo Eduardo Baltar quando, na década de 80, os Estados Unidos aumentaram os juros para captar mais recursos e valorizar o dólar, o resultado imediato foi uma crise que "quebrou o México e *"ninguém mais emprestou para um país endividado. Passamos a ter empréstimos só para renovar o principal da dívida e fomos obrigado a pagar os juros(...)"* (1998:131).

<sup>60</sup> Deve-se ter um olhar cuidadoso quanto a considerar o trabalhador por conta própria como pertencente ao setor informal. A ilegalidade e precariedade, comum neste segmento, podem não ser encontradas em trabalhadores conta-própria (mesmo que excluindo trabalhadores universitários autônomos e donos de negócio familiar) que trabalham em condições adequadas, estando também sua atividade devidamente legalizada junto aos órgãos públicos competentes.

<sup>61</sup> "A tabela abaixo demonstra as alterações significativas ocorridas na estrutura de oportunidades ocupacionais:

Categorias Ocupacionais	Pessoas ocupadas %	
	1979	1989
Assalariados de estab. com mais de 1.000 empregados	18,6	16,3
Assalariados de estab. com 100 a 1.000 empregados	15,4	13,5
Assalariados de estab. Com 10 a 1000 empregados	20,7	17,7
Assalariados não-formais	21,5	27,0
Trabalhadores por conta própria	17,8	18,1
Trabalho sem remuneração	2,1	2,1
Empregadores	3,8	4,3
Total ocupação não-agrícola	100	100

Fonte: PNAD; RAIS; Censos Demográficos (BALTAR, 1998:133).

A partir de então, com a redução da capacidade produtiva e a modernização tecnológica e organizacional das empresas, que convergiam às tendências da globalização, a taxa da PEA<sup>62</sup> passa a se constituir, significativamente, por pessoas que atuam nas “variações” do setor formal, que comumente é designado a partir de diversos critérios:

*“...atividade econômica ilegal; estabelecimento de pequeno porte; tecnologia intensiva em mão-de-obra; baixa produtividade do trabalho; trabalho por conta própria, baixas receitas; comércio de rua, artesanato, serviço doméstico; baixa ou nenhuma capacidade de acumulação; predomínio de relações pré-modernas, como as relações de parentesco ou as de mestre e aprendiz; valores solidários etc.”  
(Coraggio, 1999:182).*

Todas estas definições se aplicam a trabalhadores que, via de regra, foram “expulsos” do setor formal<sup>63</sup>, setor que vem perdendo rapidamente sua capacidade tanto de geração de novos postos de trabalho como de manutenção dos que já existem. A perda da capacidade de geração de emprego formal e a estagnação da economia têm conduzido um número cada vez maior de trabalhadores a atividades fora do amparo legal e em condições produtivas bastante precárias. No entanto, diante da heterogeneidade e da complexidade do setor informal<sup>64</sup>, a taxa de desemprego (aberto ou oculto pelo trabalho precário<sup>65</sup>)

---

<sup>62</sup> PEA: População em idade ativa. No Brasil, a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada em 6 capitais, considera parte da PEA indivíduos com 10 anos e mais, a PEA é constituída de pessoas ocupadas e de pessoas em situação de desemprego.

<sup>63</sup> Devido à complexidade que envolve o universo do mercado de trabalho informal, as taxas de sua participação variam de acordo com o que foi considerado informal na coleta e compilação dos dados. De acordo com os critérios da PED, atualmente, **em torno de 32% da população ocupada** de Porto Alegre, encontra-se inserida neste setor.

<sup>64</sup> Vinculados ao chamado sistema simples de produção de mercadorias e serviços, onde o assalariamento, via de regra, é uma exceção, o trabalho informal, subordinado ao sistema econômico capitalista, não é um fenômeno conjuntural. Sua complexidade já exigiu que correntes de pensamento se ocupassem com ele e definissem qual o melhor procedimento: “a) a corrente neoliberal (...) que propõe acabar com a regulações que afogam a iniciativa destes agentes econômicos. O desmantelamento do sistema legal, que pretendeu controlar a livre iniciativa, faria com que estes agentes saíssem da informalidade (que para esta corrente identifica-se com a ilegalidade); b) a corrente empresarial-modernizante, presente nos mais diversos

é um indicador imperfeito para explicar o aumento da inserção do excedente da força trabalhadora nessa facção de mercado, podendo inclusive não ocorrer **apenas** por ser a única alternativa de sobrevivência possível.

As novas formas de organização da produção, a reestruturação industrial e o descrédito do amparo legal podem ter favorecido o desenvolvimento de um espaço econômico que, em determinadas circunstâncias, pode ser escolhido em detrimento ao trabalho assalariado.

*“Mais recentemente, com a emergência de novas formas de organização do trabalho e a inclusão das economias desenvolvidas no debate, nova interpretação é dada ao setor informal, associada agora à reestruturação industrial e à redefinição do papel do Estado. O novo paradigma de organização econômica, embasado na noção de especialização flexível, representaria um importante espaço para a pequena produção. Numa interpretação que se opõe à visão assentada de exclusão - setor informal como locus da inserção do excedente da força de trabalho, - esse segmento é visto como um caminho de passagem para a modernidade<sup>66</sup>, e o trabalhador como um empreendedor*

---

*programas de governos dedicados a este setor, que assumem a concepção evolucionista da empresa: a partir de milhares de empreendimentos individuais ou familiares se gerariam – mediante seleção pela concorrência- centenas de empresas médias e dezenas de empresas grandes, todas elas modernas(...); c) a corrente solidarista, associada principalmente a grupos cristãos católicos, que vê as estratégias familiares e comunitárias de sobrevivência dos pobres como solo social e cultural para estender horizontalmente valores de reciprocidade e solidariedade, encarnados em instituições como a ajuda mútua, o mutirão, festa, (...). Há uma quarta proposta possível que, por seu sentido, se distingue das anteriores, ainda que possa conter elementos destas: a construção de uma economia popular, a partir da matriz de atividades econômicas cujos agentes são os trabalhadores do campo e da cidade(...). Esta proposta não idealiza os valores nem as práticas populares atuais, tampouco propõe superá-las,...). Não supõe a desconexão do mercado capitalista nem propõe como fase para integrar-se a ela em plenitude. É uma proposta aberta, enquanto não pré-configurada de maneira definitiva (...).” (Coraggio:1999,185).*

<sup>65</sup> Conforme a metodologia aplicada na PED, entende-se por Desemprego Aberto o número total de pessoas com 10 anos e mais que não realizaram qualquer tipo de trabalho remunerado e que procuraram emprego nos últimos 30 dias; por Desemprego Oculto pelo trabalho precário, entende-se o número total de pessoas com 10 anos e mais que procuraram trabalho nos últimos 30 dias e exerceram algum tipo de trabalho de maneira irregular e descontínua neste mesmo período.

<sup>66</sup> “Em uma espécie de etnocentrismo às avessas, o setor é visto como a panacéia para a solução dos países em desenvolvimento” (Galeazzi, 1994:166).



*que escolhe essa condição como alternativa vantajosa e consciente ao trabalho assalariado" (GALEAZZI, 1994:166).*

Mesmo sendo verdadeira a idéia de que o setor informal é uma "*passagem para a modernidade*", vivemos numa sociedade que se assenta na idealidade da carteira assinada e, portanto, o trabalho por conta própria, principalmente aquele realizado com precariedade, que já é destituído de direitos sociais, é também vítima de uma realidade simbólica, onde o assalariamento ganha *status* de competência e identidade reconhecida. Eliminar a prerrogativa da exclusão, portanto, ainda é muito cedo, mas se restringir a ela, obscureceria a análise de como estas novas formas de organização e vivência do trabalho estão influenciando ou promovendo novas formas de ser e de estar no mundo.

Sendo assim, pensar o trabalho sob a égide do valor instrumental, do provedor, da mercadoria-valor, apesar de comportar uma forte dimensão social, não esgota a multiplicidade de sentidos que este carrega. O sentido do trabalho enquanto valor, que promove a sociabilidade e inclusão, que agrega novos valores, que recoloca em evidência as possibilidades de mutação do ser e do estar dos sujeitos, é uma das formas possíveis de entender e pertencer a este mundo.

Pensar o trabalho enquanto valor, com múltiplos sentidos, inclusive o do bem comum, é rejeitar a idéia de que ele só se justifica pela necessidade da sobrevivência, que aliena e que, portanto, é aviltante. Pensá-lo, enquanto uma referência que media o individual e o coletivo, é ampliar sua compreensão, é extrapolar o entendimento instrumental de que a técnica e a organização do trabalho são elementos progênes do processo educativo que ocorre na atividade laboral. Pensá-lo enquanto valor, agrega tanto a luta pelo direito de ter um



trabalho, a negação moral do ócio, da improdutividade, quanto a possibilidade de integração e identificação entre os sujeitos.

*“No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem (...). É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história” (Santos, Boaventura, 2000:21).*

Nesse sentido, as experiências vividas pelos trabalhadores do Galpão são um recorte das possíveis dimensões que o trabalho pode assumir, um recorte que não exclui a discriminação, a miséria e a violência, mas que busca compreender, num campo fortuito de experimentação social, a relação entre seres e saberes.

As experiências, oriundas do conjunto de elementos constitutivos da atividade laboral, ilustram a formação e transformação dos homens. Conjunto, este, que propiciou a potencialização dos significados, da emoção, do fortalecimento do laço social pela unicidade<sup>67</sup>. Sob tais perspectivas, é possível presumir que os catadores foram decifrando imagens, estabelecendo novas relações com antigos símbolos que explicavam sua realidade, unindo o conhecido e o desconhecido.

---

<sup>67</sup> Conforme entendimento de Maffesoli (1996:32): “Enquanto a unidade exprime uma entidade fechada e homogênea (identidade, indivíduo, estado-nação) a noção medieval de unicidade traduz a abertura, o heterogêneo (identificação, pessoa, policulturalismo)”.

A experiência concreta de transformação da dimensão cultural e social que viviam ocorreu no trabalho pela possibilidade da troca que o *estar-junto* propicia, pela construção de uma nova visão do contexto, elaborada dentro do trabalho e pelo trabalho. Assim, o trabalho exercido pelo conjunto dos indivíduos do Galpão é tanto um instrumento de luta e de liberdade, como de inventabilidade e de originalidade. É esta possibilidade de exploração interpretativa de caráter *pedagógico-sócio-antropológico* que o torna revelador, inclusive de um novo projeto de ordem.

A grande aventura iniciada neste estudo, pressupôs um recorte epistemológico: vidas humanas, dotadas de intencionalidades não só cognitivas, mas afetivas e práticas. Entrelaçadas por um "*ter sido*" e por um "*vir a ser*", essas vidas, forjadas num cotidiano às vezes hostil, foram o objeto de uma análise que quer compreender os novos elementos que surgiram, nas últimas décadas, na relação do homem com o trabalho.

Tendo como premissa que a relação homem e trabalho é vivenciada numa realidade não apenas objetiva, mas simbólica, que sofre alterações constantes pelo movimento de ordem e desordem e como, por conseqüência, a idéia de um princípio único de transformação não se sustenta, o maior desafio foi compreender como esta dinâmica influenciava e influencia a construção de identidade destes sujeitos.

Escolhido percorrer o caminho das percepções e lembranças dos entrevistados, e diante da complexidade que este tema apresenta, foi necessário incorporar outros instrumentos de tradução que possibilitasse elucidar o conjunto observado de conhecimentos e práticas sociais, cuja força tornou possível uma tomada de consciência mais crítica da realidade. Neste contexto, os elos encontrados, no universo pesquisado, entre ética e estética, público e privado,

ordem e caos acabaram por potencializar a idéia de que os recicladores, enquanto sujeitos auto-eco-organizadores, exploram exaustivamente, no cotidiano do trabalho, todas as suas possibilidades afetivas, racionais e espirituais. Assim, embora o sentido imediato da atividade do Galpão seja o da sobrevivência, as capacidades dos recicladores de exploração, de apropriação e de interpretação das "coisas da vida", acabaram por conferir ao trabalho um sentido emancipador, capaz de torná-los agentes de defesa do meio ambiente, sujeitos de ação, que gestam no subterrâneo novas formas de ser e de estar no mundo.

*"É gratificante quando tu vê as pessoas que não tem outro meio de vida, está sustentando a sua família, tem os seus filhos na escola e sobrevivendo com sua família desse trabalho aqui. Uma coisa que o povo, a população não bota valor, eles usam e põe fora e esse botado fora vem gerar renda pras pessoas que trabalham na reciclagem e além dele. Botando bem em conta, nós semos maiores defensores do meio ambiente. Porque se esse lixo fosse posto dentro de valões, dentro de rios, largado na beira de ruas, que seria de Porto Alegre? (...) Se tu chegasse dentro de Porto Alegre e enxergasse as ruas todas sujas, todas cheias de lixo, de papel, de pedaço de madeira, de ferro, de lata, você ia ficar aqui em Porto Alegre? Portanto, passar a limpo a cidade, a cidade fica mais limpa, mais organizada. Nós temo ajudando a diminuir os próprios aterros, porque se esse lixo fosse prá dentro do aterro, não existia local dentro de Porto Alegre prá esse lixo, porque é muito..."(Reciclador Valdemar, Presidente da Associação, 67 anos. Março, 2001).*

Além disso, na relação dos recicladores com o mundo, mediada pelos significados do lixo, reside uma cultura contrária, uma vontade rebelde contra a intolerância e os julgamentos que permeiam o cotidiano destes trabalhadores:

*"Tem muita gente que trabalha no supermercado, banco, na sociedade que é mais sujo do que nós. Sujo assim não dá*

*prá dizer, porque nós trabalhamos com o lixo e lixo é sujeira, né? Mas nós temos limpando a sujeira da sociedade. Por que nós somos recicladores hoje, o que seria a cidade hoje? Ia tudo pro lixão, do lixão sai o cheiro, ia tudo pro ar. Então nós temos limpando a sociedade. E nós merecia mais confiança e mais ajuda prá nós mesmos do que quem trabalha num lugar limpo. Mas nós, merecidamente, poderia ter um pouquinho mais de confiança e menos preconceito”*  
**(Recicladora Silvana, 33 anos. Março de 2001).**

Entre o que é dito e o que fica silenciado, dá-se a visibilidade dos diferentes sentidos, representações e concepções que possuem enquanto articuladores de saberes e poderes no mundo. No entanto, a consciência “do que são”, que lhes confere autoria de um ativo processo emancipador, não apenas nas suas ações, mas num discurso argumentativo que sensibiliza quem escuta, não impede de que ainda vivenciem situações de preconceito e violência:

*“Aí ele achou o anel, o fino do anel, aí mostrou pro motorista do caminhão da firma que recolhe, aí o motorista pegou e se informou e achou o proprietário do anel. Aí ele veio aqui buscar o rapaz, e levou lá prá casa dele. Ao invés dele pegar e dar uma gratificação pro rapaz, ele chamou a polícia, chamou a polícia, deu um baita de um problema, a polícia obrigou o rapaz a entregar o anel, e acabou ficando como sendo um ladrão”*  
**(Reciclador Sérgio, 35 anos. Março, 2001).**

*“... o meu irmão apanhou da polícia por causa de um relógio que tava no lixo. E o relógio foi achado aqui. Então, muita gente não acredita que nós achamos as coisas aqui. Ele quase apanhou da polícia, porque ele tava com um relógio bonito, um relógio bom. A polícia viu ele e achou que ele não era capaz de ter um relógio daqueles, levou ele preso e deu... Esse pessoal acha que nós, se nós achamos um objeto de valor ali, que nós temos que chamar alguém, botar no rádio”*  
**(Recicladora Silvana, 33 anos. Março, 2001).**

Sabe-se que toda vida humana inserida numa sociedade acaba elaborando e convivendo com saberes e sentimentos que conduzem à um conjunto complexo de sentidos atribuídos ao trabalho, chegando à máxima, em algumas circunstâncias, de se constituírem *"não como apenas um atributo do eu ou de algum eu, mas como um predicado universal e genérico definidor por excelência do humano"*(Jacques,1997:128). Tais sentidos, que, por excelência, são heterogêneos, condicionados à forma de como estas vidas humanas estabelecem relações com o meio social, se tornam instrumentos de mediação, unificação e exploração das *"coisas do mundo"*.

A dimensão simbólica, heterogênea, ampla e complexa, dos sentidos da atividade exercida pelos recicladores adquiriu esta função - mediação, exploração e unificação com a vida social – só que sob o julgo dos sentidos do trabalho como valor, apreendido pelo viés de valor positivo, um valor *meta-positivo*<sup>68</sup>. Tal distinção propiciou que se confrontassem e/ou assimilassem elementos desiguais, estendendo pontes que os ligaram ainda mais ao mundo, tornando-os sujeitos ativos - aventureiros e desafiadores – das relações sociais.

Essas situações, nascidas do encontro de determinadas circunstâncias, tornaram-se ponto de partida para um processo de socialização pedagógica, onde as relações com o mundo – condições e conseqüências – se constituiu enquanto processo educativo. Esse sentido pedagógico, que se materializa em diferentes ações, é o combustível a práticas sociais emancipatórias, promovendo não apenas o desenvolvimento da individualidade, mas também uma repolitização global da vida coletiva, permitindo *"a revalorização e reinvenção de uma das tradições marginalizadas da modernidade ocidental: o conhecimento"*

emancipação<sup>69</sup> (Santos, Boaventura, 2000:81), onde a solidariedade e a responsabilidade compartilhadas – valores positivos presentes no cotidiano destes sujeitos – são vias de interpretação do vivido e de construção do cotidiano.

A tradução da compreensão dos significados das relações entre os recicladores do Galpão do Aterro Norte com o lixo, que vem sendo tecida e manifestada ao longo deste trabalho, envolve o domínio do diálogo com o múltiplo, com o avesso, com as diferenças encontradas tanto no seu exterior, como no âmago da sua interioridade, sendo que o aspecto significacional deste diálogo situa-se na sua própria autoridade enquanto instrumento revelador de contradições. A simbologia do lixo, o conjunto de regras, a formalização do trabalho a preponderância de um grupo de indivíduos com laços de parentesco, a interferência do Poder Público ou da própria Federação de Recicladores do Rio Grande do Sul transformam-se em instrumentos de dúvidas e de crises e, sendo sujeitos com hábitos instituídos, quer seja no plano do pensar, quer no de viver, travam batalhas não apenas com os “olhares de fora”, mas com a própria moralidade que os constitui e os conduz a um processo de construção ou desconstrução do que foi realizado.

---

<sup>68</sup> O prefixo grego *meta* designa mudança, transformação, sendo assim, um valor meta positivo traz um sentido otimista e construtivo ativo, ou seja, capaz de causar mudanças.

<sup>69</sup> Segundo Boaventura Santos, o conhecimento é uma progressão entre um estado de ignorância à um estado de saber. De acordo como se entendem estes dois pontos, as formas de conhecimento se distinguem, não havendo nem uma ignorância em geral nem saber em geral. O paradigma da modernidade admite duas formas de conhecimento: do conhecimento-regulação que, em linhas gerais, trata-se de um conhecimento onde a ordem transformou-se numa forma hegemônica de saber e o caos em ignorância e o conhecimento-emancipação, onde a ignorância da reciprocidade e da incapacidade de conceber o outro a não ser como objeto percorre uma trajetória em direção à solidariedade. “A solidariedade é o conhecimento obtido no processo, sempre inacabado, de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade. A ênfase na solidariedade converte a comunidade no campo privilegiado do conhecimento emancipatório” onde é possível “transformar o local numa forma de percepção do global, e o imediato numa forma de percepção do futuro”. (Boaventura Santos, 2000:81). Além disso, o conhecimento-emancipação está condicionado ao princípio de responsabilidade, que reside no cuidado de ações presentes e futuras. É um conhecimento cravejado de um compromisso onde toda responsabilidade é uma co-reponsabilidade.

Embora difícil, é neste embate que a vocação multicultural de uma *ação pedagógica-emancipatória*<sup>70</sup> se realiza. Ou seja, num espaço onde a lógica não é ultrapassar o que lhe é contrário, mas servir-se dele, como elemento dinâmico, promotor da identificação e de mudanças no modo de viver as relações sociais. Isso implica em considerar a correlação entre os sujeitos na produção do conhecimento; compreender e valorizar os diferentes saberes que se entrelaçam a partir de um olhar caleidoscópico, capaz de compor diferentes combinações, a partir de diferentes ângulos, criando uma relação dialógica entre todos os elementos que o constituem.

Na procura da compreensão dos sentidos e saberes materializados nas relações entre o lixo e um grupo de indivíduos, presente numa realidade contida num determinado tempo e espaço, é importante perceber que o embate multicultural, enquanto *ação pedagógica-emancipatória*, que cria campos alternativos de experimentação e de conhecimento, se realiza no movimento de ordem e desordem, no confronto constante de forças desorganizadoras (entropia<sup>71</sup>) e organizadoras (neguentropia<sup>72</sup>), que gestam o diálogo e a transformação entre as partes – as subjetividades – e o todo – a sociedade. Esta dinâmica vivenciada e absorvida pelos recicladores, tanto facilita o reconhecimento e a valorização de singularidades, quanto possibilita novas atitudes diante do processo de exclusão, não apenas econômica, mas social e cultural, pelo qual comumente são submetidos .

---

<sup>70</sup> Trata-se de uma ação pedagógica fundamentada na noção de conhecimento-emancipação.

<sup>71</sup> De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa o "vocábulo foi criado por Clausius em 1825, ocorre no inglês em 1868 e em 1875, como VCI, difundindo-se pelo francês "entropie", a partir de 1877; prende-se ao grego entropé 'ação de voltar-se, mudança de disposição ou de sentimento'. Na Física: "é a função de estado cuja variação infinitesimal é igual a razão entre o calor infinitesimal trocado com meios externo e a temperatura absoluta do sistema (...). Na Biologia: é a medida da variação ou desordem em um sistema(...) Na Comunicação: medida da desordem ou da imprevisibilidade da informação" (2001:1169).

<sup>72</sup> Tanto na Física, como na Biologia como na Comunicação trata-se da "função que representa o grau de ordem e de previsibilidade existente num sistema; entropia negativa" (Houaiss, 2001:2007).



Anuncia-se, ainda que o conjunto de aspectos levantados e apresentados sobre como se manifesta uma *ação pedagógica-emancipatória* não estão completos, o sentido do trabalho como valor vivificado pelos sujeitos *auto-eco-organizadores-ordinários*, se materializam em um processo educativo quando fundamentado em três princípios<sup>73</sup>: da solidariedade na dimensão do ético, da participação, na dimensão do político e do prazer da criação, da invenção, do vivido em comum na dimensão do estético.

O princípio da solidariedade, vivenciado no domínio do ético, torna-se visível nas diferentes relações sociais mantidas pelos recicladores, é composto por uma *solidariedade responsável*, por uma capacidade de reunir, agregar, não apenas pela sobrevivência, constituída a partir de uma concepção antropocêntrica e individualista. Trata-se antes de uma responsabilidade com o outro, um compromisso ético de co-responsabilidade pelo presente e pelo futuro.

O princípio da participação, vivenciado na dimensão da política, preconiza, na prática social de *vidas humanas ordinárias*, diferentes coligações com os diversos elementos que as cercam e são exteriorizadas em embates que, via de regra, acabam culminando em jornadas que procuram a transformação. Embates que, constituindo-se em uma *ação pedagógica-emancipatória*, visam uma cidadania para além de um indicativo de qualidade, para além de um modo de ser: visam *cidadanias*.

---

<sup>73</sup> Esta perspectiva está fundamenta na noção de Boaventura Santos (2000) sobre um novo senso comum, um senso comum emancipatório



*Cidadaneano*, o poder que se busca compartilhado, tende a encontrar um equilíbrio entre suas características *cósmicas* e *caósmicas*<sup>74</sup>, tende à uma eficácia da força coletiva pela via da participação ativa, operando-a em todos os campos sociais e articulando-a não somente no concreto, mas no socialmente invisível.

O princípio do prazer possível na emoção partilhada, num *estar-junto* detentor de uma lógica transgressora da ordem racionalizadora, vivenciados na dimensão do estético, oportuniza a criação de uma sociedade mais propícia à participação e ao multicultural, experimentados e compreendidos também pelos sentidos. Essa lógica transgressora, constitui o terreno sobre o qual é possível entender o subterrâneo da dinâmica social, o que *“religa”* a partir da lógica da emoção. No entanto, essa emoção, não é um *“simples fenômeno psicológico, ou um suplemento da alma sem conseqüência, é uma estrutura antropológica, cujos efeitos ainda estão aí para serem apreciados”* (Maffesoli, 1996:29). Ela conduz a um novo tipo de ligação com o outro que repousa na correspondência, no reconhecimento da proximidade, no *conhecimento-emancipação*.

Na interseção desses três princípios, solidariedade, participação e prazer, vivificados na dimensão do ético, político e estético, a vida cotidiana é uma obra

---

<sup>74</sup> Estas características partem da tese de Boaventura Santos (2000:266-288) que entende por poder cósmico: *“o poder centralizado, exercido a partir de um centro de alta voltagem (O Estado) e dentro de limites formalmente estabelecidos através de seqüências e cadeias institucionalizadas de intermediação burocrática. Em contrapartida, o poder caósmico é o poder descentralizado e informal, exercido por múltiplos microcentros de poder em seqüências caóticas, sem limites pré-definidos. Todas as constelações de poder combinam um componente cósmico com uma pluralidade de componentes caósmicos”*. Ainda de acordo com o autor, é apenas na existência equilibrada e simultânea entre o cósmico e o caósmico é possível eficácias nas lutas de resistência contra o poder, sendo poder *“qualquer relação social regulada por uma troca desigual. É uma relação social porque a sua persistência reside na capacidade que ela tem de reproduzir desigualdades mais através da troca interna do que por determinação externas(...)No relativo às relações de poder, o que é mais característico das nossas sociedades é o fato de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não material, sobretudo com a educação desigual (...) e ainda a desigualdade de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processo de tomada de decisões significativas”*.

de arte e a própria vida é uma obra de criação coletiva, composta por situações e práticas minúsculas, onde “o fato culinário, o jogo das aparências, os pequenos momentos festivos, as deambulações diárias, os lazeres, etc. não podem ser considerados como elementos sem importância ou frívolos da vida social” (Maffesoli, 1996:27). São elementos fundantes de uma socialidade que, balizada por um *estar-junto*, confere sentidos às coisas e às pessoas, agregando um modo de ser (*ethos*), mesmo que particular e momentâneo, propiciando um *sentir-junto* as convergências das ações e a *sinergia social*.

Nesse sentido, as experiências dos recicladores culminaram na construção e vivência de um *conhecimento-emancipação*, oriundo das interações, da possibilidade *obsedante do estar-junto* (Maffesoli, 1996). A ajuda associativa, a divisão do trabalho e as sociabilidades de vizinhanças interagiram na emergência de um sujeito ético, político e estético, detentor de uma subjetividade não conformista. Tais experiências - vividas dentro de um contexto de representações dominantes de moral, do belo e de poder – transformaram o acontecer cotidiano numa instância de alianças “*entre o bem e o mal, da conformidade e do nefasto, da ordem e da desordem*” (Balandier, 1997a:102), onde o todo, que circunda o significado do lixo, se configura enquanto um valor *meta-positivo*, capaz de contribuir não apenas na emancipação individual, mas também coletiva.

Contudo, conduzidos por experiências periféricas de autogestão, metas sociais e atividades coletivas ainda estão sendo construídas e exploradas pelo sentido do imediato. Sendo assim, as novas regras de organização de trabalho, que estão sendo impostas ao grupo, são entendidas como um rigor “*desnecessário e insensível*”. Esse entendimento, mesmo que comporte uma visão vitimada e assistencialista, denota que as exigências burocráticas da vida

econômica, política e social não estão preparadas para uma autogestão que determine suas próprias regras.

A legitimidade desse entendimento, no entanto, encontra seus limites: acabar com as regulações frente a formas criativas de organização e de relações com o mercado, abre espaço para uma nova institucionalidade das relações de trabalho, o que pode significar novas políticas públicas voltadas ao fomento à geração de atividades produtivas que superem o assistencialismo e o autoritarismo, mas concomitantemente podem dismantelar o sistema legal que controla a livre iniciativa, ainda necessário diante de uma ética *neo-liberal* perversa<sup>75</sup>.

Equacionar os modelos de autogestão e cooperação com os níveis de exigência e eficiência que requer o mercado exige, além do fortalecimento de vínculos sociais, uma articulação mais equilibrada de interesses entre Estado e Sociedade - incorporando prioritariamente os grupos que ocupam a periferia do campo social- a fim de que a gama de inovações necessárias possam ser construídas sob a lógica de uma co-responsabilidade.

Sob esta perspectiva, o sentido do trabalho, aliado à idéia de sujeitos auto-eco-organizadores, torna-se um instrumento de mediação, união e exploração na relação com o outro, com a sociedade e com o ecossistema, quer pela transgressão, aceitação, reversibilidade ou identificação, culminando numa influência na dinâmica social. Ao influenciá-la, elementos como comer junto, não comer, jogar carta, desentendimentos, reuniões, divisão de lucros, opção de grupo de trabalho, relacionamentos familiares, lixo, as dificuldades de

compreensão da ordem do poder municipal, entre outros, vão roendo estruturas tidas como sólidas e, por fim, acabam tecendo um conjunto de ações que podem culminar em mudanças sociais significantes.

O desafio de investigar como os sentidos do trabalho podem contribuir nesta articulação ainda carece de uma investigação mais ampla, uma vez que as categorias de explicação apresentadas não abrangem toda a sua complexidade. Entretanto, a auto-eco-organização, presente numa *ação pedagógica-emancipatória-comprometida*, pode ser um ponto de partida para o amadurecimento de mecanismos políticos, onde o *locus* da eficiência se constitui pela participação maior e mais profunda de vidas *humanas-ordinárias*. Ainda assim, o campo de exploração é imenso e existem vários outros elementos que devem ser abordados e outros que devem ser melhor analisados.

Anuncia-se, por fim, que este estudo, “*onde a teoria ao se fazer prática ressignifica a própria teoria*” (Zucchetti, 1999:36), buscou no empírico sua alma, pois é lá onde saberes se entrelaçam e sentimentos vivificam a condição humana. Esta busca encontrou humanos: nem bandidos, nem mocinhos, nem super-heróis, muito menos mártires modernos – signo da falta, da ausência e orientado por um ideal ascéticos. São, como diria Nietzsche (1987) “*humanos demasiadamente humanos*”, pessoas que convivem com o bem e o mal, mas que se configuram pelo signo da *esperança-plenitude*, do acréscimo e, por isso, dotados de uma capacidade de criação e de invenção que os impulsionam à alegria. São sujeitos *auto-eco-organizadores-ordinários* que no subterrâneo tecem forças às ações coletivas, sem contudo, perder a singularidade.

---

<sup>75</sup> Esta perversidade *neo-liberal* está centrada na idéia de um Estado Mínimo (cuja ação se restringe ao policiamento, justiça e defesa nacional) e supremacia da lógica do mercado em todas as instâncias da vida social, impondo um “*salve-se quem puder*”.

A proposta de fazer uma discussão sobre o sentidos do trabalho, abarcando muito mais sua simbologia, sua influência na construção de identificação dos sujeitos, por ora, impõe alguns limites, que deverão ser ultrapassados na continuidade deste estudo, mas não há dúvida que os protagonistas dessa investigação enfrentam, hoje, um problema igual, ou ainda maior, que os enfrentados há doze anos atrás. Os novos papéis que devem assumir, se assumirem, dará um outro rumo à suas histórias e se constituirá a partir de outros laços ainda não tecidos no universo atual.

## **4- BIBLIOGRAFIA**

---

### **4.1- Livros:**

1. ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho?**. 4.ed. (Coleção Primeiros Passos, n.º 171). São Paulo: Brasiliense, 1986.103.
2. ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 260p.
3. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando. Introdução à Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Editora Moderna.1995. 395p
4. ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 7ª.ed. Revisada. São Paulo: Forense, 1995. 352p.
5. ARROYO, Miguel. "*Reverendo os Vínculos entre o Trabalho e Educação: elementos materiais da formação humana*". In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. pág.168 -216.
6. \_\_\_\_\_. "*Trabalho - Educação e Teoria Pedagógica*". In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho - Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis:Vozes.1998. pág.138-165.
7. BALANDIER, Georges. **A Desordem - Elogio ao Movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a. 261p.
8. \_\_\_\_\_. **O Contorno**. Rio de Janeiro: Bentrاند Brasil, 1997b.

9. BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *"Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil"*. In: OLIVEIRA, Marco Antônio. (Org.). **Economia e Trabalho**. Campinas:UNICAMP.IE, 1998.
10. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Em Campo Aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular*. São Paulo: Cortez, 1995. 229 p.
11. \_\_\_\_\_ . **O Trabalho de Saber**. Porto Alegre. Editora Sulina,1999. 169p.
12. BECKER, Fernando. **Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola**. Petrópolis:Vozes, 2000. 2ª ed. 344 p.
13. CALDERONI, Sabetai. **Os Bilhões Perdidos no Lixo**. 3 Ed. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, 1999. 348p.
14. CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão. O Nascimento das ONGs**.2ed.ver.São Paulo:Brasiliense,1995.193p.
15. CASTRO, Gustavo et alii. **Ensaio de Complexidade**. Porto Alegre: Sulina. Ed.1997.
16. CASTRO, Nadya A, *"Qualificação, qualidades e classificações"*. In **Educação e Sociedade** N.º 45. Campinas: Papyrus, 1993.
17. CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alaun. **Dicionário de Símbolos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1982.996p.
18. CORAGGIO, José Luís. **Desenvolvimento Humano e Educação: o papel das ONG's latinoamericanas na iniciativa da educação para todos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Prospectiva, v.1).277p.

19. CORBIN, Alain. **Saberes e Odores. O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 366p.
20. CORRÊA, Maria Baumgarten. "*Reestruturação Produtiva e Industrial*". In: CATTANI, Antônio David. **Trabalho e Tecnologia. Dicionário Crítico.** Petrópolis :Vozes, 1997. 292p.
21. COSTA, Ana Cláudia Fernandes. **Os Caminhos dos resíduos sólidos de Porto Alegre/RS: da origem ao destino final.** Dissertação de Mestrado. UFRGS/PPDEng. – 1998.
22. COSTA, Telmo Cardoso. **Pequena História da Cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: DMLU, 1983. 68p.
23. COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia - Introdução à Ciência da Sociologia.** São Paulo: Editora Moderna, 1995. 248p.
24. CATTANI, Antônio David. **Trabalho & Autonomia.** Petrópolis: Vozes, 1996. 195p.
25. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano.** 2ª Ed. Petrópolis:Vozes, 1996. 351p.
26. DEDECCA, Cláudio Salvadori. "*Conceitos e Estatísticas Básicas sobre Mercado de Trabalho*". In OLIVEIRA, Marco Antônio (org.) **Economia & Trabalho: textos básicos.** Campinas:UNICAMP.IE, 1998. 283 p.
27. DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental. Princípios e Prática.** 5ª ed. São Paulo: Gloval, 1998. 399p.



28. FERNANDES, Francisco, LUFTR, C. Pedro e GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 34ª Ed. São Paulo: Globo, 1993.
29. FISCHER, Nilton Bueno. "A História de Rose – classes populares, mulheres e cidadania". *Cultura Vozes* (6), novembro-dezembro de 1992. P. 38 - 44.
30. \_\_\_\_\_. "Economia Informal e Formação Humana: o processo educativo de mulheres recicladoras de lixo". *Travessia*. P. 23-25, Maio/agosto/1993. P. 23 - 25.
31. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise no Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1996.
32. FRITSCH, Ivânea Elisabete. **Resíduos Sólidos e seus aspectos Jurídicos, Legais e Jurisprudenciais**. Porto Alegre, EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.
33. GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1999. 319p.
34. GAIGER, Luiz Inácio (org). **Formas de Combate e de Resistência à Pobreza**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 1996. 158p.
35. GALEAZZI, Irene Maria Sassi. "O trabalhador por conta própria na RMPA". In: **Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural**. Porto Alegre, 2º semestre de 1994, V.22 n.2.
36. GIANOTTI, José Artur. **Trabalho e Reflexão**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

37. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. (Coleção Os Pensadores. V II). São Paulo: Nova Cultural, 1989. 158p.
38. HEIDEGGER, Martin. **Conferências e Escritos Filosóficos**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1989. 241p.
39. HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1992
40. HOBBSBAWM, Eric. **Era do Extremos - O Breve Século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.
41. HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
42. JACQUES, Maria da Graça Corrêa. **Trabalho, Educação e Construção da Identidade**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC/RS, 1993.
43. \_\_\_\_\_ . *"Identidade e Trabalho"*. In CATTANI, Antônio David (org). **Trabalho e Tecnologia – Dicionário Crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997. 292 p.
44. LEITE, Eunice M. *"Educação, Trabalho e Desenvolvimento; o resgate da qualificação"*. In **Em Aberto - Educação Trabalho e Desenvolvimento**. Brasília: INEP, 1995.
45. KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **Ortega y Gasset – A aventura da Razão**. São Paulo: Moderna, 1994 (Coleção Logos). 144p.
46. MAFFESOLI, Michel. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis: Vozes Editora, 1996. 350p.
47. MALLAMANN, M. Angélica, CASTRO, Ademir e BIAZUS, Cláudia. **Os Catadores de Lixo da Cidade de Porto Alegre; processo de trabalho**,

**organização social e qualificação da atividade.** Porto Alegre: DMLU, 1990. Inédito.

48. MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 220p.

49. MANZINI-COVRE, Marilou. **No Caminho de Hermes e Sherazade - Cultura, Cidadania e Subjetividade.** São Paulo: Editora Vogal, 1996. 224p.

50. MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro.** Rio de Janeiro: Global Editora, 1985. 89p.

51. MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 98p.

52. MATURANA, Humberto; GARCÍA, Francisco J. Varela. **De Máquina e Seres Vivos: Autopoiese – a Organização do Vivo.** 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 138p.

53. MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis. **Formação Humana e Capacitação.** Petrópolis: Vozes, 2000. 86p.

54. MIRANDA, Luciana Leite. **O que é Lixo?** (Coleção Primeiros Passos, n.º 299). São Paulo: Brasiliense, 1995.

55. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras Incompletas.** (Coleção Os Pensadores. V II). São Paulo: Nova Cultural, 1987. 187p.

56. MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência.** Lisboa: Publicações Europa América, 1982. 264p.

57. \_\_\_\_\_. **O Método I. A Natureza da Natureza.** 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa América, 1977. 363p.

58. \_\_\_\_\_ **O Método 4. As Idéias**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998a. 325p.
59. \_\_\_\_\_ **Introdução ao Pensamento Complexo**. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. 178p.
60. \_\_\_\_\_ **Sociologia – A Sociologia do Microssocial e Macroplanetário**. Edição Revista e Aumentada pelo Autor. Lisboa: Publicações Europa América, 1998b. 351p.
61. \_\_\_\_\_ **Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal: EDUFERN – Editora da UFRN, 2000a. 56 pag.
62. \_\_\_\_\_ **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000b. 118p.
63. MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1995. 189p.
64. MORIN, Edgar et alii. **A Sociedade Em Busca de Valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 264p.
65. NORONHA, Márcio Pizarro. **Pragmatismo e Ciências Sociais**. Porto Alegre: M.P. Noronha, 2001. 177p.
66. NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1992.
67. OFFE, Claus. **O Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

68. OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra*. In Marco Antônio (org.) **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas:UNICAMP.IE,1998. 283 p.
69. OLIVEIRA, Francisco de. *“Reconquistar o Papel Civilizatório da Esquerda”*. In: **Caderno de Debates do Le Monde Diplomatique**. São Paulo: n 1, p.24-27, setembro 2000.
70. OLIVEIRA, Marco Antônio (org.) **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas:UNICAMP.IE,1998. 283 p.
71. PETRAGLIA, Isabel Cristina. **Edgar Morin: a Educação e a Complexidade do Ser e do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1995. 116p.
72. Prefeitura de Porto Alegre. **Guia do Arquivo Histórico de Porto Alegre - Moysés Vellinho**. Porto Alegre: Unidade Editorial,1997. 50p.
73. ROSA, Russel Teresinha Dutra da. **Educação Informal na Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos**. Dissertação de Mestrado, UFRGS/PPGEDU – 1996
74. RODRIGUES, José Carlos. **O Corpo na História**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. 198p.
75. SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena. Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. 2ª ed. Rio de Janeiro :Paz e Terra, 1988.329 p.
76. SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez,2000.386p.

77. \_\_\_\_\_ **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.** São Paulo: Graal,1995.
78. \_\_\_\_\_ **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade.** São Paulo: Cortez, 1996
79. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro:Record,2000. 174p
80. TELLES, Vera da Silva. *“A cidade e o trabalho”*. In: **Caderno e Debates do Le Monde Diplomatique.** São Paulo: n 2, p.34-37, janeiro,2001.
81. TOURAINE, Alain. **Crítica de la Modernidad.** Argentina: Fondo de Cultura Económica,1994. 391p.
82. WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo .** São Paulo: Editora Pioneira, 1987.233p.
83. ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Sentidos do Trabalho como Valor num Centro de Iniciação Profissional. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 1999.** Proposta de Dussertação de Mestrado. Orientadora Dra. Malvina do Amaral Dorneles. 47pg.

#### 4.2 – Documentos e Leis

1. **CENSO DEMOGRÁFICO 1920-40-50-60-70-80-90:**Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, (1928-50-55-61-73-82-91).
2. **CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996, V.01:**Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
3. **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - PMPA.- Os Caminhos do Lixo: da origem ao destino final.** São Paulo, agosto de 1993. Trabalho Apresentado no I Simpósio Latino-Americano de Resíduo Sólidos.
4. **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – PMPA - Ofício n.º 017/1992.**
5. **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - PMPA.- Memória Ambiental do DMLU.** Porto Alegre: DMLU, Setembro, 1995. Inédito.
6. **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - PMPA.- Coleta Seletiva em Porto Alegre.** Porto Alegre: DMLU, 2001. Inédito.
7. **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - PMPA.- Os Caminhos do Lixo - Educação Ambiental.** Porto Alegre: DMLU, sd. Inédito.
8. **DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - PMPA.- Cadastramento de Papeleiro Realizado Junto a Zona Centro do DMLU.** Porto Alegre: DMLU, sd. Inédito.
9. **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Decreto n.º 347 de 26/09/1946. Regulamento dos Serviços de Limpeza Pública.** In: Boletim

Municipal. Julho a Setembro. Vol. IX. Porto Alegre: Diretoria Geral do Expediente e do Pessoal da Prefeitura Municipal, 1946.

10. PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Lei Orgânica de Porto Alegre n.º 227 de 10/10/1990*. Dispõe sobre a obrigatoriedade da Coleta Seletiva em Porto Alegre. In: FRITSCH, Ivânea Elisabete. **Resíduos Sólidos e seus aspectos Jurídicos, Legais e Jurisprudências**. Porto Alegre, EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.



# **ANEXOS**

# **ANEXO 1**

***Regulamento dos Serviços de Limpeza Pública Aprovado pelo  
Decreto n. 347 de 26/09/1946***

ões que lhe são conferidas pelo decreto-lei de 1939, artigo 12, item II, decreta:

Art.º 1.º — Fica aprovado o REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA que com este baixa e que fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art.º 2.º — O presente decreto terá vigência a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 26 de setembro de 1940.

(a) Egdjo Costa  
Prefeito

## REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA APROVADO PELO DECRETO N.º 347, DE 26/9/1940

Art.º 1.º — A limpeza das ruas, retirada do lixo domiciliar e remoção das fossas móveis, são serviços executados privativamente pela Prefeitura Municipal, por intermédio da Administração da Limpeza Pública.

§ único — Além das atribuições que lhe confere o Art. 1.º deste Regulamento, cabe à Administração da Limpeza Pública, em todo o território do Município, cooperar no serviço de salvamento em casos de inundação e outras calamidades públicas.

Art.º 2.º — No desempenho de suas atribuições, cabe à Administração da Limpeza Pública:

- a) — Proceder a coleta do lixo domiciliar e remoção ao destino final;
- b) — Manter varridas, capinadas e lavadas as ruas e passeios da cidade, na zona que for designada, removendo a varredura respectiva, evitando que a poeira seja disseminada;
- c) — Capinar as ruas inclusive os passeios, mantendo desobstruídas e limpas as calçadas, valetas e entradas das bocas pluviais;
- d) — Executar a limpeza dos terrenos não edificados:
  - 1) — Por solicitação do proprietário, mediante pagamento correspondente;
  - 2) — Compulsoriamente e às expensas do proprietário, quando o terreno estiver em abandono.
- e) — Fazer a irrigação das ruas;
- f) — Fiscalizar a limpeza da cidade, aplicando aos infratores as sanções deste Regulamento e do Código de Posturas;
- g) — Retirar o lixo e os detritos excedentes dos domicílios particulares, das fábricas, do comércio e outros, mediante requisição e às expensas dos interessados;
- h) — Proceder à limpeza e lavagem dos mercados públicos;
- i) — Retirar os animais mortos na via pública;
- j) — Fazer a remoção das fossas do Asseio Público;
- k) — Conservar e fiscalizar as instalações sanitárias públicas;
- l) — Fazer a captura de animais encontrados vagando nas ruas, praças e terrenos abertos;
- m) — Fazer funcionar a Fábrica Municipal de Adubos.

Art.º 3.º — Para efeitos de remoção, entende-se por LIXO todo e qualquer objeto ou detrito encontrado nas vias públicas, bem como os detri-

e assemelhadas, ressaindas as exceções neste regulamento.

§ único — Não constituem lixo:

- a) — Móveis, caixas, utensílios de relativo volume e objetos outros de uso doméstico;
- b) — Resíduos vegetais da limpeza e póda de jardins e chácaras;
- c) — Resíduos industriais de qualquer natureza;
- d) — Alérrico, restos de materiais de obras e o entulho ou produtos de demolições;
- e) — Os materiais que, por sua natureza, dimensões, quantidade e peso, não se adaptam ao recipiente regulamentar destinado a conter os detritos.

§ 2.º — Os materiais e resíduos indicados nas alíneas a, c, d, e e do § anterior, bem como o conteúdo de recipientes com peso total superior a sete (7) quilos, não serão removidos ou transportados, em nenhuma hipótese, pela Administração da Limpeza Pública.

§ 3.º — Os da alínea b poderão ser removidos, mediante requisição do interessado e pagamento da taxa respectiva.

Art.º 4.º — Para efeitos da retirada do lixo, serão as vias públicas agrupadas, segundo as necessidades e conveniências, a juízo da Prefeitura.

Art.º 5.º — A retirada do lixo domiciliar terá início às 7 horas no verão e 7½ horas no inverno. Na zona central, delimitada pelo Prefeito, estará terminada às 9 horas e na zona periférica às 11 horas. O serviço especial de remoção será atendido nos termos do Art. 26.º

Art.º 6.º — É obrigatório o uso do recipiente de chapa de ferro galvanizado, do tipo aprovado pela Prefeitura.

§ 1.º — O recipiente do tipo oficial é estanque e coberto, com capacidade para 25 decímetros cúbicos.

§ 2.º — Dentro de doze meses a contar da data de publicação deste decreto, serão recolhidos pelos caminhões da Administração da Limpeza Pública, todos os recipientes que não obedecerem ao tipo oficial.

§ 3.º — A Prefeitura poderá fornecer, pelo preço de custo, os recipientes de lixo, mediante pagamento à vista.

Art.º 7.º — Cada domicílio tem direito à retirada do conteúdo de um recipiente com o máximo de 25 decímetros cúbicos por vez; a capacidade máxima do vasilhame será de 2,5 decímetros cúbicos por pessoa, nas habitações coletivas, admitida a mobilidade dos recipientes por um ou dois operários.

§ 1.º — Mediante requisição do interessado e pagamento da taxa respectiva, a Prefeitura removerá maior quantidade de lixo.

§ 2.º — A Administração da Limpeza Pública organizará uma relação das casas onde for excessiva a quantidade de lixo.

Art.º 8.º — Os recipientes de lixo deverão ser colocados na soleira da porta de entrada dos prédios ou em ponto visível e facilmente acessível. A colocação dos recipientes sobre os passeios, quando não seja possível colocá-los na soleira, só será permitida no momento da passagem dos veículos coletores.

§ único — Serão multados em Cr\$ 20,00 os moradores que deixarem ficar as latas vazias na frente dos prédios, trinta minutos após a coleta, e em Cr\$ 50,00, os que depositarem o lixo após a passagem do caminhão e deixarem permanecer o recipiente na rua.

Art.º 9.º — É proibido lançar papéis, alérrico, lixo, varredura, detritos, caixas usadas ou qualquer material nos passeios e nas ruas, sob pena de multa de Cr\$ 50,00 e o dobro na reincidência.

§ único — Nas ruas onde existirem coletores apropriados, não serão ser lançados os papeis, carteiros, pontas de cigarro, etc.; os infratores estão sujeitos a multa de Cr\$ 10,00.

Art. 10.º — É proibida a seleção ou separação dos resíduos integrantes do lixo — "chifomage" ou "triagem" quer nas latas, quer nos caminhões, seja por empregados da Prefeitura ou por trapieiros. O infrator, se funcionário, será suspenso do serviço e se estranho, será entregue à polícia.

§ único — O operário coletor que ao recolher o lixo o derramar na via pública, seja por imperícia de movimentos ou por estar esgotada a capacidade do veículo, será punido com a suspensão do trabalho.

Art. 11 — É proibido colocar nos recipientes materiais infectos, infectantes ou por qualquer forma perigosos. Infração: multa de Cr\$ 50,00.

§ único — Todos os detritos de arestas cortantes, vidro e metal, devem ser previamente envolvidos, a fim de evitar ferimentos no pessoal coletor.

Art. 12 — Todo o prédio que for construído ou reformado, cujas plantas forem apresentadas à Prefeitura depois do 1.º de Janeiro de 1947, deverá possuir local especial, abeto para a via pública, destinado a alojar os recipientes de lixo, salvo casos especiais, a juízo da Prefeitura.

#### Serviço de varredura

Art. 13 — Tem caráter permanente o serviço de varredura das ruas e praças, a coleta e remoção dos detritos, bem como a raspagem de terra nas calhas e da grama nascida nos interstícios dos calçamentos, abrigos e passeios.

§ 1.º — Este serviço será feito diariamente entre 7 e 17 horas, na zona central e mais espaçadamente nas ruas da periferia, de conformidade com a escala que a Administração da Limpeza Pública organizar.

§ 2.º — A cidade será dividida em zonas, servidas por turmas estáveis de zeladores que obedecerão à chefia de capatazes, os quais responderão pela limpeza rigorosa da área a seu cargo.

§ 3.º — O lixo retirado da via pública será convenientemente recolhido pelos zeladores às residências respectivas da Administração da Limpeza Pública e nestas despejado em caminhões, carros ou em praças de cimento de tipo adequado.

§ 4.º — É proibido depositar lixo, varreduras, detritos de indústrias e de jardins em terrenos não edificados. O infrator será multado em Cr\$ 100,00 e em dobro na reincidência; se for empregado da Limpeza Pública, será suspenso do serviço.

§ 5.º — É proibida a seleção — "triagem" — do lixo das ruas pelos zeladores.

§ 6.º — Aos zeladores é proibido retirar lixo domiciliar, varreduras de jardins ou detritos de indústrias.

#### Serviço de capinação

Art. 14 — A capinação e limpeza de calhas, valetas e passeios das ruas serão executadas por turmas volantes em número tal que possam manter limpa a cidade na zona periférica.

§ 1.º — Cada turma será dotada das ferramentas e veículos necessários, sob a chefia de um capataz que responderá perante a Administração da Limpeza Pública pela execução rigorosa do trabalho a seu cargo.

§ 2.º — O trabalho das turmas obedecerá plano previamente estabe-

lecido pela Administração da Limpeza Pública, de forma que não seja repassada, pelo menos, de três em três meses.

§ 3.º — É permitido aos capatazes das turmas de capina cederm gratuitamente à particulares, para alérr, quando solicitados, a terra grama ou entulho retirados, desde que para utilização em lugar próximo. É proibido o transporte para lugares distantes, salvo quando feito pelo interessado.

§ 4.º — Poderá a Administração da Limpeza Pública, utilizar em cooperação com a Diretoria de Viação, para reparação das ruas não calçadas, o alérr retirado das calhas e valetas.

§ 5.º — A Administração da Limpeza Pública poderá empregar, a seu critério, qualquer processo físico ou químico, aprovado para combater a grama surgida no calçamento e passeios.

#### Serviço de lavagem e irrigação

Art. 15 — A lavagem das ruas centrais da cidade se fará permanentemente por turmas para esta fim destacadas.

§ 1.º — Será organizado um plano de lavagem de ruas, de modo a que todas sejam periodicamente atendidas.

§ 2.º — Este trabalho, que será sempre executado à noite, após a terminação do movimento, deve ser precedido de raspagem e varredura, sempre que possível mecânica, da chapa de rodagem, calhas e passeios, de modo a ficarem absolutamente isentos de arcias e detritos.

§ 3.º — Na lavagem serão empregadas pipas sob pressão e a água, não tratada, será captada do manancial mais próximo.

§ 4.º — Nos dias de calor ou de ventanias, a Administração da Limpeza Pública fará a irrigação das ruas de maior movimento, empregando pipas adequadas, sob a recomendação do § anterior.

§ 5.º — Serão levados diariamente até às 11 horas os mercados públicos e até às 12 horas, os locais onde se realizarem feiras.

§ 6.º — É responsável pela execução do serviço de lavagem e irrigação, o encarregado da Seção de Limpeza.

#### Limpeza dos terrenos não edificados

Art. 16 — Os proprietários de terrenos não edificados são obrigados a mantê-los capinados, limpos e drenados. Os que não o fizerem, serão intimados pela Prefeitura, por edital ou memorando, a fazê-lo dentro do prazo determinado. Findo este prazo e não atendida a intimação, a Prefeitura fará executar pelo seu pessoal o serviço de capina e limpeza, cobrando do proprietário a despesa respectiva, mais a multa de Cr\$ 100,00 e o dobro na reincidência.

§ 1.º — Dêste serviço serão incumbidas as turmas volantes de que trata o artigo 14.º que, para isso, receberão instruções expressas da Administração da Limpeza Pública.

§ 2.º — A Fiscalização da Limpeza relacionará os terrenos abandonados, fornecendo a relação respectiva ao encarregado do serviço de limpeza, com cópia ao Departamento Central. O encarregado do Serviço de Limpeza é o responsável pela execução dêste serviço.

§ 3.º — Os arbustos, a grama, o lixo e os detritos retirados dos terrenos baldios, serão removidos "incontinenti" pelos caminhões da Administração da Limpeza Pública e transportados para a sede próxima do tratamento do lixo, se não forem aproveitáveis "in natura".

### Serviço do Asseio Público

Art. 17 — Até sua completa extinção fica o serviço de remoção das fossas móveis a cargo da Administração da Limpeza Pública, que manterá para isso uma secção especializada.

§ 1.º — Para efeito de remoção as zonas servidas pelas fossas móveis serão divididas em setores, ficando cada setor a cargo de uma turma com o respectivo veículo.

§ 2.º — A retirada das fossas se fará normalmente uma vez por semana.

§ 3.º — O proprietário do prédio servido é responsável pelas fossas não colocadas e pelo pagamento da taxa de remoção.

§ 4.º — Em caso de avaria ou extravio de fossas em domicilio, a substituição correrá por conta do proprietário.

§ 5.º — As fossas serão transportadas em veículos adequados, perfeitamente fechados que, no transporte para o ponto de despejo, farão percurso pelas ruas da periferia que forem menos habitadas.

§ 6.º — As fossas e os caminhões, após cada viagem, sofrerão rigorosa desinfecção.

§ 7.º — Nos dias de retirada das fossas — previamente fixados — as sanitárias das moradias deverão ficar acessíveis aos coletores, afim de que a remoção não sofra interrupções, caso contrário, a fossa só será retirada na semana seguinte, salvo si o interessado custear remoção especial, paga adiantadamente.

§ 8.º — Em caso de extravazamento da fossa que não for retirada no dia fixado, por culpa do morador, será este multado em Cr\$ 20,00 e em dobro na reincidência.

§ 9.º — O Serviço de Asseio Público atenderá, sob remuneração, aos pedidos de esgotamento de fossas sépticas, admitidas em zonas não providas de rede de esgoto cloacal.

### Serviço Sanitário nos Logradouros Públicos

Art. 18 — A conservação das sanitárias públicas, fica a cargo da Administração da Limpeza Pública.

§ 1.º — Aos zeladores das sanitárias incumbe manter a ordem nesses lugares, além das obrigações de conservação e limpeza.

§ 2.º — É proibido lançar nos miclórios, lavatórios e ralos, panos ou objetos que possam causar obstruções. Infração: multa de Cr\$ 20,00.

§ 3.º — É proibido escrever nas paredes. Infração: multa de Cr\$ 20,00.

§ 4.º — Deve ser mantido rigoroso asseio nas sanitárias, sendo proibido o uso indevido das mesmas. Infração: multa de Cr\$ 50,00.

§ 5.º — As sanitárias funcionarão diariamente das 7 às 23 horas, salvo as que forem escaladas para permanecerem abertas ininterruptamente.

### Animais soltos

Art. 19 — Quem possuir em casa animais de qualquer porte nas condições permitidas por lei, é obrigado a conservá-los convenientemente presos, de modo que não possam fugir e vagar pelas ruas, causando danos a pessoas ou a propriedades alheias.

§ 1.º — É proibido soltar qualquer animal na via pública ou em terrenos abertos, dentro das zonas urbana e suburbana.

§ 2.º — Os animais que forem encontrados vagando, nas condições do § anterior, serão capturados pelos agentes da Prefeitura e recolhidos ao Curral Municipal.

§ 3.º — Para reavê-los, pagará o dono multa de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00 pelos animais pequenos e Cr\$ 50,00 a Cr\$ 100,00 pelos grandes e por cabeça, além da alimentação dada e do imposto de licença a que estiverem sujeitos. A multa será cobrada em dobro na reincidência.

§ 4.º — A Administração da Limpeza Pública exigirá prova de propriedade, quando o animal não for procurado dentro das doze horas seguintes a captura.

§ 5.º — Quando animais soltos penetrarem em terrenos fechados e causarem danos, além da multa em favor do Município, o proprietário pagará a indenização que for arbitrada, na forma legal.

§ 6.º — Os animais vacuns, cavalares, muares, porcos e caprinos que, recolhidos no Curral, não forem procurados pelos donos no prazo de quinze dias, serão vendidos pela Prefeitura em leilão, sem que aos proprietários assista direito a qualquer indenização. Os cães e outros animais de porte pequeno, serão mortos e incinerados, depois de tres dias, ou negociados em pé ou já abatidos.

§ 7.º — Os animais que transitarem pelas ruas, deverão ser convenientemente guardados. Se em tropas, só poderão transitar nas ruas afastadas da zona urbana e depois de prévia licença da Prefeitura. Infração: multa de Cr\$ 20,00 por cabeça.

§ 8.º — Quem tiver animal atacado de raiva e não abatê-lo ou não denunciar o fato à autoridade competente, ficará sujeito à multa de Cr\$ 500,00.

§ 9.º — A Prefeitura agirá em colaboração com o Serviço Estadual de Saúde, no sentido de impedir a existência de animais domésticos não vacinados contra a raiva. Para isso será criado um Posto de Vacinação de Cães, cujo serviço será prestado gratuitamente.

### Fábrica Municipal de Adubos

Art. 20 — O lixo retirado da cidade será transformado em adubo orgânico, pelo sistema de fermentação em câmaras fechadas (tratamento colular zimotérmico).

§ 1.º — As câmaras de fermentação serão localizadas em lugares onde não causem incômodos à população circunvizinha, embora dispersa.

§ 2.º — Até que sejam construídas todas as câmaras de fermentação, o lixo excedente será enterrado em terrenos baldios distantes dos centros habitados, sob as recomendações técnicas usuais de pronto recobrimento.

§ 3.º — A Prefeitura manterá uma ou mais fábricas, devidamente aparelhadas e localizadas em lugares apropriados, para a industrialização do lixo.

§ 4.º — O produto das fábricas será devidamente selecionado, tratado e classificado para a venda como adubo.

§ 5.º — As fábricas funcionarão sob a chefia de um encarregado, que será o responsável pela produção, estocagem, entrega, controle, bem assim pelas providências de ordem geral e higiênica, necessárias à preservação da saúde pública e ao conforto geral.

§ 6.º — O adubo produzido será utilizado pela Prefeitura nas Praças e Jardins e o excedente vendido a preço de concorrência. A responsabilidade da produção e venda do adubo poderá ser transferida, sob contrato, a terceiros.

§ 7.º — O estrume retirado das estrebarias e currais do Município, depois de convenientemente submetido a tratamento, será também, utilizado como fertilizante, uma vez que não haja licitante interessado no produto em.

## Disposições especiais

Art. 21 — São proibidas escavações nas ruas, passeios e logradouros públicos, salvo quando necessários ao serviço de utilidade pública. Neste caso as escavações só poderão ser abertas pelas repartições da Prefeitura e pelas Companhias concessionárias de serviços públicos, devidamente autorizadas.

§ único — As Empresas que executarem escavações nas condições supra, colocarão o atêrro e materiais de construção em recipientes adequados, cuidando para que não se espalhem e removendo as sobras imediatamente após a terminação das obras respectivas.

Art. 22 — A Administração da Limpeza Pública fará a remoção da grama, aparas de poda e varredura das Praças e Jardins, mediante requisição da repartição competente.

§ 1.º — Removerá, igualmente, em colaboração com o Serviço Estadual de Saúde, o produto da capinação que o mesmo efetuar, mediante requisição indicando os locais onde se acha o material a retirar.

§ 2.º — O lixo e o produto da poda, capinação, limpeza e varredura efetuada pelas repartições municipais, estaduais e federais, serão reunidos em montes e colocados em lugares de fácil acesso aos caminhões de transporte. Os das praças serão depositados em lugares adequados, facilmente acessíveis e circundados de cerca viva.

§ 3.º — É proibido deixar lixo, atêrro, varreduras ou detritos abandonados nas vias públicas.

Art. 23 — A remoção do lixo e detritos dos estabelecimentos públicos, como quartéis, prisões, hospitais, colégios, asilos e semelhantes, será feita pela Administração da Limpeza Pública em condições e horas estabelecidas de comum acôrdo.

Art. 24 — A remoção dos animais mortos encontrados nas vias e logradouros públicos, bem como a de resíduos de hospitais e congêneres, será feita em veículos apropriados, de modo a resguardar a salubridade pública.

§ único — Os animais e detritos acima indicados serão obrigatoriamente cremados ou enterrados à profundidade conveniente, até que sejam construídos os fornos específicos, preservando sempre a possível contaminação de fontes locais.

Art. 25 — O produto da limpeza de matadouros, entrepostos e mercados, será depositado em recipientes metálicos apropriados e removido em horários determinados pela Administração da Limpeza Pública, às expensas dos interessados, quando não se tratar de serviço público.

Art. 26 — A Prefeitura estabelecerá um serviço especial de remoção noturna do lixo e detritos dos hotéis, bares, cafés e restaurantes, mediante pagamento de taxas que serão fixadas no Orçamento.

Art. 27 — A Prefeitura colocará nas principais artérias coletores para papeis, sendo eles embutidos nos passeios, quando nas ruas de movimento intenso, caso em que servirão, também, para a coleta da varredura das ruas.

Art. 28 — Os vendedores ambulantes de frutas e verduras são obrigados a conduzir recipientes adequados, para recolher, obrigatoriamente, as cascas e detritos. Responderão os infratores pela multa de Cr\$ 50,00 e o dobro em caso de reincidência.

Art. 29 — As casas de varejo terão obrigatoriamente, junto à Caixa ou próximo da porta de saída, cestas para coleta de papeis e detritos.

Art. 30 — As praças de autos e de carroças manterão, obrigatoriamente, recipientes de ferro galvanizado, do tipo aprovado pela Prefeitura,

para recolher papeis, cascas de frutas e outros detritos. Os infratores estarão sujeitos à multa de Cr\$ 50,00 e em dobro na reincidência.

Art. 31 — Os engraxates localizados em logradouros, manterão, também, recipientes do tipo aprovado pela Prefeitura para recolher detritos. Na falta pagarão a multa de Cr\$ 50,00 cobrada em dobro na reincidência.

Art. 32 — É proibido o forrageamento de animais na via pública. Infrator: multa de Cr\$ 50,00.

Art. 33 — É proibido transportar areia, atêrro, entulho, lixo, serragem, cascas de cereais e semelhantes, em veículos carregados em excesso. Infração: multa de Cr\$ 50,00 cobrada em dobro no reincidência.

Art. 34 — A Administração da Limpeza Pública poderá empregar qualquer processo químico ou físico indicado para combater a proliferação de moscas e demais insetos daninhos ou nauseabundos, no lixo coletado.

Art. 35 — Quando veículos de tração animal apreendidos pela autoridade pública e recolhidos ao Curral Municipal, ficarão seus proprietários obrigados ao pagamento da taxa de depósito e demais previstas em leis e regulamentos, além da alimentação e trato de animais.

## Da Estruturação dos Serviços

Art. 36 — A Administração da Limpeza Pública será dirigida por um Administrador nomeado pelo Prefeito.

§ único — O Administrador da Limpeza Pública terá um Ajudante que será o auxiliar imediato o seu substituto nos impedimentos, bem assim um Encarregado para cada Secção e os Funcionários que forem necessários aos serviços e constantes do Orçamento Municipal.

Art. 37 — Os serviços da Limpeza Pública serão divididos:

- a) — Departamento Central;
- b) — Secção de Limpeza;
- c) — Secção de Asseio Público;
- d) — Secção de serviços diversos, compreendendo chácara, cocheiras e curral.

§ 1.º — Ao Departamento Central está afêto o serviço de controle contábil de todas as dependências da Administração, Almoxarifado, Controle do Ponto, expediente e arquivo, chefia da fiscalização e reclamações, emissão de pedidos de material, controle de verbas. Será chefiado pelo Ajudante da Administração.

§ 2.º — A Secção de Limpeza competem os serviços de remoção domiciliar do lixo, varredura permanente, capinação, irrigação e lavagem das ruas, capinação e limpeza de terrenos baldios, retirada de animais mortos e limpeza de mercados.

§ 3.º — Compete à Secção de Asseio a remoção das fossas móveis e a vigilância e conservação das instalações sanitárias do Município.

§ 4.º — A Secção de Serviços Diversos, compete:

- a) industrializar o lixo coletado, armazenar e vender os respectivos produtos;
- b) assegurar o abastecimento de forragem verde aos animais de propriedade do Município, pelo cultivo da Chácara Municipal;
- c) tratar dos animais pertencentes ao Município, de modo a assegurar a montaria e a tração animal que forem necessárias;
- d) proceder à captura dos animais encontrados vagando nas ruas e em terrenos abortos;
- e) recolher estes animais ao Curral, cuidar-los e dar-lhes o destino previsto neste Regulamento.

DECRETO N.º 318

Aprova o REGULAMENTO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, artigo 12, item II, decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o REGULAMENTO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA que com esta baixa e que fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2.º — O presente decreto terá vigência a contar da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 26 de setembro de 1946.

(a) Eydlo Costa  
Prefeito

REGULAMENTO INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DA LIMPEZA PÚBLICA.  
APROVADO PELO DECRETO N.º 318, DE 26/9/1946

Art. 1.º — As seções da Administração da Limpeza Pública terão as atribuições abaixo discriminadas:

§ 1.º — Ao Departamento Central compete:

- a — o controle do ponto do pessoal e escrituração do fichário respectivo, para fins de estatística;
- b — a escrituração do material recebido, armazenado e distribuído e respectivo controle;
- c — a emissão dos pedidos de material e controle de verbas;
- d — o controle dos bens patrimoniais a cargo da repartição;
- e — o controle em detalhe, do movimento e dos preços da fábrica de adubos;
- f — o controle da produção da chácara municipal;
- g — o recebimento das reclamações e solicitações sobre os serviços da repartição e tomar as providências cabíveis;
- h — o atendimento do expediente, informando papéis e cuidando do arquivo da Administração.

§ 2.º — A Seção de Limpeza compete:

- a) — a retirada do lixo doméstico;
- b) — a varredura permanente das ruas;
- c) — a capinação de ruas, a desobstrução de calhas e a remoção dos respectivos produtos;
- d) — lavagem de ruas;
- e) — limpeza de terrenos não edificados, por conta dos proprietários;
- f) — irrigação das ruas;
- g) — o processo das retiradas especiais de lixo;
- h) — remoção do lixo excedente, por conta dos interessados;
- i) — limpeza dos mercados públicos;
- j) — guarda e conservação do material de serviço da seção.

§ 3.º — Cabe à Seção do Assêto Público:

- a — a colocação, controle e remoção das fossas móveis;



# **ANEXO 2**

*Ofício 017/1992*





OF. Nº017/92

PORTO ALEGRE, 05 DE MARÇO DE 1992.

Senhor Presidente:

Tendo em vista a situação encontrada no ex-Lixão, hoje, Aterro da Zona Norte, no período em que começou o Projeto de Recuperação Ambiental do local, onde a catação se dava de modo desorganizado, junto com os animais, sobre o lixo hospitalar, com a presença de crianças em torno das máquinas e caminhões em circulação, etc..., situação essa que resultou, em acidentes com mortes, o DMLU viu-se diante de 02 alternativas:

- Fechava o Lixão ou organizava a catação de outra maneira.

Por entender a difícil situação social das pessoas que sobrevivem do lixo e sobretudo, o importante papel que cumpre o catador, o DMLU optou pela alternativa:

- Organizar a Catação

A partir daí, foi elaborado um projeto social prevendo uma série de medidas como: vacinação contra o tétano, retirada dos menores, uso de crachá e coletes de identificação, área para reciclagem definida com abastecimento de água potável, estabelecimento de horários e regulamentos para a catação. Medidas essas sempre tomadas a partir de amplas discussões e com a participação do conjunto dos catadores, vindo inclusive, ao encontro de suas reivindicações.

Assim, considerando o constante descumprimento do regulamento, com a aplicação das penalidades previstas e incluindo várias expulsões; freqüentes invasões à Célula 5; não obediência ao horário de entrada; insistência de alguns catadores em trazer consigo menores de idade; entrada constante de pessoas com crachás e coletes de outros elementos; forma desrespeitosa de tratamento da parte de alguns catadores para com os funcionários do Aterro, através de ameaças de agressão física e palavras de baixo calão, e sobretudo, considerando o trabalho de relevante importância ambiental e social desenvolvido, onde, o DMLU não tem poupado



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

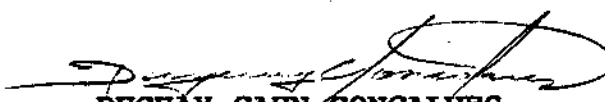
...  
esforços para conciliar a obra de engenharia ao tabalho junto aos catadores, com investimentos elevados que giram em torno de Cr\$ 400.000,00 por dia, sômente para a manutenção da Célula 8 onde é feita a catação de materiais.

O DMLU vem, através deste, comunicar o Fechamento do Aterro Norte por Tempo Indeterminado, até que a situação se normalize.

Salientamos que a direção do DMLU reconhece a Diretoria da Associação dos Recicladores deste Aterro como o único canal de negociação possível entre este Departamento e o conjunto dos catadores. Portanto, para futuros entendimentos, havendo da parte dos senhores interesse na reabertura do local para continuidade da catação, o DMLU coloca-se ao inteiro dispor da Associação.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente,

  
DUGUAY CAUN GONÇALVES  
Supervisor Operacional

À ASSOCIAÇÃO  
DOS RECICLADORES DO ATERRO DA ZONA NORTE  
PORTO ALEGRE/N.C.

# **ANEXO 3**

**QUADRO DA COLETA DIÁRIA DE PORTO ALEGRE**

## QUADRO DA COLETA DIÁRIA DE PORTO ALEGRE

<b>TOTAL DE LIXO PRODUZIDO EM PORTO ALEGRE/DIA<sup>76</sup></b>	<b>1600 T</b>
Total de Lixo Domiciliar	900t
Total de Lixo Seco (potencialmente Recicláveis )	300t
Total de Lixo Orgânico (potencialmente Compostáveis I	100t
Lixo Seco: Coletados pelo DMLU	60t
Lixo Orgânico: coletado e processado pelo DMLU	7t
Lixo Seco Coletados pelos carroceiros e Carrinheiros	125t

Fonte DMLU

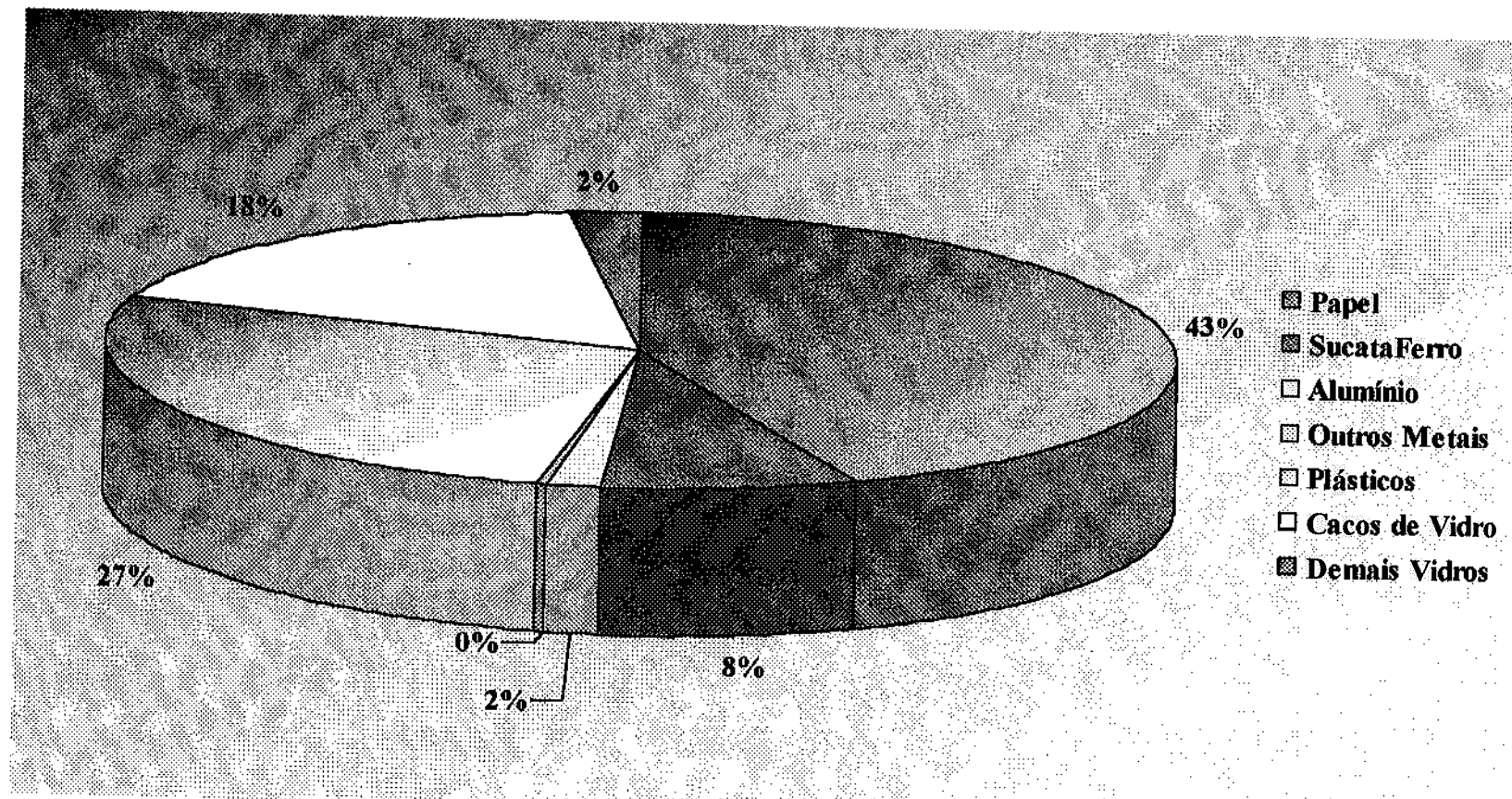
---

<sup>76</sup> domiciliar, hospitalar, público, comercial e industrial

# **ANEXO 4**

**COMPOSIÇÃO DO LIXO SELETIVO DE PORTO ALEGRE**

# COMPOSIÇÃO LIXO SELETIVO PORTO ALEGRE 2000



# **ANEXO 5**

***DADOS GERAIS SOBRE AS UNIDADES DE RECICLAGEM DO MUNICÍPIO  
DE PORTO ALEGRE***

**ANEXO 5 – Dados Gerais sobre as Unidades de Reciclagem do Município de Porto Alegre**

ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA	SÓCIOS	HOMENS	MULHERES	SALÁRIO
associação dos recicladores de resíduos da zona norte	1991	Região Norte	450m <sup>2</sup>	54	20	34	R\$ 190,00
Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta	1991	Região Sudeste	1400m <sup>2</sup>	60	8	52	R\$208,00
Associação dos Recicladores do Loteamento Cavahada	1995	Região sul	660m <sup>2</sup>	40	13	27	R\$ 300,00
Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica	1996	Região Sul	600m <sup>2</sup>	39	11	28	R\$ 240,00
Associação Comunitária do Campo da Tuca	1994	Região Leste	300m <sup>2</sup>	20	10	10	R\$ 90,00
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Santíssima Trindade	1991	Região Norte	360m <sup>2</sup>	27	7	20	R\$ 240,00
Centro de Educação Ambiental – Vila Pinto	1996	Região Leste	320m <sup>2</sup>	180	30	150	R\$220,00
Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre – Ilha Grande dos Marinheiros	1985	Região Norte	650m <sup>2</sup>	37	17	20	R\$ 300,00
<b>TOTAL</b>				<b>457</b>	<b>116</b>	<b>341</b>	

Fonte DMLU - 2000



# **ANEXO 6**

**DIFERENÇA ENTRE MATERIAIS RECEBIDOS E  
COMERCIALIZADOS – MÊS DEZEMBRO/2000**

**Anexo 6 - DIFERENÇA ENTRE MATERIAIS RECEBIDOS E COMERCIALIZADOS - Mês de  
Dezembro/2000**

UNIDADES	RECEBIDOS ( toneladas )	COMERCIALIZADOS ( toneladas )	DIFERENÇA	
			Toneladas	%
Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte	177,80	110,72	67,08	37,73 %
Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta	131,60	81,88	49,72	37,78 %
Associação dos Recicladores do Loteamento Cavallhada	177,80	122,51	55,29	31,09 %
Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica	128,80	31,47	97,33	75,56 %
Associação Comunitária do Campo da Tuca	25,20	0	0	0
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Santíssima Trindade	68,60	50,83	17,77	25,89 %
Centro de Educação Ambiental – Vila Pinto	238,00	223,38	14,62	0,06 %
Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre – Ilha Grande dos Marinheiros	121,80	74,54	47,26	38,80 %

ASSESSORIA AMBIENTAL/DMLU/